

[Home](#) > [Editais](#)  Portal Nacional de Contratações Públicas[Entrar](#)

Última atualização 18/03/2025

Local: Brasília/DF **Órgão:** TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**Unidade compradora:** 080016 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A.REGIAO**Modalidade da contratação:** Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f**Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não**Data de divulgação no PNCP:** 18/03/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP**Id contratação PNCP:** 00509968000148-1-000683/2025 **Fonte:** Compras.gov.br**Objeto:**

CURSO "Imersão Zênite em Contratação Direta"

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 4.895,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 4.895,00

[Itens](#)[Arquivos](#)[Histórico](#)

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	Treinamento na área econômico - financeira Treinamento na área econômico - financeira	1	R\$ 4.895,00

Exibir:

1-1 de 1 itens

Página: [← Voltar](#)

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 28/2024

Última atualização 12/09/2024

Local: Brasília/DF **Órgão:** MINISTERIO DA CIDADANIA

Unidade compradora: 550006 - COORDENACAO GERAL DE RECURSOS HUMANOS

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 12/09/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 05526783000165-1-000083/2024 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

"8º Congresso Brasileiro ELO Consultoria de Licitações e Contratos 2024"

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 4.990,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 4.990,00

[Itens](#)

[Arquivos](#)

[Histórico](#)

Número ↕	Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕
1	Treinamento Qualificação Profissional Treinamento Qualificação Profissional	1	R\$ 4.990,00

Exibir:

1-1 de 1 itens

Página:

< >

[< Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

[Home](#) > [Editais](#)  Portal Nacional de Contratações Públicas[Entrar](#)

Última atualização 27/03/2025

Local: Salvador/BA **Órgão:** TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**Unidade compradora:** 080007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO**Modalidade da contratação:** Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f**Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não**Data de divulgação no PNCP:** 27/03/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP**Id contratação PNCP:** 00509968000148-1-000800/2025 **Fonte:** Compras.gov.br**Objeto:**

Inscrições de 04 (quatro) servidores da CLC no "4º Seminário Elo Norte/Nordeste de Licitações e Contratos", a ser realizado pela empresa ELO Consultoria Empresarial e Produção de Eventos, no período de 02 a 04/04/2025, em Salvador/BA.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 12.292,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 12.292,00

[Itens](#)[Arquivos](#)[Contratos/Empenhos](#)[Histórico](#)

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado
1	Pagamento Inscrição Eventos Pagamento Inscrição Eventos	1	R\$ 12.292,00

Exibir:

1-1 de 1 itens

Página: [< Voltar](#)

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 [0800 978 9001](tel:08009789001)

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



Eventos Corporativos

PROPOSTA COMERCIAL – AO SENADO FEDERAL

Razão Social da empresa: One Eventos Corporativos Ltda					
Nome fantasia (se houver): One Eventos					
CNPJ: 33.062.590/0001-36					
Endereço: Rua Buenos Aires, 90 salas 501 a 507, Rio de Janeiro/RJ					
CEP: 20070-022					
Telefone: (DDD) 61 -996250039					
E-mail: eventos.onecursos@gmail.com;					
Dados Bancários Bradesco – AG 0606 conta corrente 569906-1					
Nome: Ione Chaves de Oliveira					
CPF: 372.962.481-49					
RG/órgão emissor: 952.968 SSP/DF					
E-mail- diretora@onecursos.com.br;					
Telefone: 61- 3224-0785 ou 3032-9040					
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)					
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o ajuste possui certificação digital ICP Brasil? () Sim (x) Não					
ITEM	QUANT.	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	01	Inscrição	"1ª Conferência de Contratos Administrativos de Acordo com a Lei nº 14.133/2021", no período de 07/05/2025 a 09/05/2025, na modalidade presencial, em Foz do Iguaçu/PR.	R\$ 4.290,00	R\$ 4.290,00
VALOR TOTAL					R\$ 4.290,00
O preço por item deve compreender todos os encargos, despesas, frete e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto.					
Prazo de entrega ou execução do objeto: 07/05/2025 a 09/05/2025 em Foz do Iguaçu					
Prazo de garantia (se houver):					
Data da elaboração da proposta: 18/02/2025					
Prazo de validade da proposta: 60 dias					
Nome do responsável pela proposta: Neide					
Telefone do responsável pela proposta: (DDD): 61 -3032-9020					
e-mail do responsável pela proposta: coordenacaovendas@onecursos.com.br;					
Assinatura do responsável pela proposta (física ou digital): Ione Chaves de Oliveira					

Forma de pagamento:

O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, acompanhada da nota de empenho, se for o caso, condicionado ao termo detalhado de recebimento definitivo do objeto e à apresentação da garantia contratual, quando exigida.

Instruções de preenchimento:

A proponente deverá informar os preços por item, total do item, por grupo (quando for o caso) e total global da proposta.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o Termo de Contrato ou a Ata de Registro de Preços (caso haja) deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO: A One Cursos reserva-se o direito em adiar, reagendar ou cancelar os cursos online se houver insuficiência de quórum, bem como substituir palestrantes em caso fortuito ou força maior, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral)

**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

PARECER Nº 177/2025-ADVOSF

Processo nº 00200.002060/2025-77

Contratação direta. Inexigibilidade de licitação. Artigo 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021. Treinamento externo. Participação de 1 (um) servidor no treinamento externo “1ª Conferência de Contratos Administrativos de Acordo com a Lei nº 14.133/2021”. Análise jurídica. Pela aprovação, com recomendações.

1. DO RELATÓRIO FÁTICO

Trata-se de processo administrativo encaminhado a esta Advocacia para análise da regularidade jurídica da contratação direta da empresa ONE EVENTOS CORPORATIVOS LTDA, objetivando a participação de 1 (um) servidor no treinamento externo “1ª Conferência de Contratos Administrativos de Acordo com a Lei nº 14.133/2021”, no período de 7 a 9 de maio de 2025, na modalidade presencial, na cidade de Foz do Iguaçu - PR, ao custo total de **R\$ 4.290,00 (quatro mil, duzentos e noventa reais)**.





SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

A pretensa contratação se dará na modalidade de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021¹.

O servidor indicado para a participação no evento está lotado na Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (SAFIN), sendo ele:

1) Alexandre Cardoso Pereira – matrícula 265291;

Passo seguinte, foram juntados aos autos as seguintes documentações:

1. Documento de Formalização da Demanda – DFD, no qual consta a solicitação de treinamento externo, descrição do treinamento, justificativa do chefe imediato, demonstração por parte da unidade da notória especialização da empresa e profissionais, mapa de riscos da contratação, além da declaração e termo de compromisso dos participantes (doc. nº 00100.016545/2025-76);
2. Página Institucional da pretensa contratada (doc. nº 00100.016545/2025-76-1);
3. Lista de clientes que já realizaram cursos ofertados pela pretensa contratada (doc. nº 00100.016545/2025-76-2);
4. Cronograma de atividades do evento (doc. nº 00100.016545/2025-76-3);
5. Lista de livros de autoria do palestrante Antonio Augusto Junho Anastasia, os quais estão disponíveis na Biblioteca do Senado Federal (doc. nº 00100.016545/2025-76-4);

¹Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
(...)

III-contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

6. Formulário de Solicitação de Autorização de Viagem (doc. nº 00100.016549/2025-54);
7. Formulário de Concessão de Diárias (doc. nº 00100.016547/2025-65);
8. 3 (três) Atestados de Capacidade Técnica emitidos em favor da pretensa contratada (doc. nº 00100.030953/2025-31-1, p.7-11);
9. Descrição dos palestrantes do curso e *Currículos Lattes* de 5 (cinco) palestrantes, sendo eles: Antonio Augusto Junho Anastasia, Jandeson da Costa Barbosa, Caio Albuquerque, Jamil Manasfi e Monique Simões Soares (doc. nº 00100.030953/2025-31-1, a partir da página 12);
10. Documentação da pretensa contratada (doc. nº 00100.030953/2025-31-2);
11. Pesquisa de preços na ferramenta Painel de Preços (doc. nº 00100.030953/2025-31-3);
12. 3 (três) Notas de Empenho emitidas no ano de 2024 (doc. nº 00100.030953/2025-31-4);
13. Proposta comercial válida por 60 dias (doc. nº 00100.030953/2025-31-5);

Diante disso, o Serviço de Direitos e Deveres Funcionais - SEDDEV, por meio do Despacho nº 455/2025-SEDDEV/COAPES/SEGP, manifestou-se quanto ao prazo estipulado no art. 27 e aos requisitos previstos no Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASf), bem como no ADG nº 17/2021. O parecer concluiu pelo cumprimento total dos requisitos estabelecidos pelos referidos



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

dispositivos, em razão do não atendimento ao prazo mínimo exigido no inciso I, art. 27, do Anexo IV do RASF (doc. nº 00100.022412/2025-39).

Ato contínuo, os autos foram encaminhados ao Serviço de Gestão de Cargos, Salários e Seleção – SEGCAS, o qual opinou *que “há compatibilidade entre a ação de capacitação pretendida e a categoria/cargo e/ou as atividades laborais do requerente”*, com fulcro no art. 2º do Ato do 1º Secretário nº 03/2014, c/c art. 5º do Anexo IV do RASF (doc. nº 00100.024437/2025-77).

O Serviço de Treinamento do ILB – SETREINA, mediante Ofício nº 050/2025-SETREINA/COTREN/ILB, informou que não há previsão de ação interna de capacitação a ser ofertada pelo ILB que possa suprir a demanda solicitada pela COEXECO. Além disso, informou que os requisitos exigidos pelo Anexo IV do RASF foram atendidos (doc. nº 00100.026530/2025-16).

A Coordenação Administrativa e Financeira - COADFI, por intermédio do Despacho nº 83/2025–COADFI/ILB, teceu considerações sobre a notória especialização e o valor ofertado ao Senado Federal (doc. nº 00100.030953/2025-31).

Passo seguinte, foi elaborado o necessário Termo de Referência – TR (doc. nº 00100.030971/2025-12). Os autos foram encaminhados à Coordenação de Controle e Validação de Processos (COCVAP), que ratificou os procedimentos adotados, reconhecendo sua conformidade com o artigo 14, inciso I do § 6º e § 8º do ADG nº 14/2022, validando, assim, a pesquisa de preços até 23 de agosto de 2025 (doc. nº 00100.032486/2025-83).

Por meio do Relatório Preliminar nº 006/2025–SEEXCO/COCDIR/SADCON (doc. nº 00100.038591/2025-26) foi relatado





SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

o histórico processual e encaminhados os autos a esta Advocacia para análise de regularidade, juntamente com os documentos de habilitação anexados aos doc. nº 00100.038591/2025-26, anexos 1 e 2.

2. ANÁLISE

Inicialmente, a presente análise se restringe à juridicidade da contratação direta ora apresentada, não cabendo adentrar em critérios de mérito próprios da autoridade competente ou de unidades com atribuições específicas, assim entendidas aquelas atinentes ao preenchimento dos requisitos relativos a interesse, necessidade e conveniência administrativa em autorizar a participação dos servidores no pretendido evento de capacitação profissional.

Em regra, as contratações promovidas pela Administração Pública devem ser precedidas de licitação, procedimento que busca assegurar a igualdade de competição entre os concorrentes, a seleção da proposta mais vantajosa para o órgão licitante e o devido processo legal.

Contudo, há situações em que o legislador admite a celebração do pacto contratual independente de licitação anterior; são as hipóteses de dispensa e a inexigibilidade de licitação. A lei especifica, de maneira exemplificativa, os casos de inexigibilidade, cujo traço distintivo comum reside na inviabilidade de competição, consoante o art. 74, veja-se:





SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: [...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

[...] (grifos nossos)

Conforme estabelece o item 2.1 do TR (doc. nº 00100.030971/2025-12), a presente contratação enquadra-se no disposto no art. 74, III, “f”, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual é inviável a competição para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização destinados ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

A demanda é justificada na necessidade de treinamento de pessoal, conforme disposto no item 4.1 do DFD, nos seguintes termos (doc. nº 00100.016545/2025-76):

“A COEXECO tem dentre suas funções a emissão e o acompanhamento de saldo de Notas de Empenho. Na execução dessas atividades, é necessária uma análise criteriosa das condições contratuais estabelecidas, e tal análise deve ser embasada em um conhecimento sólido dos servidores sobre as leis



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

e regulamentos que regem os contratos administrativos. A vigência obrigatória da "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos" (lei 14.133/2021) é relativamente recente, e vários de seus dispositivos ainda não podem ser considerados como conhecimento comum entre os operadores de orçamento. ”

Em relação à notória especialização, o órgão demandante teceu considerações no item 5.2 do DFD (doc. nº 00100.016545/2025-76) e no item 1.2.3 do TR (doc. nº 00100.030971/2025-12).

Desse modo, à luz das justificativas apresentadas, não se identifica óbice jurídico ao prosseguimento da contratação no formato proposto.

Além disso, há de se analisar o atendimento aos demais requisitos legais previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 72, que assim determina:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Quanto à previsão contida no **inciso I**, constam dos autos os documentos relativos à formalização da demanda (doc. nº 00100.016545/2025-76), bem como o TR (doc. nº 00100.030971/2025-12). A avaliação dos prejuízos que possivelmente decorreriam da não contratação consta no item 6 do DFD (doc. nº 00100.016545/2025-76).

Como se informa no Relatório Preliminar nº 006/2025-SEEXCO/COCDIR/SADCON (doc. nº 00100.038591/2025-26), por se tratar de ação de capacitação externa aberta ao público, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar é dispensada, nos termos do § 6º do art. 3º, do Anexo II, do ADG nº 14/2022.

A estimativa da despesa, **inciso II**, foi registrada no Anexo II do TR (doc. nº 00100.030971/2025-12) e corresponde ao valor da proposta apresentada pela empresa (doc. nº 00100.030953/2025-31-5). Quanto a este ponto, observa-se que o art. 72, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 exige que a elaboração de tal estimativa atenda ao disposto no art. 23 daquela norma, que determina, no que importa:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem





SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

(...)

§ 4º Nas **contratações diretas por inexigibilidade** ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, **o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.**

(...)

[grifos nossos]

Complementarmente, há de se atentar para o disposto no ADG nº 14/2022, cujo art. 14 assim dispõe:

Art. 14. O valor estimado das contratações de bens e serviços deverá ser calculado a partir de cesta aceitável de preços que reflita os valores de mercado, obtida por meio de pesquisa de preços.

§ 5º O valor estimado das contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação será igual ao preço total da proposta comercial encaminhada pela pretensa contratada ao Senado Federal, o qual deverá ser justificado na forma do §6º deste artigo.

§ 6º A justificativa do preço em contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação deverá ser realizada, cumulativamente, para cada item a ser contratado:

I - por meio da comprovação da razoabilidade de preços, a qual deverá ser verificada em pesquisa de preços baseada em cesta aceitável de preços, conforme procedimentos descritos no Anexo VI deste Ato, para objetos similares, desde que o



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Órgão Técnico ateste a similaridade de cada item pesquisado;

...

§8º Caso a futura contratada não tenha anteriormente comercializado o mesmo objeto e fique evidenciada a impossibilidade de observância do inciso II do § 6º deste artigo, a regularidade dos preços poderá ser realizada por meio da apresentação de documentos idôneos que comprovem a execução ou o fornecimento, por parte da própria proponente, de objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido, o que deverá ser aferido pelo Órgão Técnico.

[grifos nossos]

Foram emitidas três notas de empenho, todas relacionadas a treinamentos similares, com data de 2024 (doc. nº 00100.030953/2025-31-4). Além disso, foi realizada uma consulta ao Sistema Painel de Preços, na qual foram identificadas três contratações realizadas por dispensa de licitação, referentes a cursos similares executados também no ano de 2024 (doc. nº 00100.030953/2025-31-3).

Nesse contexto, a COADFI/ILB se manifestou favoravelmente quanto ao valor cobrado, justificando sua posição com base nos documentos apresentados e no fato de que o valor estipulado ao Senado Federal corresponde ao valor de mercado para o mesmo evento do 2º Lote (até 15/03/2024), conforme informações disponíveis no sítio eletrônico da empresa (doc. nº 00100.030953/2025-31).

De imediato, os procedimentos foram ratificados pela COCVAP, pois estavam em conformidade com o que dispõe o artigo 14, § 6º, inciso I e § 8º do ADG nº 14/2022 (doc. nº 00100.032486/2025-83).



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Nesses termos, opina-se pela regular observância ao disposto no art. 72, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, pendente a análise da autoridade competente acerca do requisito previsto no **inciso VII** (justificativa do preço) do mesmo dispositivo.

Quanto ao disposto no **inciso III** do mencionado art. 72, consta dos autos Parecer Técnico nº 276/2025–SEGCAS (doc. nº 00100.024437/2025-77) e o Ofício nº 50/2025-SETREINA/COTREN/ILB (doc. nº 00100.026530/2025-16). A presente manifestação, por sua vez, atenderá à exigência relativa ao parecer jurídico.

A demonstração da compatibilidade orçamentária deverá ser feita pela SAFIN (art. 23 do ADG nº 14/2022) para que o **inciso IV** seja atendido. Cabe providenciar também a autorização da despesa pela Diretora-Geral, em atenção ao disposto no art. 9º, inciso III, da PCSF.

O atendimento do **inciso V** é evidenciado pelas certidões de regularidade de praxe (doc. nº 00100.038591/2025-26-2). Recomenda-se, contudo, a renovação de quaisquer certidões cuja validade possa estar expirada no momento da formalização da prorrogação da avença.

Quanto ao disposto no **inciso VI**, o item 1.2 do TR buscou justificar a escolha da futura contratada. Caberá à autoridade competente avaliar as justificativas e aceitá-las ou não.

A razão da escolha da futura contratada, precipuamente, se dá com base em sua notória especialização, a qual inviabiliza a contratação de profissional para a prestação de serviço trivial ou rotineiro. A escolha deve recair sobre profissional dotado de especialização incontroversa, com qualificação distinta, aferida por critérios objetivos e reconhecidos no mercado, tais como: formação acadêmica e profissional



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

do contratado e sua equipe; publicações pertinentes ao objeto do treinamento, experiência anterior etc.

Anota-se terem sido juntados aos autos documentos destinados à sua comprovação (docs. nº 00100.030953/2025-31-1 e 00100.016545/2025-76 e anexos). Alertamos, no entanto, para a necessidade de observância ao disposto no art. 74, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Ainda estão pendentes a autorização da autoridade competente e sua divulgação conforme prescrevem o **inciso VIII** e o parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

Verificado o cumprimento do art. 72, ainda estão ausentes do processo a autorização de despesa (art. 9º, III c/c art. 13, II, da PCSF), a designação dos gestores (art. 9º, IX, da PCSF) e aprovação do TR (art. 9, IV, da PCSF). É importante que a autoridade competente e o servidor envolvido observem as disposições legais e regulamentares para a conclusão da instrução processual.

Em relação à formalização do ajuste, está consignado no TR que o instrumento contratual será substituído pela correspondente nota de empenho (item 4.1.1 do TR), pois o valor total estimado para a contratação se encontra em patamar inferior ao previsto no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021. Assim, o caso em tela enquadra-se na exceção prevista no artigo 95, inciso I, da mesma lei, com base na interpretação fornecida por esta Advocacia no Parecer nº 157/2024-ADVOSF.

3. CONCLUSÃO



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Diante de todo o exposto, desde que observadas as recomendações contidas no presente parecer e que a autoridade competente delibere no sentido de autorizar a formalização do ajuste, a ADVOSF opina pela juridicidade da contratação proposta e do procedimento adotado, podendo o feito prosseguir regularmente, sem necessidade de retorno a esta Advocacia.

É o Parecer².

Brasília, 13 de março de 2025.

*(assinado digitalmente)***RAFAEL RODRIGUES DA CUNHA PAIVA***Advogado do Senado Federal**Revisor do Núcleo de Processos de Contratações*

² Parecer elaborado com a colaboração da Ajudante Parlamentar Amanda Olivette Monteiro (OAB/DF nº 70.313).





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

Processo: **00200.002060/2025-77**

TERMO DE REFERÊNCIA 08/2025 – COADFI/ILB

1. Objeto da contratação

1.1. Definição do objeto

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a solicitação para inscrição de 01 (um) servidor (abaixo) lotado na Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (SAFIN), no evento externo “*1ª Conferência de Contratos Administrativos de Acordo com a Lei nº 14.133/2021*”, a ser realizado pela One Eventos Corporativos Ltda. (One Cursos) no período de 07 a 09 de maio de 2025, modalidade presencial, na cidade de Foz do Iguaçu-PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1. Alexandre Cardoso Pereira - matrícula 265291.

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual:

1.2.1.1. A COEXECO tem dentre suas funções a emissão e o acompanhamento de saldo de Notas de Empenho. Na execução dessas atividades, é necessária uma análise criteriosa das condições contratuais estabelecidas, e tal análise deve ser embasada em um conhecimento sólido dos servidores sobre as leis e regulamentos que regem os contratos administrativos. A vigência obrigatória da "Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos" (lei 14.133/2021) é relativamente recente, e vários de seus dispositivos ainda não podem ser considerados como conhecimento comum entre os operadores de orçamento.

1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada:

1.2.2.1. Apenas o Coordenador participará do treinamento, podendo servir como revisor do trabalho dos demais servidores, e multiplicador dos conhecimentos adquiridos.

1.2.3. Justificativa para a escolha do fornecedor:

1.2.3.1. A One Cursos é uma empresa especializada em treinamento, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos para organizações públicas e privadas. Atuante há 21 anos neste mercado. Já foi contratada pelo Senado via Inexigibilidade de Licitação (Contrato 106/2023 - processo 00200.010459/2023-60). Seu site (<https://onecursos.com.br/home>) disponibiliza ampla lista de órgãos públicos já atendidos, bem como depoimentos de servidores participantes das ações de capacitação





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

promovidas pela empresa, entre os órgãos/clientes já atendidos citamos: Caixa Seguradora, Câmara dos Deputados, Ministério das Relações Exteriores, Ministério Minas e Energia, entre outros.

Com relação aos palestrantes, foram anexados a esta solicitação os currículos de alguns palestrantes já definidos (NUP 00100.030953/2025-31-1 (ANEXO: 001)), dentre eles, percebe-se profissionais de alto gabarito, a exemplo do Ministro Anastasia Antônio Augusto Junho do Tribunal de Contas da União - TCU.

A credibilidade faz-se notória pela expertise de organização de um evento que fomenta as melhores práticas em contratos administrativos para novas gestões fornecendo o conhecimento aprofundado sobre a legislação, práticas de gestão e conformidade necessárias para uma administração preparada e segura na aplicação dos recursos e implementação de políticas públicas. Para aquele que pertencem ao mundo dos contratos administrativos, tal como o servidor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (SAFIN) do Senado Federal, a participação em evento de tal magnitude é importantíssima.

1.2.4. Resultados esperados com a contratação:

1.2.4.1. Execução de contratos administrativos representam boa parte das despesas do Senado Federal, atrás apenas da folha de pagamento. Para adequadamente adaptar os termos acordados em cada avença às normas de execução do Orçamento da União, é preciso não apenas o conhecimento do orçamento e finanças públicas, mas também das normas que regem os próprios contratos administrativos, sendo as duas disciplinas basicamente simbióticas para uma adequada gestão orçamentária. Além disso, o conhecimento mais aprofundado sobre contratos administrativos faz da fase do empenho da despesa um filtro extra contra irregularidades e inadequações contratuais, dado que a COEXECO terá o conhecimento para analisar as avenças além do aspecto meramente orçamentário.

Ao final do treinamento, o participante deverá conhecer os detalhes das normas que regem contratos administrativos, Analisar os diversos tipos de avenças e suas repercussões na execução do orçamento; Debater eventuais divergências com as áreas competentes, em pontos onde as doutrinas de gestão contratual e gestão orçamentária entrarem em aparente conflito; Prevenir mau-uso do orçamento público por falta de conhecimento específico em gestão contratual; Ampliar a eficiência da execução orçamentária em contratos, beneficiando a SAFIN, os gestores e o Senado como um todo;

1.2.5. Contratações vigentes ou anteriores:

1.2.5.1. Em consulta ao Portal da Transparência do Senado Federal, encontrou-se junto a One Cursos, 06 (seis) contratações encerradas. Não obstante a similaridade do treinamento, destacamos duas contratações mais recentes abaixo descritas:

- a) *Contrato 106/2023 (Contratação Direta):* Participação de 03 (três) servidores do SENADO no curso “Averbação de Tempo de Serviço e de Contribuição na Administração Pública, atualizado com a NOVA Portaria MTP 1.467/2022 e IN INSS 128/2022”, promovido pela CONTRATADA no período de 10 a 14 de julho de 2023, na modalidade online e ao vivo 1) Breno Gomes da Silva Mesquita - matrícula





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

222383; 2) Fernanda Campello - matrícula 255698; 3) Flávia Fernanda Ribeiro e Silva - matrícula 268383. (Processo Senado Federal 200010459202360).

Vigência: 07/07/2023 até 07/07/2024.

Signatário: ONE CURSOS - TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CAPACITACAO LTDA (ONE CURSOS - TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO) (06.012.731/0001-33).

- b) *Nota de Empenho 801045/2018 (Contratação Direta)*: Inscrição da servidora Beatriz Balestro Izzo no treinamento externo “Como Instruir Processos Administrativos à Luz da Lei 9.784/99”, realizado pela empresa One Cursos no período de 26 a 28 de novembro de 2018, na cidade de Brasília – DF. (Processo Senado Federal 002000129202018).

Vigência: 15/10/2018.

Signatário: IOC CAPACITACAO LTDA (ONE CURSOS - TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO) (10.825.457/0001-99).

Obs.: Conforme mensagem eletrônica e documentação comprobatória (NUP 00100.030953/2025-31-2 (ANEXO: 002)) apresentada pela empresa, tanto a IOC Capacitação Ltda. quanto a One Eventos Ltda. fazem parte do Grupo One Cursos.

2. Forma de contratação

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. A contratação deverá ser realizada por contratação direta, conforme disposto no art. 74º, III, f da Lei nº 14.133/21.

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. Será adotada a modalidade Inexigibilidade de Licitação, com base no art. 74º, III, f da Lei nº 14.133/21.

2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP

2.3.1. Considerando a singularidade e imprevisibilidade do presente objeto, não será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.

2.4. Critério de julgamento da contratação

2.4.1. Não se aplica.

2.5. Critério de adjudicação da contratação

2.5.1. Não se aplica.





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

2.6. Participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1. Não se aplica.

2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto

2.7.1. Não será permitida subcontratação.

2.8. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

2.8.1. Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

3. Requisitos do fornecedor

3.1. Necessidade de vistoria

3.1.1. Não se aplica.

3.2. Capacidade Técnica

3.2.1. Não será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência não contempla a execução de atividades cujo exercício é exclusivo de determinada profissão, por força legal.

3.2.2. Não será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pela pretensa contratada, porquanto o objeto da presente contratação não apresenta complexidade nem graus mais elevados de aperfeiçoamento que requeiram a comprovação de qualificação técnica.

3.2.3. Não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da pretensa contratada.

3.3. Qualificação econômico-financeira

3.3.1. Não será exigida qualificação econômico-financeira nos termos do art. 70 da Lei 14.133/2021.

3.4. Necessidade de apresentação de amostras

3.4.1.1. O procedimento de apresentação de amostras por parte da pretensa contratada não se aplica ao objeto desta contratação.





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

4. Formalização, prazo de vigência e possibilidade de prorrogação

4.1. Formalização do ajuste

4.1.1. Nota de empenho em substituição ao termo de contrato conforme inciso I do parágrafo único do art. 9º, do Anexo III, do ADG nº 14/2022 (OFÍCIO CIRCULAR Nº 1/2024/DIRECON, NUP: 00100.045727/2024-73), acompanhada do respectivo de Termo de Referência;

4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação.

4.2.1. O ajuste decorrente deste termo de referência terá vigência até a execução plena do objeto.

5. Modelo de gestão

5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste

5.1.1. Gestor Titular - Marcelo Brandão de Araújo (Mat. 38330);

5.1.2. Gestor Substituto - Aníbal Moreira Júnior (Mat. 106255);

5.1.3. Fiscal técnico Titular – Alexandre Cardoso Pereira (Mat. 265291);

5.1.4. Fiscal técnico substituto – Humberto Gauche (Mat. 222772).

5.2. Forma de comunicação entre as partes

5.2.1. A comunicação entre o SENADO e a empresa contratada se dará por meio do e-mail scco@senado.leg.br ou por meio de correspondência para endereço: Bloco IV, Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF, Senado Federal.

5.2.2. O contato junto a empresa One Eventos Corporativos Ltda. (One Cursos) será mantido com a Sra. Ione Chaves de Oliveira e Vanny, por meio dos telefones (61) 3032-9020 e (31) 98802-0387, por e-mail coordenacaovendas@onecursos.com.br e diretora@onecursos.com.br, também pelo endereço: Rua Buenos Aires, 90 salas 501 a 507 – Rio de Janeiro/RJ; CEP: 20.070-022.

6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

6.1. A contratada executará os serviços objeto deste termo de referência, compreendendo o evento em questão, no período de 07 a 09 de maio do ano de 2025.

7. Obrigações da Contratada





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

7.1. São obrigações da Contratada:

7.1.1. manter durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação, inclusive as relacionadas ao § 3º, do art.74, da Lei nº 14.133/2021 com respeito à própria empresa e ao (s) notório (s) especialista (s) envolvido (s) pessoalmente na execução do serviço;

7.1.2. apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

7.1.3. efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste serviço;

7.1.4. responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;

7.1.5. não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;

7.1.6. não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros;

7.2. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela Contratada e a ela vinculados.

7.3. Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

8. Regime de execução

8.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser prestados na modalidade presencial;

8.2. Conforme programação anexa (NUP 00100.030953/2025-31-5 (ANEXO: 005)) o evento será realizado:

8.2.1 Modalidade presencial no Hotel Golden Park Internacional Foz & Convenções, R. Alm. Barroso, 2006 - Centro, na cidade de Foz do Iguaçu-PR, no período de 07 a 09 de maio de 2025;

Obs.: Local do evento sujeito a alteração!

8.3. As modificações de data, local e demais condições e regras de execução do serviço deverão ser apresentadas na forma de nova proposta e comunicadas ao Senado Federal dentro do prazo máximo de 7 (sete) dias anteriores à realização do evento.





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

9. Condições de recebimento do objeto

9.1. Efetivada a prestação do serviço, o objeto será recebido:

9.1.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; e

9.1.2. definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data do encerramento da ação de treinamento, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual

10.1. O atraso injustificado na execução do serviço sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

10.1.1. 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

10.1.2. 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

10.1.3. 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

11. Forma de pagamento

11.1. O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, acompanhada da nota de empenho, se for o caso, condicionado ao termo detalhado de recebimento definitivo do objeto e à apresentação da garantia contratual, quando exigida.

12. Condições de reajuste

12.1. Caso o pagamento não ocorra nos primeiros 12 (doze) meses do ajuste por motivo atribuível ao SENADO, o preço poderá ser reajustado, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

13. Garantia contratual

13.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 96 da Lei 14.133/2021 para a presente contratação, pois consoante previsto no inciso I do § 2º do art. 18, Anexo III, do Ato da Diretoria-





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

Geral nº 14/2022, o valor estimado da contratação se encontra abaixo do valor limite para dispensa de licitação, não sendo razoável, portanto, a exigência de garantia.

14. Plano de contratações

14.1. Não se aplica.

15. Responsável pela elaboração do TR

Brasília, 21 de fevereiro de 2025.

(Assinado eletronicamente)

Rafael Chad Lourenço Silva

Chefe de Serviço de Planejamento e Acompanhamento Financeiro – SEPLAF/COADFI

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Mateus Gontijo de Sant'anna

Coordenador Administrativo e Financeiro do ILB – COADFI

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Marcelo Brandão de Araújo

Chefe do Serviço de Contratos e Convênios – SCCO

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Aníbal Moreira Júnior

Serviço de Contratos e Convênios - SCCO

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Nilo Amaro Bairros dos Santos

Diretor-Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB – em exercício





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

ANEXO I

1. Especificações técnicas do objeto

Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificações	CATMAT / CATSER
1	01 (um)	Evento	Inscrição de 01 (um) servidor, lotado na Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (SAFIN), no evento externo “1ª Conferência de Contratos Administrativos de Acordo com a Lei nº 14.133/2021”, a ser realizado pela One Eventos Corporativos Ltda. (One Cursos) no período de 07 a 09 de maio de 2025, modalidade presencial, na cidade de Foz do Iguaçu-PR.	25232 (Pagamento de Inscrição em Eventos)

2. Programação:

RESUMO DOS PALESTRANTES E DISCIPLINAS

07/05/25 7h30 às 8h20	Credenciamento	
07/05/25 8h30	Abertura do evento	
07/05/25 8h30 às 12h30	Antonio Anastasia	Atribuições e Desafios do Controle dos Contratos Administrativos nos diferentes níveis Federativos. Inovações diretamente ligada aos Gestores e Fiscais de Contratos, juntamente o uso da Arbitragem na Administração Pública.
07/05/25 14h às 16h	Monique Simões	Principais alterações nos Contratos Administrativos trazidas pela NLL





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

07/05/25 16h15 às 18h15	Jandeson Barbosa	O Contrato Administrativo no Futuro. Principais Armadilhas de uma Contratação e sua Transparência e Monitoramento Eletrônico.
08/05/25 8h30 às 10h30	Karine Machado	Sanções Administrativas. IN CGFOP/SUSEP nº 4 de 12/11/24, que estabelece Regras sobre Penalidades Administrativas e Critérios para Dosimetria na Aplicação das Penalidades. Responsabilidades e Atribuições dos Fiscais e Gestores de Contratos.
08/05/25 10h45 às 12h30	Sandro Henrique	Contratos por Desempenho e sob Demanda, Aspectos Críticos e Jurisprudência atual do TCU.
08/05/25 14h às 15h30	Caio Albuquerque	Prorrogações/Aditivos e os Desafios dos Novos Prazos Contratuais. IN SEGES/MGI nº 81 de 12/09/24, que dispõe sobre a Possibilidade de Compensação de Jornada nos Contratos de Prestação de Serviços Contínuos, com Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra.
08/05/25 15h45 às 17h15	a informar	Regimes de Execução e Garantia Contratual. Papel estratégico da Matriz de Alocação de Riscos.
TALK-SHOW 17h15	Palestrantes: Raquel Carvalho, Karine Machado, Sandro Henrique e Caio Albuquerque	
09/05/25 8h30 às 10h30	Franklin Brasil	Tipos e Características do Contrato Administrativo. Fraudes em Contratos: Exemplos Reais e Mecanismos de Prevenção.
09/05/25 10h45 às 12h30	Jamil Manasfi	Desafio em Manter o Equilíbrio Econômico nas Contratações Públicas; IN SEGES/MGI nº 176, de 25/11/2024, que dispõe sobre Regras e Procedimentos em Contratos de Prestação de Serviços Contínuos com Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra.
09/05/25 14h às 17h15	Christianne Stroppa	A grande função dos Contratos na Administração Pública e sua Gestão Eletrônica. Problemas enfrentados nos Contratos Administrativos e o posicionamento dos Tribunais de Contas.
TALK-SHOW 17h15	Palestrantes: Franklin Brasil, Monique Simões e Jamil Manasfi	

PROGRAMAÇÃO





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

1º DIA (07/05/2025)

Palestrantes: Ministro Antonio Anastasia, Monique Simões e Jandeson Barbosa

07h30 às 08h20	Credenciamento
08h30	Abertura do evento
08h30 às 10h30	Palestrante Ministro Antonio Anastasia
10h30 às 10h45	Coffee Break
10h45 às 12h30	Continuação da palestra
12h30 às 14h	Almoço
14h às 16h	Palestrante Monique Simões
16h às 16h15	Coffee Break
16h15 às 18h15	Palestrante Jandeson Barbosa
18h15	Encerramento das atividades

PROGRAMAÇÃO





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

2º DIA (08/05/2025)

Palestrantes: Karine Machado, Sandro Henrique, Caio Albuquerque e a informar

08h30 às 10h30	Palestrante Karine Machado
10h30 às 10h45	Coffee Break
10h45 às 12h30	Palestrante Sandro Henrique
12h30 às 14h	Almoço
14h às 15h30	Palestrante Caio Albuquerque
15h30 às 15h45	Coffee Break
15h45 às 17h15	Palestrante a informar
17h15	Talk-Show

PROGRAMAÇÃO

3º DIA (09/05/2025)

Palestrantes: Franklin Brasil, Jamil Manasfi e Christianne Stroppa





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

08h30 às 10h30	Palestrante Franklin Brasil
10h30 às 10h45	Coffee Break
10h45 às 12h30	Palestrante Jamil Manasfi
12h30 às 14h	Almoço
14h às 16h	Palestrante Christianne Stroppa
16h às 16h15	Coffee Break
16h15 às 17h15	Continuação da palestra
17h15	Talk-Show

-----X-----

OBSERVAÇÕES: Programação conforme folder anexo a proposta (NUP 00100.030953/2025-31-5 (ANEXO: 005)) e conforme *link do website* do evento (<https://eventoonecursos.com.br/1conferencia/>).

3. Critérios e práticas de sustentabilidade

8.3 Tendo em vista a natureza do objeto do presente Termo de Referência, não é aplicável a exigência de critérios e práticas de sustentabilidade.





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

ANEXO II

1. Valor estimado da contratação

Item	Unidade	Quantidade	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Inscrição	01	Inscrição no evento externo “1ª Conferência de Contratos Administrativos de Acordo com a Lei nº 14.133/2021”, a ser realizado pela One Eventos Corporativos Ltda., no período de 07 a 09 de maio de 2025, modalidade presencial, na cidade de Foz do Iguaçu-PR.	R\$ 4.290,00 (quatro mil duzentos e noventa reais)	R\$ 4.290,00 (quatro mil duzentos e noventa reais)
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 4.290,00 (quatro mil duzentos e noventa reais)





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

1.1. Conforme consta na proposta elaborada pela empresa no dia 18/02/2025 (NUP 00100.030953/2025-31-5 (ANEXO: 005)), o prazo de validade da proposta é de 60 dias;

1.2. Conforme consta no folder anexo a proposta (NUP 00100.030953/2025-31-5 (ANEXO: 005)), está incluso no valor:

1.2.1. 03 Almoços e 06 Coffee Breaks

1.2.2. Apostila elaborada exclusivamente para o Evento

1.2.3. Bloco de anotações e caneta

1.2.4. Mochila

1.2.5. Certificado em formato digital

Obs.: A frequência mínima exigida aos alunos é de 75%. Receberá o certificado apenas o aluno que atingir o percentual mínimo.





Registros marcados: [Ver marcados](#) | [E-mail/Salvar](#) | [Criar subconjunto](#) | [Adicionar a favoritos](#)

Todos registros: [Marcar todos](#) | [Desmarcar todos](#) | [Modificar](#) | [Filtrar](#) | [Solicitar DSI](#)

Sua busca: **Palavra autor= anastasia antonio 1961- or Pal. entrada secund= anastasia antonio 1961- ADJ**; Ordenados por: Ano (descendente)/Autor

Registros 1 a 10 de 40 (exibição máxima é de 10000 registros)

[Ir para o Texto](#) [Ir para #](#)
[Página Ant.](#) [Próx. Página](#)

#	Autor	Tipo mat.	Título	Data	Disponív./Emprest.	Capa	Link para acesso
1	<input type="checkbox"/> Anastasia, Antonio, 1961-	Capítulo de livro	A prescrição no âmbito do Tribunal de Contas da União	2023	SEN(1 / 0) STF(1 / 0) STJ(2 / 2) STM(1 / 0) TJD(1 / 0) TST(1 / 0)		
2	<input type="checkbox"/> Anastasia, Antonio, 1961-	Livro	Compras públicas centralizadas no Brasil : teoria, prática e perspectivas	2023	CLD(1 / 0) SEN(1 / 0) STJ(1 / 0) TCD(1 / 0)		Acesso restrito aos computadores da Câmara dos Deputados. Capa e sumário. Sumário na BDJur / Superior Tribunal de Justiça. LEI-008666 (1993) LEI-014133 (2021)
3	<input type="checkbox"/> Anastasia, Antonio, 1961-	Livro online	Compras públicas centralizadas no Brasil : teoria, prática e perspectivas	2022			Acesso restrito aos computadores da Câmara dos Deputados. Capa e sumário. Sumário na BDJur / Superior Tribunal de Justiça. LEI-008666 (1993) LEI-014133 (2021)
4	<input type="checkbox"/> Anastasia, Antonio, 1961-	Livro	Comentários ao RJET (Lei 14.010/2020) pelos autores do anteprojeto	2021	CJF(1 / 0) SEN(1 / 0) STF(1 / 0) STJ(1 / 0) TCD(1 / 0)		Versão eletrônica restrita a usuários do Superior Tribunal de Justiça. Capa e sumário. Sumário na BDJur / Superior Tribunal de Justiça. LEI-014010 (2020)
5	<input type="checkbox"/> Anastasia, Antonio, 1961-	Artigo de revista	Justificação ao Projeto de Lei 1.179 : (regime jurídico emergencial e transitório das relaç	2020	CJF(1 / 0) SEN(1 / 0) STF(1 / 0) STJ(1 / 0) TJD(1 / 0)		
6	<input type="checkbox"/> Toffoli, José Antonio Dias, 1967-	Artigo de jornal	Uma lei emergencial para o direito privado : projeto prevê normas para controlar onda de descum	2020	SEN(1 / 0) STF(1 / 0)		Texto integral (PDF) Acesso em: 7 out. 2020. PL-1179 (2020)
7	<input type="checkbox"/> Anastasia, Antonio, 1961-	Artigo de jornal	'Aécio não fará parte do meu governo, ele foi eleito deputado'	2018	SEN(1 / 0)		Site do jornal. Algumas matérias disponíveis apenas para assinantes. Acesso em: 7 ago. 2019.
8	<input type="checkbox"/> Anastasia, Antonio, 1961-	Artigo de jornal	'Aécio não vai definir sozinho sua candidatura'	2018	SEN(1 / 0)		Site do jornal. Algumas matérias disponíveis apenas para assinantes. Acesso em: 22 jul. 2019.
	<input type="checkbox"/> Anastasia, Antonio, 1961-	Folheto	Prestando contas : compromisso e resultado a favor de Minas Gerais	2017	SEN(3 / 0)		



31/01/2025, 17:01

Catálogo Coletivo - Resultados

10 Seminário Luso-Brasileiro Livro [Constituição e governança : V Seminário](#) 2017 [STJ\(1 / 0\)](#)
de Direito (5. : 2017 [Luso-Brasileiro de Direito](#)
: Lisboa)

[Versão eletrônica](#)
[\(PDF\) Acesso em: 7 maio](#)
[2019.](#)
[Sumário na BDJur /](#)
[Superior Tribunal de](#)
[Justiça.](#)

[Página Ant.](#) [Próx. Página](#)

Revisar sua busca

wau = (anastasia antonio 1961-) or wes = (anastasia antonio 1

Base

RVBI

OK

© Aleph 23 – Ex Libris e Gerência da RVBI





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Administração
Coordenação-Geral de Pessoal
Divisão de Desempenho e Desenvolvimento

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **IOC Capacitação Ltda** estabelecida no SCS Qd. 2 Bloco B ed. Palácio do Comércio, 4º andar, sala 408, cep 70.318-900, Brasília – DF, inscrita no CNPJ nº10.825.457/0001-99, executou para essa Instituição: SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, inscrita no CNPJ nº 09.203.665/0001-77, sediada no estado do Pará, o serviço abaixo especificado, no período de 21 a 24 de novembro de 2023, através dos instrutores Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Monique Simões Soares, Paulo José Ribeiro Alves, Márcio Motta Lima da Cruz, Dilmar Teixeira Machado, Rafael Jardim Cavalcante, Eduardo dos Santos Guimarães e Ministro Benjamin Zymler.

Curso modalidade Presencial	Organizadora	nº participantes
1º Simpósio Nacional One Cursos: Regulamentação e Implementação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei Nº 14.133/2021.	IOC Capacitação Ltda	10

Informamos que a empresa executou os serviços no prazo estabelecidos, demonstrando possuir Capacidade Técnica e Gerencial nos compromissos assumidos, não havendo nada até a presente data que a desabone.

Wilson Luiz Alves Ferreira
Diretor de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Luiz Alves Ferreira, Diretor**, em 30/11/2023, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0556564** e o código CRC **5C8D5830**.

Referência: Processo nº 59004.002423/2023-71

SEI nº 0556564



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL - COB, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, com sede na Avenida Jose Wilker, 605, Salas 795, 796, 887, 888, Bloco 1-D, North World Tower, Condomínio One World Offices, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ, Cep: 22.775-024, inscrito no **CNPJ sob nº 34.117.366/0001-67**, declara para fins que a empresa **IOC CAPACITACAO LTDA**, empresa comercial inscrita no **CNPJ 10.825.457/0001-99**, com sede na o SCS Qd. 2 Bloco B ed. Palácio do Comércio, 4º andar sala 408, município de Brasília/DF, Cep: 70.318-900, realizou o curso 1º Simpósio Nacional da Regulamentação e Implementação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133/21, através dos instrutores Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Monique Simões Soares, Paulo José Ribeiro Alves, Márcio Motta Lima da Cruz, Dilmar Teixeira Machado, Rafael Jardim Cavalcante, Eduardo dos Santos Guimarães e Ministro Benjamin Zymle, referente ao pedido de compras **026910**.

Declaramos ainda que o fornecedor atendeu de modo satisfatório, cumprindo as exigências e o prazo estabelecido pelo COB.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Rio de Janeiro, [datado e assinado eletronicamente]

ASSINATURA ELETRÔNICA

COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL



2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 08 de December de 2023,
14:28:42



ACT- ONE CURSOS pdf

Código do documento 60f66d11-9f5a-4ddf-8246-9b1b549e53d9



Assinaturas



Marcelo Milione do Amaral
Marcelo.Milione@cob.org.br
Assinou

Eventos do documento

06 Dec 2023, 11:58:07

Documento 60f66d11-9f5a-4ddf-8246-9b1b549e53d9 **criado** por THAMINI CARDOSO AMORIM TETEO SANTOS (9e01d37b-6b9f-4939-8769-3bdb2643425d). Email:thamini.santos@cob.org.br. - DATE_ATOM: 2023-12-06T11:58:07-03:00

06 Dec 2023, 11:58:54

Assinaturas **iniciadas** por THAMINI CARDOSO AMORIM TETEO SANTOS (9e01d37b-6b9f-4939-8769-3bdb2643425d). Email: thamini.santos@cob.org.br. - DATE_ATOM: 2023-12-06T11:58:54-03:00

08 Dec 2023, 13:45:14

MARCELO MILIONE DO AMARAL **Assinou** (d754dbb4-9c91-4f49-b226-8fdc6d461ed1) - Email: marcelo.milione@cob.org.br - IP: 179.210.114.157 (b3d2729d.virtua.com.br porta: 27144) - **Geolocalização:** -22.9312754 -43.2389706 - Documento de identificação informado: 036.003.267-24 - DATE_ATOM: 2023-12-08T13:45:14-03:00

Hash do documento original

(SHA256):f061f13584606b6c1caeb23c9a0cd08681e5cf3445af598e24688d0906b95ddb

(SHA512):361568dcdd785362d15ece26c9aa6d9b85ab3445f922b8e705d9851e3a38144f8254378e4c7f1810bbdbfd38845ca44057f48cd90eff9f9ba373bdb240f96165

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SEROPÉDICA - SEROPREVI

Rua Albino Gomes da Silva 06, Ed. Guimarães, 4º andar, Fazenda Caxias, Seropédica-RJ. CEP: 23.895-215

seroprevi.rj.gov.br

contato@seroprevi.rj.gov.br

(21) 2682-0075

CNPJ: 08.881.803/0001-04

ACT - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Nº 7/2024

SEROPÉDICA/RJ, 02 de outubro de 2024.

ATESTO para os devidos fins que a empresa IOC CAPACITAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.825.457/0001-99, estabelecida no SCS Qd. 2 Bloco B ed. Palácio do Comércio, 4º andar sala 408 cep 70.318-900, Brasília-DF, forneceu/executou para esta Autarquia os serviços abaixo especificados, no período de 24 a 27 de setembro de 2024, através dos instrutores Ministro Benjamin Zymler, Monique Simões, Ronny Charles Torres, Victor Amorim, Murilo Jacoby Fernandes, Anderson Pedra e Dr. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes.

Curso 2º Simpósio Nacional One Cursos: Boas Práticas na Lei de Licitações e Contratos – Lei 14.133/2021. Inovações e Superações dos Desafios com Nova Lei.

Participantes: Brendha Mirella Silva Diny Figueiredo e Sérgio Luiz da Conceição Assis.

ATESTO ainda, que tal serviço foi executado satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

O referido é verdade e dou fé.

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **HUGO LOPES DE OLIVEIRA - DIRETOR-PRESIDENTE**, CPF: 142.75*.**7-*0 em **02/10/2024 14:58:37**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1495.5K58.2374.630H.4135**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **4D7.AAC** - Tipo de Documento: **ACT - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA - Nº 7/2024**

Elaborado por **HUGO LOPES DE OLIVEIRA**, CPF: 142.75*.**7-*0, em **02/10/2024 14:58:37**, contendo 156 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 14V1.3858.537V.Z841.6302

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://zeropapel.seroprevi.rj.gov.br/verdocumento>





Eventos Corporativos

DESCRIÇÃO DOS INSTRUTORES

Ministro Anastasia Antônio Augusto Junho

Ministro do Tribunal de Contas da União - TCU, jurista, professor, político. Foi senador, vice-governador e governador de Minas, bem como Ministro do Trabalho. É graduado e mestre em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde obteve o título de Mestre em Direito Administrativo, defendendo uma dissertação sobre o Regime Jurídico Único, que versava sobre os servidores na Administração Pública. Atualmente, é professor em várias instituições de ensino superior. Autor e relator de importantes leis e emendas constitucionais.

Janderson da Costa Barbosa

Especialista Sênior da área de licitações e contratos do TCU. Tem experiência nas áreas de compras, licitações, pregão, gestão e fiscalização de contratos, infrações e sanções administrativas, empenho, liquidação e pagamento de despesa, legislação de pessoal, dentre outras. Mestrando em Direito e Políticas Públicas. Especialista em Direito Público. Bacharel em Direito. Escritor e palestrante. Membro dos Grupos de Pesquisa Hermenêutica do Direito Administrativo e Políticas Públicas, do Ceub, e Direito e Desenvolvimento Sustentável, também do Ceub.

Sandro Bernardes - Auditor do Tribunal de Contas da União (TCU)

Auditor do TCU há 10 anos, sendo atualmente um dos responsáveis pelo boletim de licitações e contratos editado do Tribunal; Ex-servidor da CGU; Professor de diversas instituições públicas (ISC-TCU, Enap, Ministério do Planejamento, TCE-CE, dentre outras); Formação em Economia e Pós graduação em Licitações e Contratos e em Auditoria. Professor de cursos preparatórios para concursos públicos em Brasília; São Paulo e Belo Horizonte; Autor de livro de licitações e contratos; Especialista em auditoria governamental.

Karine Lílian de Sousa Costa Machado - Auditora do Tribunal de Contas da União (TCU)

Auditora Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, onde é servidora desde 1994. Atualmente, ocupa o cargo de chefe de gabinete do ministro Benjamin Zymler. Graduada em Direito, possui MBA em Gestão da Administração Pública. É co-autora dos livros Novo Regime Jurídico de Licitações e Contratos das Empresas Estatais – Análise da Lei nº 13.303/2016 e Terceirização – Legislação, Doutrina e Jurisprudência, ambos editados pela Editora Fórum, além da publicação Licitações & Contratos - Orientações Básicas, editado pelo Tribunal de Contas da União. Conteudista do curso “Prestação de Contas: Dever do Gestor, Direito da Sociedade”, promovido pelo TCU. Palestrante de diferentes cursos nas áreas de licitações e contratos, convênios e tomada de contas especial. Instrutora do Instituto Serzedello Correa do TCU e de cursos de pós-graduação do Instituto dos Magistrados do Distrito Federal (IMAG-DF) e do Complexo de Ensino Renato Saraiva – CERS.

Caio Albuquerque

Procurador do Estado de Mato Grosso e advogado, atual Secretário Adjunto de Logística e Concessões de Mato Grosso. Mestre em Direito e Desenvolvimento Sustentável, Certificado em Concessões e PPPs pela APMG International CP3P (F, P, E).



Eventos Corporativos

Franklin Brasil

Auditor e pesquisador de compras públicas há mais de 20 anos. Bacharel em Computação pela UFMT. Mestre em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP. Doutorando em Engenharia e Gestão pela Universidade de Lisboa. Vencedor de Prêmios de Qualidade do Gasto Público. Coordena o NELCA, maior comunidade de prática de compradores públicos do Brasil. Autor de diversos artigos e livros nas áreas de governança, fraudes e terceirização.

Jamil Manasfi

Administrador Público CRA-RO nº 3033, Servidor Efetivo do Quadro da Prefeitura Municipal de Porto Velho cedido para Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD), Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras – CPLMO/CAERD; Pregoeiro e Coordenador da Comissão Permanente do Conselho Regional de Administração de Rondônia (CRA-RO), Professor Orientador de Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade São Lucas (MBA's), Consultor e Instrutor de Cursos de Capacitação em Licitações e Contratos e Formação de Pregoeiros do Instituto de Pesquisa de Rondônia – IPRO, criador da Fan Page "O Pregoeiro.com", Bacharel em Administração Pública, Especialista em Metodologia do Ensino Superior, MBA em Licitações e Contratos pela FIMCA e MBA em Gestão Pública, atualmente é Pós-Graduando MBA em Gestão de Finanças, Controladoria e Auditoria pela Faculdade São Lucas, Gestão Pública pelo Instituto Poli Civitas (INFOCO) – Curitiba e Acadêmico de Direito da Faculdade de Rondônia – FARO. Atua a mais de 13 anos na Administração Pública, tendo ocupado os cargos no Governo do Estado de Rondônia de: Assessor do Gabinete do Governador, Secretário Executivo Regional de Porto Velho da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Assessor Especial da Secretaria de Estado da Administração, Pregoeiro e Membro da Comissão Especial de Licitação no âmbito do Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia ? PIDISE/RO e da Política de Cidadania Superação da Pobreza e Erradicação da Extrema Pobreza? Plano Futuro, Assessor Técnico (Elaborador de Termo de Referência e Projetos Básico) da Secretaria de Estado de Assistência Social; Pregoeiro e Membro da Comissão Especial de Licitações de Projetos Especiais ? CELPE/PEDISE da Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos (SEAE), desempenhou na Prefeitura Municipal de Porto Velho os cargos de Agente Comunitário de Saúde, Assistente Administrativo, Cotado, Elaborador de Termo de Referência e Projetos no Fundo Municipal de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde (FMS), Pregoeiro, Auxiliar, Assistente, Membro e Secretário da Comissão Permanente de Licitação ? Educação da Coordenadoria Municipal de Licitações da Secretaria Municipal de Administração.

Monique Simões Soares

Mestre em Administração Pública - FGV/RJ, pós-graduada em Administração Pública – CEPERJ e Bacharel em Ciências Contábeis. Trabalhando há 22 anos com Licitações Públicas e Contratos Administrativos. É estatutária concursada da FAETEC, estando cedida à Secretaria de Estado de Saúde/SES, atuando como Superintendente de Aquisição e Contratos. Anteriormente, Pregoeira e Gerente da Rede de Pregoeiros do Estado do Rio de Janeiro na Secretaria de Planejamento – SEFAZ/SEPLAG. É professora do CEPERJ, Consultora, Presidente de Comissão de Licitação, professora do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC e professora de Licitações e Contratos Dos Cursos CADEMP/FGV e MBA/FGV. Membro da Comissão Permanente de Licitação do Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública / Pró-Gestão e membro da Comissão Especial de Licitação do Programa Nacional de Apoio à Modernização e Gestão dos Estados e Distrito Federal - PNAGE em atuação



Antonio Augusto Junho Anastasia

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9798247919674811>

ID Lattes: **9798247919674811**

Última atualização do currículo em 05/01/2025

Graduado e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É membro da Academia Nacional de Economia e do International Advisory Council da Fundação Dom Cabral; professor assistente da Universidade Federal de Minas Gerais (licenciado); associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Foi Vice-Governador (2007-2010) e Governador (2010-2014) do Estado de Minas Gerais e Senador da República (2015-2022). Atualmente é Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Antonio Augusto Junho Anastasia 🇧🇷

Nome em citações bibliográficas

ANASTASIA, A. A. J.

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/9798247919674811>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Facebook: <https://www.facebook.com/AntonioAnastasiaOficial>

Tribunal de Contas da União.
SAFS Qd 4 Lote 1 Ed. Sede sala 357
Zona Cívico-Administrativa
70042900 - Brasília, DF - Brasil
Telefone: (61) 35277401

URL da Homepage:
<https://portal.tcu.gov.br/institucional/ministros/antonio-anastasia/>

Redes Sociais

Formação acadêmica/titulação

1984 - 1985

Mestrado em Direito.
Universidade Federal de Minas Gerais,
UFMG, Brasil.
Título: Regime Jurídico Único do Servidor
Público, Ano de Obtenção: 1990.
Orientador: Paulo Neves de Carvalho,
Palavras-chave: Servidor; Regime Unico;
Estatutário.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito Público /
Especialidade: Direito Constitucional.

1979 - 1983

Graduação em Direito.
Universidade Federal de Minas Gerais,
UFMG, Brasil.

Atuação Profissional

Tribunal de Contas da União, TCU, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Ministro

Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Professor

INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, IDP, Brasil.

Vínculo institucional**2017 - Atual**

Vínculo: Professor Visitante,
Enquadramento Funcional: Professor

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos, UNIPAC, Brasil.

Vínculo institucional**2023 - Atual**

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Professor

Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos, IMEPAC, Brasil.

Vínculo institucional**2023 - Atual**

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Professor

Fundação Dom Cabral, FDC, Brasil.

Vínculo institucional**2012 - Atual**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Membro de Conselho

Atividades**2012 - Atual**

Conselhos, Comissões e Consultoria,
International Advisory Council.

Cargo ou função
Membro do International Advisory Council
da Fundação Dom Cabral.

Fundação João Pinheiro, FJP, Brasil.

Vínculo institucional

1984 - 2020

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Pesquisador Pleno III

**Outras
informações**

Licenciado para exercício de mandato
eletivo.

Atividades**1985 - Atual**

Extensão universitária , Centro de
Desenvolvimento Em Administração,
Unica.

Atividade de extensão realizada
Palestrista em diversos órgãos e
instituições públicas sobre os seguintes
temas: Licitação e Contrato
Administrativo; Regime Jurídico do
Servidor Público; A Nova Constituição
Estadual; Lei Orgânica Municipal;
Modernização das Relações de Trabalho.

2/1986 - 12/1991

Ensino,

Disciplinas ministradas
Direito Administrativo no Curso Superior
de Polícia - Academia de Polícia Militar de
Minas Gerais (1986, 1989, 1990, 1991)
Organização da Administração Pública
Instituições de Direito
Princípios da Administração Pública
Direito Administrativo
Introdução ao Estudo do Direito

**10/1991 -
11/1991**

Ensino, Curso de atualização em Direito
Administrativo, Nível: Aperfeiçoamento

Disciplinas ministradas
Curso de atualização em Direito
Administrativo "Paulo Neves de
Carvalho"; realizado pela Escola de
Advocacia da Ordem dos Advogados do
Brasil - Seção Minas Gerais

6/1991 - 10/1991

Direção e administração, Presidência,
Unica.

Cargo ou função
Presidente da Fundação João Pinheiro.

**04/1984 -
04/1991**

Outras atividades técnico-científicas ,
Centro de Desenvolvimento Em
Administração, Centro de
Desenvolvimento Em Administração.

Atividade realizada
Técnico Especial, Coordenador de
Projetos e Gerente do Centro de
Desenvolvimento em Administração.

1987 - 1988

Extensão universitária , Centro de
Desenvolvimento Em Administração,
Unica.

Atividade de extensão realizada
Professor do Curso de Saúde Pública
(nível de pós-graduação) da disciplina
Administração Pública, promovido pela
Escola de Saúde da Fundação Ezequiel
Dias.

**10/1987 -
11/1987**

Extensão universitária , Centro de
Desenvolvimento Em Administração,
Unica.

Atividade de extensão realizada
Professor do Curso de Aperfeiçoamento
em Direito Administrativo da Ordem dos
Avogados do Brasil, Seção de Minas
Gerais.

1986 - 1987

Extensão universitária , Centro de
Desenvolvimento Em Administração,
Unica.

Atividade de extensão realizada
Programa de Adaptação ao Oficialato do
Ministério da Aeronáutica - CIAAR/MG.

1986 - 1986

Extensão universitária , Centro de
Desenvolvimento Em Administração,
Unica.

Atividade de extensão realizada
IV Programa de Especialização em
Administração Pública - IV PEAP.

1985 - 1985

Extensão universitária , Centro de
Desenvolvimento Em Administração,
Unica.

Atividade de extensão realizada
II Programa de Especialização em
Administração Pública - II PEAP.

1985 - 1985

Extensão universitária , Centro de
Desenvolvimento Em Administração,
Unica.

Atividade de extensão realizada
III Programa de Especialização em
Administração Pública - III PEAP.

Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

Vínculo institucional

1990 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Professor Assistente, Carga
horária: 8

Outras informações

Licenciado.

Atividades

2/1990 - 12/2006

Ensino,

Disciplinas ministradas
Direito Administrativo I
Direito Administrativo II
Instituições de Direito Público e Privado

2/2001 - 03/2006

Outras atividades técnico-científicas ,
Faculdade de Direito, Faculdade de
Direito.

Atividade realizada
Membro da Câmara do Departamento de
Direito Público da Faculdade de Direito da
UFMG. Titular - Representante dos
Professores Assistentes.

**12/1985 -
12/1985**

Outras atividades técnico-científicas ,
Faculdade de Direito, Faculdade de
Direito.

Atividade realizada
Tesoureiro da Associação do Ex-Aluno da
Faculdade de Direito da UFMG.

8/1984 - 9/1984

Outras atividades técnico-científicas ,
Faculdade de Direito, Faculdade de
Direito.

Atividade realizada
Membro da Comissão Especial destinada a
elaborar o projeto de criação do
Departamento de Direito Aplicado.
Portaria n.º19/84, de 28/08/84, do Diretor
da Faculdade de Direito da UFMG.

8/1984 - 8/1984

Outras atividades técnico-científicas ,
Faculdade de Direito, Faculdade de
Direito.

Atividade realizada
Membro da Comissão Especial destinada a
estudar a criação da Academia Mineira de
Direito. Portaria 18/84. de 22/08/84, do
Diretor da Faculdade de Direito da UFMG.

3/1984 - 3/1984

Outras atividades técnico-científicas ,
Faculdade de Direito, Faculdade de
Direito.

Atividade realizada
Membro da Secretaria-Geral do VI
Congresso Nacional de Direito Penal e
Ciências Afins.

2/1984 - 2/1984

Outras atividades técnico-científicas ,
Faculdade de Direito, Faculdade de
Direito.

Atividade realizada
Membro da Comissão de Análise do
Estatuto da Associação do Ex-Aluno da
Faculdade de Direito da UFMG.

**12/1982 -
12/1983**

Outras atividades técnico-científicas ,
Faculdade de Direito, Faculdade de
Direito.

Atividade realizada
Diretor-Adjunto do Departamento de
Assistência Judiciária - DAJ da Faculdade
de Direito da UFMG.

4/1982 - 12/1983

Estágios , Faculdade de Direito, Divisão de
Assistência Judiciária.

Estágio realizado
Assistência judiciária gratuita à população
de baixa renda.

**10/1983 -
10/1983**

Outras atividades técnico-científicas ,
Faculdade de Direito, Faculdade de
Direito.

Atividade realizada
Membro da Comissão Especial
encarregada de programar e organizar as
atividades esportivas na comemoração ao
75º Aniversário do Centro Acadêmico
Afonso Pena e ao 25º Aniversário do
Departamento de Assistência Judiciária.
Portaria 32/83, de 07/10/83, do.

7/1982 - 6/1983

Conselhos, Comissões e Consultoria,
Faculdade de Direito.

Cargo ou função
Representante do Corpo Discente junto ao
Colegiado de Curso.

5/1983 - 5/1983

Outras atividades técnico-científicas ,
Faculdade de Direito, Faculdade de
Direito.

Atividade realizada
Membro da Comissão Especial destinada a
analisar as "Restrições Orçamentárias e
suas Repercussões nas Atividades Fins da
Faculdade" - Portaria n.º 14/83, de
05/05/1983, do Diretor da Faculdade de
Direito da UFMG.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, IBDA, Brasil.

Vínculo institucional

1987 - Atual

Vínculo: Associado, Enquadramento
Funcional: Membro

Instituto Mineiro de Direito Administrativo, IMDA, Brasil.

Vínculo institucional

1988 - 1997

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Diretor e Vice-Presidente

Atividades

1/1988 - 11/1997

Direção e administração, Direção e Vice
Presidência, Unica.

Cargo ou função
Diretor de Promoções e Vice-Presidente.

Academia Nacional de Economia, ANE, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - Atual

Vínculo: Membro Titular Acadêmico,
Enquadramento Funcional: Membro

Atividades

04/2012 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria,
Cátedra nº 4 - Patrono Aureliano Candido
Tavares Bastos.

Cargo ou função
Membro Titular Acadêmico - Cátedra nº 4
- Patrono Aureliano Candido Tavares
Bastos.

Governo do Estado de Minas Gerais, GOVERNO/MG, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2014

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Governador, Regime:
Dedicação exclusiva.

Vínculo institucional

2007 - 2010

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Vice-Governador, Regime:
Dedicação exclusiva.

Vínculo institucional

2005 - 2006

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Secretário de Estado de Defesa
Social, Carga horária: 0

Vínculo institucional

2003 - 2006

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Secretário de Estado de
Planejamento e Gestão

Vínculo institucional

1994 - 1994

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Secretário de Estado de RH e
Administração

Vínculo institucional**1994 - 1994**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Secretário de Estado de
Cultura

Vínculo institucional**1991 - 1994**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Secretário-Adjunto de Estado
do Planejamento

Vínculo institucional**1989 - 1991**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Consultor

**Outras
informações**

Consultor da Secretaria de Estado de
Recursos Humanos e Administração para
a Instituição do Regime Jurídico Único do
Servidor Público em Minas Gerais

Atividades**03/2010 -
04/2014**

Direção e administração, Governadoria.

Cargo ou função
Governador do Estado de Minas Gerais.

**01/2007 -
03/2010**

Direção e administração, Vice-
Governadoria.

Cargo ou função
Vice-Governador do Estado de Minas

Gerais.

**10/2006 -
12/2006**

Direção e administração, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Cargo ou função
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão.

**03/2005 -
03/2006**

Direção e administração, Secretaria de Estado de Defesa Social.

Cargo ou função
Secretário de Estado de Defesa Social.

**01/2003 -
03/2006**

Direção e administração, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Cargo ou função
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão.

1996 - 1996

Outras atividades técnico-científicas ,
Banca de Concursos, Banca de Concursos.

Atividade realizada
Membro da Banca Examinadora dos seguintes concursos públicos: Procurador da Fazenda Estadual de Minas Gerais; Procurador do Estado de Minas Gerais; Juiz de Direito Substituto do Estado de Minas Gerais.

8/1994 - 12/1994

Direção e administração, Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração, Unica.

Cargo ou função
Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração.

4/1991 - 8/1994

Direção e administração, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação do Governo de Minas Gera, Unica.

Cargo ou função
Secretário-Adjunto de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

12/1990 - 4/1991

Direção e administração, Comissão de Transição do Governo Hélio Garcia, Unica.

Cargo ou função
Membro da comissão de transição do Governo Hélio Garcia..

5/1988 - 4/1991

Serviços técnicos especializados ,
Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração, Unica.

Serviço realizado
Consultur da Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração para a Instituição do Regime Jurídico Único do Servidor Público emn Minas Gerais.

Ministério da Justiça, MJ, Brasil.

Vínculo institucional

1999 - 2001

Vínculo: , Enquadramento Funcional:
Secretário-Executivo

Atividades

7/1999 - 1/2001

Direção e administração, Secretaria Executiva, Unica.

Cargo ou função
Secretário-Executivo.

3/1999 - 7/1999

Direção e administração, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Unica.

Cargo ou função
Secretário-Adjunto.

Ministério do Trabalho, MTR, Brasil.

Vínculo institucional

1995 - 1999

Vínculo: , Enquadramento Funcional:
Secretário-Executivo

Atividades

1/1995 - 3/1999

Direção e administração, Secretaria
Executiva, Única.

Cargo ou função
Secretário-Executivo.

Faculdade de Direito Professor Milton Campos, FMC, Brasil.

Vínculo institucional

1986 - 1991

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Professor Adjunto

Atividades

8/1986 - 12/1991

Ensino,

Disciplinas ministradas
Direito Constitucional
Direito Administrativo

Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa, FUNDEP, Brasil.

Vínculo institucional

1985 - 1991

Vínculo: Contratado, Enquadramento
Funcional: Assessor jurídico

Atividades

2/1985 - 4/1991

Serviços técnicos, especializados ,
Assessoria Jurídica, Única.

Serviço realizado
Assessor Jurídico da Fundação de
Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP.

Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, IHGMG, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - Atual

Vínculo: Associado, Enquadramento
Funcional: Membro

Assembléia Legislativa de Minas Gerais, ALMG, Brasil.

Vínculo institucional

1988 - 1989

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Assessor jurídico

Outras informações

Assessor Jurídico para Assuntos
Constituintes do Deputado Estadual
Bonifácio Mourão, Relator da IV
Assembleia Constituinte do Estado de
Minas Gerais

Livraria Del Rey Editora Ltda, LDRE, Brasil.

Vínculo institucional

1997 - 1998

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Conselheiro Editorial

Atividades

1997 - 1998

Serviços técnicos, especializados ,
Conselho Editorial, Unica.

Serviço realizado
Membro do Conselho.

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Administração / Subárea:
Administração Pública.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito
Administrativo.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito
Constitucional.

Idiomas

Português

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem,
Escreve Bem.

Inglês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem,
Escreve Razoavelmente.

Francês

Compreende Bem, Fala Razoavelmente,
Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Razoavelmente,
Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2021

Medalha Comemorativa do Centenário da Visita dos Reis Belgas ao Brasil em 1920, Embaixada do Reino da Bélgica.

2021

Grande Medalha de Mérito Cidade de Sete Lagoas, Prefeitura Municipal de Sete Lagoas/MG.

2020

Ordem do Mérito da Advocacia-Geral da União - Grã-Cruz, Advocacia-Geral da União.

2020

Título de Cidadão Honorário do Município de Nepomuceno, Câmara Municipal de Nepomuceno/MG.

2019

Medalha de Honra ao Mérito, Sindicatos dos Policiais Rodoviários Federais e dos Policiais Federais de Minas Gerais.

2019

Comenda Especial do Mérito Municipalista, Associação Mineira de Municípios AMM.

2019

Comenda Padre Maximino Benassati, Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo.

2019

Grande Colar José de Oliveira Fagundes, Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira.

2019

Troféu Inconfidentes, Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais.

2019

Título de Cidadão Honorário do Município de Bom Despacho, Câmara Municipal de Bom Despacho/MG.

2018

Parlamentar Amigo do Baleia, Hospital da Baleia - Belo Horizonte/MG.

2018

Comenda Educador de Minas 2018, Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG.

2018

Medalha da Ordem do Mérito do Trabalho
Getúlio Vargas - Grau Grande Oficial,
Ministério do Trabalho.

2018

Medalha Major Eustáquio, Câmara
Municipal de Uberaba.

2017

Medalha Mérito Desportivo Militar,
Ministério de Estado da Defesa.

2017

Medalha do Mérito Educacional, Centro
Universitário do Sul de Minas.

2017

Prêmio Esperança 2017 - Categoria
Parceiro, Santa Casa de Misericórdia de
Belo Horizonte.

2017

Prêmio Machado de Assis, Confederação
dos Servidores Públicos do Brasil CSPB.

2017

Medalha Patriótica - Sociedade Civil 2017,
Movimento Patriotas.

2017

Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro.

2016

Medalha Tiradentes, Grande Oriente do
Brasil - Minas Gerais.

2016

Colar do Mérito Cívico Joaquim José da
Silva Xavier - "Alferes Tiradentes", Ordem
dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira.

2016

Medalha Semeador do Cooperativismo,
SICOOB Central Crediminas.

2016

Medalha da Ordine Della Stella d'Italia,
Presidência da República da Itália.

2016

Prêmio Liberdade - 2016, Instituto de
Formação de Líderes - IFL.

2015

Comenda Padre Belchior Pinheiro de Oliveira, Prefeitura Municipal de Pitangui/MG.

2015

Troféu Mérito Maior da Música 2015, Prêmio Mineiro da Música Independente.

2015

Ordem do Mérito do Ministério Público Militar, Ministério Público Militar da União.

2015

Comenda Adão Araújo, Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Além Paraíba/MG.

2015

Medalha do Mérito Municipalista, Associação Mineira dos Municípios.

2015

Diploma Amigo da Oftalmologia Brasileira, Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

2015

Comenda Paulo Neves de Carvalho, Ordem dos Advogados do Brasil/MG - Comissões de Direito Urbanístico e de Direito dos Animais.

2014

Título de Cidadão Honorário do Município de Teófilo Otoni, Câmara Municipal de Teófilo Otoni/MG.

2014

Grande Colar do Mérito Industrial, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

2014

Comenda João Gomes, Prefeitura Municipal de Santos Dumont/MG.

2014

Medalha Mérito Legislativo Presidente Itamar Augusto Cautiero Franco, Câmara Municipal de Três Corações/MG.

2014

Medalha Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte/MG.

2014

Medalha Reconhecimento Maçônico - 70 Anos, Grande Oriente de Minas Gerais.

2014

Medalha Quíron - Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

2014

Medalha da Ordem do Mérito Empresarial Juscelino Kubitschek, Associação Comercial e Empresarial de Minas.

2013

Título de Cidadão Honorário Campos-altense, Câmara Municipal de Campos Altos/MG.

2013

Título de Cidadão Honorário do Município de Mantena, Câmara Municipal de Mantena/MG.

2013

Título de Cidadão Honorário do Município de Patrocínio, Câmara Municipal de Patrocínio/MG.

2013

Título de Cidadão Honorário do Município de Pitangui, Câmara Municipal de Pitangui/MG.

2013

Comenda Ordem do Mérito da Advocacia Pública (Grau Orion), Associação Brasileira de Advogados Públicos.

2013

Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (Grau Grã-Cruz), Tribunal Superior do Trabalho.

2013

Medalha do Mérito da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais.

2013

Medalha Dona Joaquina de Pompéu,
Prefeitura Municipal de Pompéu/MG.

2013

Medalha do Mérito da Defensoria Pública
(Grau Grande Colar), Defensoria Pública
do Estado de Minas Gerais.

2013

Medalha Comemorativa dos 25 Anos do
Museu Memória do Tribunal de Justiça,
Tribunal de Justiça do Estado de Minas
Gerais.

2013

Título de Agraciado Benemérito pelos
relevantes serviços prestados à causa da
pessoa com deficiência, Federação das
Associações de Pais e Amigos dos
Excepcionais do Estado de Minas Gerais.

2013

Título de Sócio Honorário do Rotary Club
de Belo Horizonte/MG, Rotary Club de
Belo Horizonte/MG.

2013

Título de Membro Benemérito do Diretório
Acadêmico Orozimbo Nonato, Diretório
Acadêmico da Faculdade de Direito Milton
Campos, Belo Horizonte/MG.

2012

Título de Cidadão Honorário Caldense,
Câmara Municipal de Caldas/MG.

2012

Título de Cidadão Honorário do Município
de Poté, Câmara Municipal de Poté/MG.

2012

Comenda Governador Benedito
Valladares Ribeiro (Grau Grande Mérito),
Prefeitura Municipal de Florestal/MG.

2012

Medalha da Ordem do Rio Branco (Grau
Grã-Cruz), Ministério das Relações
Exteriores.

2012

Medalha do Mérito Legislativo, Câmara
dos Deputados.

2012

Medalha Professor Raimundo Cândido,
Ordem dos Advogados do Brasil - Seção
Minas Gerais.

2012

Medalha da Ordem do Mérito Naval (Grau
Grande Oficial), Presidência da República.

2012

Medalha do Mérito Tenente-Coronel João
Batista de Assis (Grau Ouro), União dos
Militares do Estado de Minas Gerais.

2012

Medalha da Ordem do Mérito Anhanguera
(Grau Grã-Cruz), Governo do Estado de
Goiás.

2012

Medalha do Mérito Extensão Rural,
Empresa de Assistência Técnica e
Extensão Rural do Estado de Minas
Gerais.

2012

Colar de Mérito Umbelina Lopes,
Associação dos Defensores Públicos do
Estado de Minas Gerais.

2012

Comenda Vivekananda, Consulado A.H.
da Índia em Minas Gerais e Rio de
Janeiro.

2012

Conselheiro Grande-Benemérito do Clube
Atlético Mineiro, Clube Atlético Mineiro,
Belo Horizonte/MG.

2012

Título de Sócio Benemérito da Associação
Mineira de Inspectores Escolares,
Associação Mineira de Inspectores
Escolares.

2012

Colar do Mérito da Associação dos
Membros dos Tribunais de Contas do
Brasil, Associação dos Membros dos
Tribunais de Contas do Brasil.

2012

Medalha Destaque na Administração
Pública 2012 em Minas Gerais, Faculdade
Novos Horizontes, Belo Horizonte/MG.

2012

Medalha Hípica 50 Anos, Federação Hípica de Minas Gerais.

2012

Medalha de Honra ao Mérito John R. Cotrim, Furnas.

2012

Medalha do Mérito Judiciário Estadual, Associação Nacional dos Magistrados Estaduais.

2012

Medalha do Mérito Cooperativista "Paulo de Sousa Lima", Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais.

2012

Escudo de Ouro do Mérito Minastenista, Minas Tênis Clube, Belo Horizonte/MG.

2012

Líder em Eficiência da Administração Pública 2012, Grupo de Líderes Empresariais.

2012

Título de Sócio Benemérito do América Futebol Clube, América Futebol Clube, Belo Horizonte/MG.

2012

Medalha Professor Diógenes de Araújo Neto e do Mérito Acadêmico, Faculdades Vale do Carangola, Carangola/MG.

2012

Título "Socio D'Onore", Associazione Cilentani nel Mondo, Vallo della Lucania, Salerno, Itália.

2012

Comenda Mérito Desportivo, Confederação Brasileira de Futebol Sete Society.

2012

Prêmio João Cidadão 2012, Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais e Fed. Mineira de Fundações e Associações de Dir. Privado.

2011

Título de Cidadão Andradense, Câmara Municipal de Andradas/MG.

2011

Título de Cidadão Honorário do Município de Albertina, Câmara Municipal de Albertina/MG.

2011

Título de Cidadão Honorário do Município de Capitão Enéas, Câmara Municipal de Capitão Enéas/MG.

2011

Título de Cidadão Honorário do Município de Divinópolis, Câmara Municipal de Divinópolis/MG.

2011

Título de Cidadão Honorário do Município de Minas Novas, Câmara Municipal de Minas Novas/MG.

2011

Título de Cidadão Honorário do Município de Pouso Alto, Câmara Municipal de Pouso Alto/MG.

2011

Título de Cidadão Honorário do Município de Sabinópolis, Câmara Municipal de Sabinópolis/MG.

2011

Título de Cidadão Honorário do Município de Santa Luzia, Câmara Municipal de Santa Luzia/MG.

2011

Título de Cidadão Honorário do Município de Taiobeiras, Câmara Municipal de Taiobeiras/MG.

2011

Título de Cidadão Honorário Pratapolense, Câmara Municipal de Pratapolis/MG.

2011

Título de Cidadão Honorário Santarritense, Câmara Municipal de Santa Rita do Sapucaí/MG.

2011

Título de Cidadão Sampetrense, Câmara Municipal de São Pedro da União/MG.

2011

Medalha Desembargador Hélio Costa, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

2011

Medalha Ordem do Mérito Militar (Grau Grande Oficial), Presidência da República.

2011

Colar do Mérito do Ministério Público "Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos", Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

2011

Comenda Antônio Secundino de São José, Governo do Estado de Minas Gerais.

2011

Medalha João Pinheiro da Silva, Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

2011

Medalha de Honra ao Mérito, Prefeitura Municipal de Minas Novas/MG.

2011

Medalha Jason Albergaria, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

2011

Medalha de Honra ao Mérito Odontológico, Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais.

2011

Comenda da Magna Ordem Farmacêutica, Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais.

2011

Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, Prefeitura Municipal de São Lourenço/MG.

2011

Medalha do Centenário de Conquista, Prefeitura Municipal de Conquista/MG.

2011

Título de Sócio Efetivo e Presidente de Honra, Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

2011

Comenda Sinhá Moreira, Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos Eletrônicos e Similares, Santa Rita do Sapucaí/MG.

2011

Título Padrinho de Honra, Centro de Desenvolvimento Lojista Jovem, Belo Horizonte/MG.

2011

Prêmio Melhores de Hoje - Setor Administração Pública - Edição 2000, Jornal Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG.

2011

Título de Professor Honoris Causa, Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre/MG.

2011

Medalha de Honra ao Mérito, Instituto Mário Penna, Belo Horizonte/MG.

2011

Diploma de Honra ao Mérito "300 Anos do Legislativo Marianense", Câmara Municipal de Mariana/MG.

2011

Honra ao Mérito, Câmara Municipal de Guaxupé/MG.

2010

Título de Cidadão Honorário do Município de Água Boa, Câmara Municipal de Água Boa/MG.

2010

Título de Cidadão Honorário do Município de Araxá, Câmara Municipal de Araxá/MG.

2010

Título de Cidadão Honorário do Município de Contagem, Câmara Municipal de Contagem/MG.

2010

Título de Cidadão Honorário do Município de Formiga, Câmara Municipal de Formiga/MG.

2010

Título de Cidadão Honorário do Município de Janaúba, Câmara Municipal de Janaúba/MG.

2010

Título de Cidadão Honorário do Município de Lavras, Câmara Municipal de Lavras/MG.

2010

Título de Cidadão Honorário do Município de Moema, Câmara Municipal de Moema/MG.

2010

Título de Cidadão Honorário do Município de Paracatu, Câmara Municipal de Paracatu/MG.

2010

Título de Cidadão Honorário do Município de Pompéu, Câmara Municipal de Pompéu/MG.

2010

Título de Cidadão Honorário do Município de Raposos, Câmara Municipal de Raposos/MG.

2010

Título de Cidadão Honorário do Município de São Gonçalo do Pará, Câmara Municipal de São Gonçalo do Pará/MG.

2010

Título de Cidadão Honorário do Município de São João Batista do Glória, Câmara Municipal de São João Batista do Glória/MG.

2010

Título de Cidadão Honorário do Município de Serro, Câmara Municipal de Serro/MG.

2010

Título de Cidadão Honorário Delfinopolitano, Câmara Municipal de Delfinópolis/MG.

2010

Título de Cidadão Honorário Paraisense, Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG.

2010

Título de Cidadão Honorário do Município de Japaraíba, Câmara Municipal de Japaraíba/MG.

2010

Título de Cidadão Poços-caldense, Câmara Municipal de Poços de Caldas/MG.

2010

Grande Colar da Medalha da Inconfidência, Governo do Estado de Minas Gerais.

2010

Comenda União Nacional dos Legislativos Estaduais, União Nacional dos Legislativos Estaduais.

2010

Comenda da Ordem Municipal do Brasão de Armas, Prefeitura Municipal de Caeté/MG.

2010

Prêmio Gestão Ambiental 2010, Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta, Belo Horizonte/MG.

2010

Medalha Comemorativa do Jubileu de Ouro, Fundação Gorceix, Ouro Preto/MG.

2010

Medalha de Honra ao Mérito da Indústria da Panificação, Sindicato e Associação Mineira da Indústria de Panificação, Belo Horizonte/MG.

2010

Destaque de Honra em Administração Pública, Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais.

2010

Título de Liderança Política - 2010, Associação Brasileira e Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos Eletrônicos e Similares, SP.

2010

Troféu "O Tira", Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

2010

Troféu Irmã Beata - Honra à Benemerência, Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros/MG.

2010

Homenagem - Promotor do Desenvolvimento Econômico do Pólo - 2010", Sindicato Intermunicipal da Indústria do Calçado de Nova Serrana/MG.

2010

Título de Cidadão Honorário do Município de Juruáia, Câmara Municipal de Juruáia/MG.

2010

Título de Cidadão Honorário do Município de Queluzito, Câmara Municipal de Queluzito/MG.

2009

Título de Cidadão Baependiano, Câmara Municipal de Baependi/MG.

2009

Título de Cidadão Honorário do Município de Camanducaia, Câmara Municipal de Camanducaia/MG.

2009

Título de Cidadão Honorário do Município de Campo Florido, Câmara Municipal de Campo Florido/MG.

2009

Título de Cidadão Honorário do Município de Conceição da Aparecida, Câmara Municipal de Conceição da Aparecida/MG.

2009

Título de Cidadão Honorário do Município de Machado, Câmara Municipal de Machado/MG.

2009

Título de Cidadão Honorário do Município de Monte Carmelo, Câmara Municipal de Monte Carmelo/MG.

2009

Título de Cidadão Honorário do Município de Nova Porteira, Câmara Municipal de Nova Porteira/MG.

2009

Título de Cidadão Honorário do Município de Setubinha, Câmara Municipal de Setubinha/MG.

2009

Título de Cidadão Varginhense, Câmara Municipal de Varginha/MG.

2009

Título de Cidadão Honorário do Município de Campo Belo, Câmara Municipal de Campo Belo/MG.

2009

Título de Cidadão Honorário Diamantinense, Câmara Municipal de Diamantina/MG.

2009

Título de Cidadão Honorário do Município de Boa Esperança, Câmara Municipal de Boa Esperança/MG.

2009

Título de Cidadão Honorário do Município de Ouro Fino, Câmara Municipal de Ouro Fino/MG.

2009

Título de Cidadão Honorário do Município de Governador Valadares, Câmara Municipal de Governador Valadares/MG.

2009

Comenda Desembargador Guido de Andrade, Associação dos Magistrados Mineiros.

2009

Grande Medalha do Mérito da Silvicultura, Associação Mineira de Silvicultura.

2009

Medalha do Mérito Desembargador Ruy Gouthier de Vilhena, Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.

2009

Insígnia Presidente Tancredo Neves, Instituto Mineiro de Direito Constitucional.

2009

Medalha do Mérito Sesquicentenário, Prefeitura Municipal de Pará de Minas/MG.

2009

Medalha do Mérito Empresarial Dr. Lubomir Abadjieff, Associação Empresarial de Santa Luzia/MG.

2009

Mérito Eclesiástico, Conselho dos Evangélicos de Minas Gerais.

2009

Comenda Centenário José de Magalhães Pinto, Câmara Municipal de Santo Antônio do Monte/MG.

2009

Título de Cidadão Honorário do Município de Campo Florido/MG, Câmara Municipal de Campo Florido/MG.

2008

Título de Cidadão Esperafelicense, Câmara Municipal de Espera Feliz/MG.

2008

Título de Cidadão Honorário do Município de Juiz de Fora, Câmara Municipal de Juiz de Fora/MG.

2008

Título de Cidadão Honorário do Município de Mirai, Câmara Municipal de Mirai/MG.

2008

Título de Cidadão Honorário do Município de Uberlândia, Câmara Municipal de Uberlândia/MG.

2008

Título de Cidadão Passense, Câmara Municipal de Passos/MG.

2008

Título de Cidadão Honorário do Município de São Gonçalo do Sapucaí, Câmara Municipal de São Gonçalo do Sapucaí/MG.

2008

Título de Cidadão Honorário do Município de Pouso Alegre, Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG.

2008

Medalha do Mérito Consular, Associação dos Membros do Corpo Consular do Estado de Minas Gerais.

2008

Comenda Teófilo Otoni, Governo do Estado de Minas Gerais.

2008

Medalha de 200 Anos da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

2008

Ordem do Mérito Penitenciário, Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados, Itaúna/MG.

2008

Medalha Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, Centro da Comunidade Luso-Brasileira, Belo Horizonte/MG.

2008

Título de Diretor Honorário do Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Branco e Base, Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Branco/MG e Base.

2008

Medalha Comemorativa, Clube Atlético Mineiro, Belo Horizonte/MG.

2008

Título de Cidadão Honorário do Município de Luz/MG, Câmara Municipal de Luz/MG.

2007

Título de Cidadão Honorário do Município de Montes Claros, Câmara Municipal de Montes Claros/MG.

2007

Título de Cidadão Honorário do Município de São Tiago, Câmara Municipal de São Tiago/MG.

2007

Título de Cidadão Muriaense, Câmara Municipal de Muriaé/MG.

2007

Comenda Mário Behring, Grande Loja Maçônica de Minas Gerais.

2007

Grande Medalha do Mérito Itapecericano,
Prefeitura Municipal de Itapecerica/MG.

2007

Medalha do Mérito Municipal - Centenário
Dr. Lindouro Avelar, Prefeitura Municipal
de Lagoa Santa/MG.

2007

Medalha Ordem do Mérito Legislativo do
Estado de Minas Gerais (Grau Grande
Mérito), Assembleia Legislativa do Estado
de Minas Gerais.

2007

Medalha da Ordem do Mérito Judiciário
Militar, Superior Tribunal Militar.

2007

Medalha da Ordem do Mérito Militar (Grau
Comendador), Presidência da República.

2007

Medalha Dia do Estado de Minas Gerais,
Governo do Estado de Minas Gerais.

2007

Grande Colar do Mérito Legislativo
Municipal, Câmara Municipal de Belo
Horizonte/MG.

2007

Medalha Cruz da Batalha de Santa Luzia,
Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MG.

2007

Destaque em Ciências Jurídicas -
Homenagem Especial, Conselho Editorial
da Editora Del Rey, Belo Horizonte/MG.

2006

VIII Prêmio Minas - Desempenho
Empresarial, Categoria "Personalidade da
Administração Pública do Estado de Minas
Gerais 2005/2006", Revista Mercado
Comum, Belo Horizonte/MG.

2006

Doutor Honoris Causa, Universidade
Estadual de Montes Claros/MG
UNIMONTES.

2006

Prêmio Desempenho e Competência do Setor Público de Minas Gerais - 2006, Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - Minas Gerais.

2006

Troféu Amigos da Educação - 2006, Associação de Professores Públicos de Minas Gerais.

2006

Título de Cidadão Honorário do Município de Itapecerica/MG, Câmara Municipal de Itapecerica/MG.

2005

Comenda Arthur Bernardes, Câmara Municipal de Viçosa/MG.

2005

Medalha Presidente Juscelino Kubitschek (Grau Grande Medalha), Governo do Estado de Minas Gerais.

2005

Medalha do Mérito do Ministério Público "Promotor de Justiça José Lins do Rego Santos", Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

2005

Colar do Mérito Judiciário, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

2005

Colar do Mérito Judiciário Militar, Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

2005

Medalha da Inconfidência (Grau Grande Medalha), Governo do Estado de Minas Gerais.

2005

Medalha Sobral Pinto, Câmara Municipal de Barbacena/MG.

2005

Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico (Grau Oficial), Presidência da República.

2005

Medalha do Mérito Coronel Fulgêncio de Souza Santos (Grau Ouro), União dos Militares do Estado de Minas Gerais.

2005

Comenda do Mérito Arthur Bernardes,
Associação Comercial de Viçosa/MG.

2005

Título de Bombeiro Honorário, Corpo de
Bombeiros Militar de Minas Gerais.

2005

Troféu, Polícia Militar do Estado de Minas
Gerais.

2005

Mérito Comendador Henrique Guilherme
Fernando Halfeld, Prefeitura Municipal de
Juiz de Fora/MG.

2004

Destaque de Minas Gerais 2004,
Federação das Associações Comerciais e
Empresariais do Estado de Minas Gerais.

2003

Medalha da Ordem do Mérito Imperador
Dom Pedro II, Corpo de Bombeiros Militar
de Minas Gerais.

2003

Colar do Mérito da Corte de Contas
Ministro José Maria Alkmin, Tribunal de
Contas do Estado de Minas Gerais.

2003

Medalha do Mérito da Defesa Civil,
Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de
Minas Gerais.

2003

Medalha do Mérito Policial Civil Delegado
Luiz Soares de Souza Rocha, Polícia Civil
do Estado de Minas Gerais.

2003

Medalha do Aleijadinho, Prefeitura
Municipal de Ouro Preto/MG.

2002

Medalha Justiça Século XXI, Tribunal
Regional Federal da 1ª Região - Seção
Judiciária de Minas Gerais.

2002

Medalha do Mérito da Justiça e de Direitos Humanos, Governo do Estado de Minas Gerais.

2001

Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Juiz Ari Rocha, Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

2000

Prêmio Melhor de Minas Gerais - Administração Pública, Jornal Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG.

2000

Medalha Comemorativa dos 55 anos da Justiça do Trabalho e Integração do Poder Judiciário, Tribunal Superior do Trabalho.

1999

Título de Cidadão Honorário do Município de Uberaba, Câmara Municipal de Uberaba/MG.

1998

Medalha da Ordem do Mérito Naval (Grau Comendador), Ministério da Marinha.

1998

Medalha Comemorativa do Centenário de Nascimento de Rui Barbosa, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro/RJ.

1997

Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria Alckmim, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

1997

Título de Filho Ilustre de Belo Horizonte - 100 Anos, Fundação Cultural dos Profissionais da Educação e Associação de Professores Públicos de Minas Gerais.

1997

Diploma de Benemérito, Universidade Estadual de Montes Claros/MG UNIMONTES.

1996

Medalha da Ordem do Rio Branco (grau Grande Oficial), Ministério das Relações Exteriores.

1996

Medalha do Mérito Judiciário do Trabalho (Grau Comendador), Tribunal Superior do Trabalho.

1996

Medalha Almirante Tamandaré, Ministério da Marinha.

1994

Medalha Santos Dumont (Grau Ouro), Governo do Estado de Minas Gerais.

1994

Medalha da Inconfidência (Grau Medalha de Honra), Governo do Estado de Minas Gerais.

1994

Medalha Ordem do Mérito Legislativo Municipal, Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG.

1994

Mérito de Proteção à Natureza, Governo do Estado de Minas Gerais.

1993

Título Mérito Judiciário, Clube dos Advogados de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.

1992

Medalha Bicentenário da Morte do Alferes Tiradentes, Polícia Militar de Minas Gerais.

1992

Medalha Ordem do Mérito Legislativo do Estado de Minas Gerais (Grau Mérito Especial), Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

1992

Medalha Santos Dumont (Grau Prata), Governo do Estado de Minas Gerais.

1991

Medalha Alferes Tiradentes - Bicentenário da Inconfidência Mineira, Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

1989

Diploma do Mérito Constituinte - conferido pela IV Assembléia Constituinte do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento à colaboração no processo de elaboração da

Constituição do Estado, Assembléia
Constituinte do Estado de Minas Gerais.

1983

Prêmio Barão do Rio Branco - recompensa ao mérito do Bacharelado que, tendo feito todo o Curso na Faculdade, além de elevadas notas em provas e exames, ocupou posição de destaque intelectual entre seus colegas e não teve nota em desabono de sua conduta, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

1983

Prêmio Raphael Magalhães e Cândido Naves - atribuído ao Bacharel que obteve melhor nota em prova específica, dentre aqueles que se destacaram, com as médias mais elevadas, na matéria de Direito Processual Civil, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

1983

Prêmio Professor Messias Pereira Donato - conferido ao Bacharel que mais se destacou na matéria Direito Civil, através das notas obtidas durante o curso, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

1979

Certif d'Études Pratiques de l'Alliance Française (CEPAL), Alliance Française au Brésil.

1978

First Certificate in English, University of Cambridge.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

ANASTASIA, A. A. J. A inteligência artificial no controle de políticas públicas. REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, v. 1, p. 43-51, 2024.

2.

ANASTASIA, A. A. J.. A insegura Segurança Jurídica. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 1, p. 16-21, 2022.

3.

ANASTASIA, A. A. J.. A nova lei de licitações e contratos administrativos. Revista Datavenia, v. 1, p. 8-9, 2021.

4.

ANASTASIA, A. A. J.. Aspectos Gerais das Parcerias Público-Privadas no contexto da Reforma do Estado. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 56, p. 171-203, 2005.

5.

ANASTASIA, A. A. J.. Da Constitucionalidade dos artigos 105 a 107 do ADTC/MG. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 16, p. 1940-1950, 2003.

6.

ANASTASIA, A. A. J.. Reforma do Estado: uma necessidade?. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 25, p. 17-31, 1997.

7.

ANASTASIA, A. A. J.. Fundação Educacional. Opção por sua desvinculação do Poder Público. Consequência quanto à supervisão pedagógica. REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, v. 9, p. 75-87, 1993.

8.

★ **ANASTASIA, A. A. J.**. Natureza Jurídica das Fundações Instituídas pelo Poder Público. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.

9.

ANASTASIA, A. A. J.. O IPTU como Instrumento de Administração Urbana. Análise Conjuntura, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 149-164, 1986.

10.

ANASTASIA, A. A. J. Sustação de Protesto. Boletim Fiscal do Mapa Etécnico Fiscal, v. 575, p. 141-141, 1984.

11.

ANASTASIA, A. A. J. A Defesa na Ação Expropriatória. Boletim Fiscal do Mapa Etécnico Fiscal, Belo Horizonte, v. 581, p. 91-92, 1984.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

★ Toffoli, D (Org.) ; Tebet, S (Org.) ; **ANASTASIA, A. A. J.** (Org.) . Comentários ao RJET (Lei 14.010/2020) pelos autores do anteprojeto.. 1. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2021. v. 1.

2.

★ **ANASTASIA, A. A. J.** Regime Jurídico Único do Servidor Público. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Livraria Del Rey, 1990. v. 1. 240p .

Capítulos de livros publicados

1.

ANASTASIA, A. A. J. Prefácio. A EXCLUSÃO DE LICITAÇÃO NAS ESTATAIS. 1ed.: , 2024, v. , p. 1-.

2.

ANASTASIA, A. A. J. Prefácio. Licitações e Contratos Administrativos - lei nº 14.133/21- Sociologia, Estratégia e a Mudança de Perspectiva. 1ed.: , 2024, v. , p. 1-.

3.

ANASTASIA, A. A. J. O Superior Tribunal de Justiça e a Lei de Segurança Jurídica. In: Otavio Luiz Rodrigues Jr.; Jadson Santana de Sousa. (Org.). Direito Federal Interpretado: Estudos em Homenagem ao Ministro Humberto Martins. 1ed.Rio de Janeiro: GZ Editora, 2024, v. 1, p. 1-.

4.

ANASTASIA, A. A. J.. O Regime Jurídico Emergencial e Transitório Aplicado aos Contratos da Área de Educação. In: Gilmar Ferreira Mendes; Daiane Nogueira de Lira; Alexandre Freire. (Org.). Constituição, Democracia e Diálogo ? 15 Anos de Jurisdição Constitucional do Ministro Dias Toffoli. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024, v. 1, p. 1-.

5.

ANASTASIA, A. A. J.. Responsabilidade Parlamentar pelo governo: o semipresidencialismo brasileiro. Defesa da Democracia e das Liberdades. 1ed.: , 2023, v. , p. 1-.

6.

ANASTASIA, A. A. J.. Prefácio. Perspectivas de um Direito Administrativo em movimento: estudos em homenagem ao professor Antonio Augusto Junho Anastasia. 1ed.: , 2023, v. , p. 1-.

7.

ANASTASIA, A. A. J.. Prefácio. OS TRIBUNAIS DE CONTAS E AS POLITICAS PUBLICAS. 1ed.: , 2023, v. , p. 1-.

8.

ANASTASIA, A. A. J.. Prefácio. O Tribunal de Contas da União e a Lei da Segurança Jurídica (Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018): análise sobre a aplicação da norma pela Corte de Contas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2020. 1ed.: , 2023, v. , p. 1-.

9.

ANASTASIA, A. A. J.. A prescrição do âmbito do TCU. Repensar a Justiça: estudos em homenagem à Ministra Assusete Magalhães. 1ed.: , 2023, v. , p. 1-.

10.

ANASTASIA, A. A. J.. Posfácio. Posfácio. 1ed.: , 2022, v. , p. 1-.

11.

ANASTASIA, A. A. J.. Prefácio. A Legalização do Dispute Boards no Brasil - O que é o comitê de resolução de disputas,

suas características e seu avanço na legislação brasileira. 1ed.: , 2022, v. , p. 1-.

12.

ANASTASIA, A. A. J. Prefácio. In: Virgínia Bracarense Lopes, Felipe Vilaça Loureiro Santos. (Org.). Compras Públicas Centralizadas no Brasil. 1ed.: , 2022, v. , p. 1-.

13.

MARTINO JUNIOR, R. ; **ANASTASIA, A. A. J.** . Prefácio. In: MARTINO JR, Rodolpho. (Org.). Prefácio. 1ed.São Paulo: Dialética, 2021, v. , p. 5-7.

14.

ANASTASIA, A. A. J.. Constituintes Mineiras. In: Felipe Martins Pinto. (Org.). 300 anos de Minas Gerais. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2020, v. 1, p. 37-48.

15.

ANASTASIA, A. A. J.. Prefácio. In: Adriano Aro. (Org.). Fidelidade Partidária no Brasil. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2018, v. 1, p. 0-0.

16.

ANASTASIA, A. A. J.; PIRES, M. C. S. . O papel do Federalismo na Execução das Políticas Públicas: Impactos na distribuição de receita pública e nas responsabilidades dos Entes Federados.. In: Gilmar Mendes; Paulo Paiva. (Org.). Políticas Públicas no Brasil, uma abordagem institucional.. 1ed.São Paulo: Saraiva, 2017, v. 1, p. 49-74.

17.

ANASTASIA, A. A. J.. Prefácio. In: Emílio Franzina. (Org.). Entre duas Pátrias: a grande guerra dos imigrantes italo-brasileiros 1914-1918. 1ed.Belo Horizonte: Ramalhete, 2017, v. 1, p. 0-0.

18.

ANASTASIA, A. A. J.. Apresentação. In: Flavio Henrique Unes Pereira. (Org.). Regulação, fiscalização e sanção: fundamentos e requisitos da delegação do exercício do poder de polícia administrativa a particulares.. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2013, v. 1, p. 0-0.

19.

ANASTASIA, A. A. J. Uma década de avanços para Minas e para os mineiros.. In: Governo de Minas. (Org.). Do Choque de Gestão à Gestão para a Cidadania - 10 Anos de Desenvolvimento em Minas Gerais.. 1ed.Belo Horizonte: Instituto Publix, 2013, v. 1, p. 5-6.

20.

ANASTASIA, A. A. J. Prefácio. In: Maria Coeli Simões Pires; Luciana Moraes Raso Sardinha Pinto. (Org.). Paulo Neves de Carvalho: suas lições por seus discípulos. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2012, v. 1, p. 0-0.

21.

ANASTASIA, A. A. J. Prefácio. In: Martha Lucía Bautista Cely; Raquel Dias da Silveira. (Org.). Direito disciplinário internacional: estudos sobre a formação, profissionalização, disciplina, transparência, controle e responsabilidade da função pública. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2011, v. 1, p. 0-0.

22.

ANASTASIA, A. A. J. O choque de gestão e a moralidade administrativa. In: Célia Pimenta Barroso Pitchon. (Org.). Abordagem Multidisciplinar sobre a Moralidade no Brasil. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2010, v. 1, p. 0-0.

23.

ANASTASIA, A. A. J. Prefácio. In: Tadeu Barreto Guimarães; Iran Almeida Pordeus; Eder Sá Alves Campos. (Org.). Estado para resultados: avanços no monitoramento e avaliação de gestão pública em Minas Gerais.. 1ed.Belo Horizonte: UFMG, 2010, v. 1, p. 0-0.

24.

ANASTASIA, A. A. J. Antecedentes e Origem do Choque de Gestão. In: Renata Vilhena et al. (Org.). O Choque de Gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento.. 1ed.Belo Horizonte: UFMG, 2006, v. 1, p. 0-0.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

ANASTASIA, A. A. J. O pêndulo da desregulamentação do setor aéreo: a importância da persistência no processo de

desregulamentação para a superação de desafios. Jota, [S.L], 07 jun. 2021.

2.

ANASTASIA, A. A. J. Destino certo. Estado de Minas, Belo Horizonte/MG, p. 07, 24 maio 2021.

3.

ANASTASIA, A. A. J. Uma alternativa em meio ao caos: a criação dos fundos filantrópicos emergenciais. Estadão, São Paulo/SP, 10 set. 2020.

4.

ANASTASIA, A. A. J. Plano de voo. Estado de Minas, Belo Horizonte/MG, p. 07, 06 jun. 2020.

5.

ANASTASIA, A. A. J. Para sair do lugar: desenvolvimento dos aeroportos e da aviação regional. O Tempo, Belo Horizonte/MG, p. 20, 08 mar. 2020.

6.

ANASTASIA, A. A. J. Radicais de centro: qual nação na história avançou sob ideias extremistas?. Folha de São Paulo, São Paulo/SP, 07 jan. 2020.

7.

ANASTASIA, A. A. J. Avancemos!. Estado de Minas, Belo Horizonte/MG, p. 07, 23 dez. 2019.

8.

ANASTASIA, A. A. J. Nossa caravana, Brasil: busca de um processo democrático transformador em 2020. O Tempo, Belo Horizonte/MG, p. 16, 20 dez. 2019.

9.

ANASTASIA, A. A. J. PPPs são alternativa à crise: elas são legítimas e justas. E é papel da administração pública satisfazê-las. O Globo, Rio de Janeiro/RJ, 18 jun. 2019.

10.

ANASTASIA, A. A. J. A burocracia e os pequenos municípios. O Tempo, Belo Horizonte/MG, p. 19, 24 set. 2017.

11.

ANASTASIA, A. A. J. Fazer funcionar. Estado de Minas, Belo Horizonte/MG, p. 07, 19 ago. 2017.

12.

ANASTASIA, A. A. J. Semipresidencialismo à brasileira. Correio Braziliense, Brasília/DF, p. 11, 05 maio 2017.

13.

ANASTASIA, A. A. J. A vida não é descartável. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 19 jun. 2016.

14.

ANASTASIA, A. A. J. A obra está aí. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 12 jun. 2016.

15.

ANASTASIA, A. A. J. Por um sistema que recupere. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 05 jun. 2016.

16.

ANASTASIA, A. A. J. Para que evitemos tragédias. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 29 maio 2016.

17.

ANASTASIA, A. A. J. As eleições americanas e o Brasil. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 22 maio 2016.

18.

ANASTASIA, A. A. J. O processo do impeachment - próximos passos. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 15 maio 2016.

19.

ANASTASIA, A. A. J. Natureza do impeachment. O Globo, Rio de Janeiro/RJ, p. 09, 11 maio 2016.

20.

ANASTASIA, A. A. J. Serenidade e responsabilidade. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 08 maio 2016.

21.

ANASTASIA, A. A. J. Razões para a admissibilidade. Folha de São Paulo, São Paulo/SP, 01 maio 2016.

22.

ANASTASIA, A. A. J. Trabalho. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 01 maio 2016.

23.

ANASTASIA, A. A. J. Legados de Minas. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 24 abr. 2016.

24.

ANASTASIA, A. A. J. Construir pontes. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 17 abr. 2016.

25.

ANASTASIA, A. A. J. Virar a página. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 10 abr. 2016.

26.

ANASTASIA, A. A. J. A democracia, a história e as leis. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 03 abr. 2016.

27.

ANASTASIA, A. A. J. Nossa responsabilidade. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 27 mar. 2016.

28.

ANASTASIA, A. A. J. Apocalipse. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 20 mar. 2016.

29.

ANASTASIA, A. A. J. Não esqueçamos. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 13 mar. 2016.

30.

ANASTASIA, A. A. J. O que mais é preciso acontecer?. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 06 mar. 2016.

31.

ANASTASIA, A. A. J. Agregar valor. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 28 fev. 2016.

32.

ANASTASIA, A. A. J. Há alternativas. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 21 fev. 2016.

33.

ANASTASIA, A. A. J. Caminhos para o Brasil 7 - consequências. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 14 fev. 2016.

34.

ANASTASIA, A. A. J. Caminhos para o Brasil 6 - a reforma da infraestrutura. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 07 fev. 2016.

35.

ANASTASIA, A. A. J. Caminhos para o Brasil 5 - a reforma da segurança. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 31 jan. 2016.

36.

ANASTASIA, A. A. J. Caminhos para o Brasil 4- a reforma dos serviços públicos. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 24 jan. 2016.

37.

ANASTASIA, A. A. J. Caminhos para o Brasil 3 - a reforma tributária. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 17 jan. 2016.

38.

ANASTASIA, A. A. J. Caminhos para o Brasil 2 - a reforma política. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 10 jan. 2016.

39.

ANASTASIA, A. A. J. Caminhos para o Brasil 1 - a condição. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 03 jan. 2016.

40.

ANASTASIA, A. A. J. Sinto muito, não virá Dom Sebastião. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 20 dez. 2015.

41.

ANASTASIA, A. A. J. Agir contra corrupção. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 13 dez. 2015.

42.

ANASTASIA, A. A. J. Há 800 anos.... Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 06 dez. 2015.

43.

ANASTASIA, A. A. J. Deixe crescer. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 29 nov. 2015.

44.

ANASTASIA, A. A. J. Reconstruir. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 22 nov. 2015.

45.

ANASTASIA, A. A. J. Estado de diálogo. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 15 nov. 2015.

46.

ANASTASIA, A. A. J. Sem agenda e sem rumo. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 08 nov. 2015.

47.

ANASTASIA, A. A. J. Resgatar nosso futuro. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 01 nov. 2015.

48.

ANASTASIA, A. A. J. O que interessa. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 25 out. 2015.

49.

ANASTASIA, A. A. J. Federação mais perto. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 18 out. 2015.

50.

ANASTASIA, A. A. J. Esforço recompensado. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 11 out. 2015.

51.

ANASTASIA, A. A. J. Grandeza. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 04 out. 2015.

52.

ANASTASIA, A. A. J. Construindo pontes. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 27 set. 2015.

53.

ANASTASIA, A. A. J. O futuro que queremos. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 20 set. 2015.

54.

ANASTASIA, A. A. J. Controle e transparência. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 06 set. 2015.

55.

ANASTASIA, A. A. J. Acordou, Dona Cigarra?. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 30 ago. 2015.

56.

ANASTASIA, A. A. J. A travessia que queremos. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 23 ago. 2015.

57.

ANASTASIA, A. A. J. O sabor de Minas. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 16 ago. 2015.

58.

ANASTASIA, A. A. J. O preço da irresponsabilidade. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 09 ago. 2015.

59.

ANASTASIA, A. A. J. Injustiça qualificada. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 02 ago. 2015.

60.

ANASTASIA, A. A. J. Em quem você acredita?. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 26 jul. 2015.

61.

ANASTASIA, A. A. J. Um olhar para todos. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 19 jul. 2015.

62.

ANASTASIA, A. A. J. Minério com mais justiça. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 12 jul. 2015.

63.

ANASTASIA, A. A. J. Sem passos no escuro. O Globo, Rio de Janeiro/RJ, p. 15, 08 jul. 2015.

64.

ANASTASIA, A. A. J. No país da burocracia. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 05 jul. 2015.

65.

ANASTASIA, A. A. J. Coisa? Que coisa?. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 28 jun. 2015.

66.

ANASTASIA, A. A. J. Mais impostos?. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 21 jun. 2015.

67.

ANASTASIA, A. A. J. O Brasil e o mundo. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 14 jun. 2015.

68.

ANASTASIA, A. A. J. A reforma política. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 07 jun. 2015.

69.

ANASTASIA, A. A. J. Inseguros por omissão. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 31 maio 2015.

70.

ANASTASIA, A. A. J. Um novo caminho de integração. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, 24 maio 2015.

71.

ANASTASIA, A. A. J. À espera da decisão da corte. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, p. 17, 17 maio 2015.

72.

ANASTASIA, A. A. J. Prosperidade planejada. Folha de São Paulo, São Paulo/SP, 19 dez. 2013.

73.

ANASTASIA, A. A. J.. Direito em Minas: avanços e desafios. Revista da Caixa de Assistência dos Advogados, Belo Horizonte/MG, p. 40 - 41, 01 dez. 2013.

74.

ANASTASIA, A. A. J.. A sustentabilidade da cafeicultura em debate. Revista Cafeicultura, Rio Paranaíba/MG, 09 set. 2013.

75.

ANASTASIA, A. A. J.. Um modelo inovador de gestão prisional. Folha de São Paulo, São Paulo/SP, , v. A, p. 3, 20 jan. 2013.

76.

ANASTASIA, A. A. J.. No meio do caminho, uma boa escola. O Globo, Rio de Janeiro/RJ, , v. 1, p. 21, 18 set. 2012.

77.

ANASTASIA, A. A. J.. Minério, petróleo e os novos inconfidentes. Folha de São Paulo, São Paulo/SP, p. 3, 22 jul. 2012.

78.

ANASTASIA, A. A. J.. Desafios do Direito Administrativo. Revista Direito Hoje, [S.L], 06 dez. 2011.

79.

ANASTASIA, A. A. J.. Desafios do Direito Administrativo. Hoje em Dia, Belo Horizonte/MG, p. 09, 05 dez. 2011.

80.

ANASTASIA, A. A. J.. Travessia. O Globo, Rio de Janeiro/RJ, 19 ago. 2011.

81.

ANASTASIA, A. A. J.. Minas em movimento. Fola de São Paulo, São Paulo/SP, 13 jul. 2011.

82.

ANASTASIA, A. A. J. Transformar a vida. O Globo, Rio de Janeiro/RJ, 04 abr. 2011.

83.

ANASTASIA, A. A. J. O modelo FUNDEP de gestão. Jornal da FUNDEP, Belo Horizonte/MG, p. 06, 01 ago. 2004.

84.

ANASTASIA, A. A. J. A unificação do regime do funcionalismo. O Tempo, Belo Horizonte/MG, p. 06, 23 dez. 2001.

85.

ANASTASIA, A. A. J. Homenagem ao Professor Dr. Paulo Neves de Carvalho: Professor Emérito de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UFMG. Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena CAAP Ano V, Belo Horizonte/MG, , v. 9, p. 13 - 15.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1.

ANASTASIA, A. A. J. Abertura do Seminário Legislativo Aguas de Minas II. In: Seminário Legislativo Aguas de Minas II, 2002. Seminário Legislativo Aguas de Minas II - Abertura. Belo Horizonte/MG. p. 55-60.

2.

★ **ANASTASIA, A. A. J.** As Recentes Propostas do Ministério do Trabalho. In: V Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho, 1999, São Paulo. Anais do V Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho. São Paulo: Escola Nacional de Magistratura e Instituto de Advogados de São Paulo, 1999. p. 223-241.

3.

★ **ANASTASIA, A. A. J.** Reestruturação da Organização Sindical. Reflexos na Negociação Coletiva.. In: IV Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho, 1998, São Paulo. Anais do IV Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho. São Paulo: Escola Nacional de Magistratura e Instituto dos Advogados de São Paulo, 1998. p. 195-211.

4.

ANASTASIA, A. A. J. Encerramento do Seminário Internacional sobre Relações de Trabalho. In: Seminário Internacional sobre Relações de Trabalho, 1998, São Paulo/SP. Seminário Internacional sobre Relações de Trabalho: aspectos jurídicos, sociais e econômicos. São Paulo/SP, 1998. p. 387-388.

5.

ANASTASIA, A. A. J. Revisão Constitucional no que pertine à Administração Pública. In: XIII Fórum Nacional de Secretários de Estado de Administração, 1993, Fortaleza/CE. Anais do XIII Fórum Nacional de Secretários de Estado de Administração, 1993. p. 88-110.

6.

ANASTASIA, A. A. J. Da Notória Especialização. In: VI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, 1987, Belém. VI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo em memória do Prof. Themístocles Brandão Cavalcanti, 1987. v. 1. p. 01-14.

7.

ANASTASIA, A. A. J. O Regime Celetista no Serviço Público. In: V Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, 1986, Belo Horizonte. V Congresso Brasileiro de Direito Administrativo em memória do Prof. Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, 1986. v. 1. p. 01-13.

8.

ANASTASIA, A. A. J. Órgãos Autônomos. In: V Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, 1986, Belo Horizonte. V Congresso Brasileiro de Direito Administrativo em memória do Prof. Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, 1986. v. 1. p. 01-11.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

A Nova Constituição Federal e o Processo Constituinte Mineiro. Administração Pública. 1988. (Simpósio).

2.

Primeiro Seminário sobre Licitações e Contrato Administrativo.A licitação conforme a Lei Mineira nº 9444/87. 1988. (Seminário).

3.

VI Encontro Nacional das Fundações de Apoio às IES.Natureza jurídica das fundações de apoio às IES. 1988. (Encontro).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

LIMA, Sílvia Tibo Barbosa. Responsabilidade omissiva do Estado. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

2.

ROCHA, Margareth Suzana. A natureza jurídica da parceria público-privada. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

3.

AZZI, Rafael Vilaça. Características e natureza jurídica da permissão de prestação de serviço público. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

4.

BARROS, Vinícius Diniz Monteiro de. Concessão de serviços públicos de água e esgoto: uma análise prática. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

5.

BORELLI, Raul Felipe. Limites ao poder normativo das agências reguladoras. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

6.

BORGES, Luciana Aparecida de Paula. Acumulação não remunerada de cargos: a sistemática da proibição inserta no artigo 37, XVI e XVII da Constituição da República. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

7.

DRUMMOND, Tércio Leite. O poder normativo das agências reguladoras no direito brasileiro. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

8.

GOMES, Gesanne Fonseca. Gestão municipal democrática: por uma melhor compreensão dos instrumentos jurídico-administrativos que possibilitam a participação da sociedade civil no processo decisório local. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

9.

MACHADO, Gustavo Gomes. Posição das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões no direito brasileiro. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

10.

MAIA, Eliana Rita Resende. Jurisdição administrativa francesa em uma perspectiva de direito comparado: ensaio sobre a reestruturação do judiciário nacional, sob as luzes do princípio da eficiência. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

11.

MORAES, Marcos Siqueira. A juridicidade na administração pública e a autonomia normativa do princípio da eficiência: um estudo de caso da Associação de Proteção e Assistência ao

Condenado de Itaúna/MG. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

12.

MORAIS FILHO, Sílvio José Alberto de. O papel das agências reguladoras na administração pública brasileira. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

13.

SANTOS, Débora Couto Cançado. Transporte coletivo: natureza jurídica da concessão, caso prático de Belo Horizonte. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

14.

SILVA, Marco Aurélio Barcelos. A continuidade dos serviços públicos em face do inadimplemento do usuário. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

15.

TEIXEIRA, Rodrigo Bicalho. Ampla defesa e contraditório nas multas de trânsito. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

16.

SOLLERO, Bárbara Tuyama. A natureza dos julgamentos proferidos pelos tribunais de contas no exercício da competência atribuída pelo art. 71, II da Constituição. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

17.

AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. Responsabilidade do prefeito - breves comentários acerca da Lei nº 10028/2000. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

18.

BICHARA, Barney O. O limite do poder normativo das agências reguladoras. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

19.

FIGUEIREDO, Ana Paula Carvalho. A efetividade das normas constitucionais de proteção ambiental: os resíduos sólidos no município de Belo Horizonte. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

20.

LACERDA, Arlindo Márcio. A responsabilidade extracontratual do Estado no exercício da função jurisdicional. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

21.

MOLNAR, Carla de Oliveira. A discricionariedade dos atos de poder de polícia sob a égide do poder judiciário. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

22.

MATOS, Federico Nunes de. A retrocessão no direito brasileiro. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Antonio Augusto Junho Anastasia.

Outras informações relevantes

Antonio Augusto Junho Anastasia nasceu em Belo Horizonte (MG) em 9 de maio de 1961. É Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também obteve o título de Mestre em Direito. Em 1993, prestou concurso e foi aprovado professor do Departamento de Direito Público (DIP) da Faculdade de Direito da UFMG, instituição da qual é professor licenciado. É servidor de carreira aposentado da Fundação João Pinheiro, instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, tendo sido seu presidente em 1991. Foi assessor especial do Relator da IV Assembleia Constituinte do Estado de Minas Gerais, entre 1988 e 1989. No Governo de Minas, entre os anos de 1991 e 1994, exerceu os cargos de Secretário Adjunto de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, Secretário de Estado de Cultura e Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração. Na esfera federal, entre os anos de 1995 a 2001, foi Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Secretário-Executivo do Ministério da Justiça. Formulador e coordenador do Programa Choque de Gestão, no Governo de Minas, entre 2003 e 2006, exerceu os cargos de Secretário de Estado de Planejamento e Gestão e de Secretário de Estado de Defesa Social. Eleito Vice-Governador de Minas Gerais, em 2006, tomou posse como Governador em março de 2010. Reeleito Governador com mais de 6 milhões de votos, exerceu o cargo até abril de 2014. Em outubro de 2014, foi eleito Senador pelo Estado de Minas Gerais com

mais de 5 milhões de votos. Em 7 anos de atuação no Senado, foi autor e relator de mais de 350 matérias, especialmente nas áreas da gestão pública, segurança jurídica, desburocratização, segurança pública e combate à corrupção e à ineficiência. Indicado pelo Senado Federal, com 52 votos, para ministro do Tribunal de Contas União, teve seu nome referendado pela Câmara dos Deputados, com 322 votos favoráveis. Tomou posse em 3 de fevereiro

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 19/02/2025 às 10:39:19

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.

[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)



Caio Felipe Caminha de Albuquerque

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3835108236001705>

ID Lattes: **3835108236001705**

Última atualização do currículo em 07/11/2024

Secretário Adjunto de Logística e Concessões de **Mato Grosso**. Advogado e Consultor Jurídico. Procurador do Estado de **Mato Grosso**. Mestre em Direito e Desenvolvimento Sustentável. Profissional certificado em PPPs e Concessões pela APMG International (CP3P-F, P, E). Pós-graduado em Direito Notarial e Registral. Ex-Procurador do Município de João Pessoa/PB. Atua principalmente na área do Direito Administrativo e do Direito Econômico, com foco em licitações, contratos, regulação, concessões e infraestrutura (**Texto informado pelo autor**)

Identificação

Nome

Caio Felipe Caminha de Albuquerque 🇧🇷

Nome em citações bibliográficas

ALBUQUERQUE, C. F. C.

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/3835108236001705>

País de Nacionalidade

Brasil

Formação acadêmica/titulação

2020 - 2022

Mestrado em Direito.
Centro Universitário de João Pessoa,
UNIPÉ, Brasil.

Título: Os impactos da pandemia da COVID-19 sobre a execução dos contratos administrativos e os parâmetros para o reequilíbrio contratual, Ano de Obtenção: 2022.

Orientador: 🇧🇷 Maria Marconiete Fernandes Pereira.

Palavras-chave: Pandemia; Contratos administrativos; Reequilíbrio.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito Público /
Especialidade: Direito Administrativo.

2019 - 2020

Especialização em Direito Notarial e Registral. (Carga Horária: 500h).
Faculdade Unica de Ipatinga, FUNIP, Brasil.
Título: Aspectos jurídicos do registro público de imóveis desapropriados.

2011 - 2015

Graduação em Direito.
Instituto de Educação Superior da Paraíba, IESP, Brasil.
Título: Intervenção anômala da União e a modificação da competência na fase recursal.
Orientador: Fernando Ferreira Baltar Neto.

Formação Complementar

2024 - 2024

Certificação profissional em PPPs e concessões - CP3P-E.
APMG International, APMG, Inglaterra.

2024 - 2024

Certificação profissional em PPPs e concessões - CP3P-P.
APMG International, APMG, Inglaterra.

2023 - 2023

Risk Management in Development Projects. (Carga horária: 20h).
Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, Estados Unidos.

2023 - 2023

Certificação profissional em PPPs e concessões - CP3P-F.
APMG International, APMG, Inglaterra.

2023 - 2023

International Programme for Infrastructure Leaders - Infroleaders. (Carga horária: 40h).
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP, Brasil.

Atuação Profissional

2019 - 2022

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Procurador do Município, Carga
horária: 30

**Outras
informações**

Chefe da Procuradoria Setorial da
Secretaria da Planejamento (SEPLAN) -
09/2019 a 11/2020 Procurador lotado na
Procuradoria Judicial - 11/2020 a 09/2021
Coordenador do Núcleo de Grandes
Devedores e Investigações Especiais da
Procuradoria Fiscal - 09/2021 até a
04/2022.

Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso, PGE/MT, Brasil.**Vínculo institucional****2022 - Atual**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Procurador do Estado, Carga
horária: 30

**Outras
informações**

Lotado na Subprocuradoria-Geral de
Aquisições e Contratos, com atuação na
Unidade Setorial da PGE na Secretaria
Estadual de Infraestrutura e Logística.

Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Paraíba, OAB-PB, Brasil.**Vínculo institucional****2021 - 2021**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Membro de Comissão

**Outras
informações**

Membro da Comissão de Direito à
Infraestrutura, Concessões e PPPs da
OAB/PB (Portaria nº 15/SC/2021).

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso - SINFRA, SINFRA MT, Brasil.**Vínculo institucional**

2024 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Secretário Adjunto de Logística
e Concessões

Vínculo institucional**2023 - 2024**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Membro de Comissão

**Outras
informações**

Membro titular da Comissão de Estruturação de Concessões de Rodovias e Parcerias Sociais com Cobrança de Pedágio (Portaria Conjunta n 001/2023/SINFRA/AGER). Atribuições: Analisar as premissas tributárias constantes nos estudos de modelagem; Analisar as disposições tributárias constantes na minuta de contrato e anexos; Analisar aspectos jurídicos da minuta de contrato e anexos.

UNIC Educacional, UNIC, Brasil.**Vínculo institucional****2023 - 2023**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Professor de pós-graduação,
Carga horária: 24

**Outras
informações**

Ministrou as disciplinas "Direito Administrativo Militar 1" e "Direito Administrativo Militar 2" na pós-graduação em Direito Militar.

Governo do Estado do Mato Grosso, GOVERNO/MT, Brasil.**Vínculo institucional****2024 - Atual**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Secretário Adjunto de Logística
e Concessões

**Outras
informações**

Idiomas

Inglês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem,
Escreve Bem.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Razoavelmente,
Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2023

1º lugar no Concurso de Artigos Jurídicos
do 37º Congresso Brasileiro de Direito
Administrativo, Instituto Brasileiro de
Direito Administrativo.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

★ **ALBUQUERQUE, C. F. C.**. Reparando erros da pitonisa: a alterabilidade da matriz de riscos em contratos administrativos. Revista de Direito Público da Economia - RDPE, v. 22, p. 101-120, 2024.

2.

★ **ALBUQUERQUE, C. F. C.**. Riscos da matriz de riscos em contratos administrativos: análise de fragilidades e proposições de mitigação, BIBLIOTECA DIGITAL FORUM DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA (ONLINE), v. 1, p. 31-53, 2023.

3.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; PEREIRA, M. M. F. . A influência utilitarista no regime jurídico administrativo brasileiro. RJLB - REVISTA JURÍDICA LUSO-BRASILEIRA, v. Ano 7, p. 229, 2021.

4.

ALBUQUERQUE, C. F. C.. Análise do princípio da legalidade e sua evolução em relação à Administração Pública. Conteúdo Jurídico, v. Á?nico, p. 118, 2018.

5.

ALBUQUERQUE, C. F. C.. Obras em presídios: análise da nova hipótese de dispensa de licitação. Conteúdo Jurídico, v. Á?nico, p. 167, 2018.

6.

ALBUQUERQUE, C. F. C.. Intervenção anômala da União e a modificação da competência na fase recursal. Conteúdo Jurídico, v. Á?nico, p. 312-329, 2018.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

★ **ALBUQUERQUE, C. F. C.**. Contratos administrativos: teoria e prática na nova lei de licitações. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 175p .

2.

★ **ALBUQUERQUE, C. F. C.**. Impactos da Pandemia da COVID-19 Sobre a Execução dos Contratos Administrativos - Parâmetros para o Equilíbrio Contratua. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2022. 136p .

Capítulos de livros publicados

1.

ALMEIDA, B. C. C. ; **ALBUQUERQUE, C. F. C.** . Meios de resolução de controvérsias na nova lei de licitações. In: Bruno Carneiro da Cunha Almeida. (Org.). Estudos sobre os meios de resolução de conflitos e a Fazenda Pública. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022, v. , p. 25-48.

2.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; SILVA, L. D. O. E. . Desjudicialização das desapropriações. In: Bruno Carneiro da Cunha Almeida. (Org.). Estudos sobre os meios de resolução de conflitos e a Fazenda Pública. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022, v. , p. 165-174.

3.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; SILVA, P. H. T. ; BOUERES, T. F. V. . Segurança Digital como nova espécie da Segurança Humana. In: Paulo Henrique Tavares da Silva; Glauber de Lucena Cordeiro. (Org.). Desafios para a Segurança Humana no Brasil: Estudos em homenagem ao Prof. Oswaldo Trigueiro do Valle. 1ed.João Pessoa: DigitalPub, 2021, v. , p. 102-115.

4.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; REGIS, A. A. . Gerenciamento de resíduos perigosos de saúde em situação de pandemia. In: Talden Farias; Fernando Joaquim Ferreira Maia; Álvaro Sánchez Bravo. (Org.). Direito ambiental e cidades. 1ed.Sevilla: Punto Rojo, 2021, v. , p. 269-286.

5.

ALBUQUERQUE, C. F. C.. Princípios do Processo do Trabalho e a Aplicabilidade à Fazenda Pública. In: Miguel Câmara. (Org.). DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO NA FAZENDA PÚBLICA. 1ed.Salvador: Juspodivm, 2020, v. , p. 213-228.

6.

ALBUQUERQUE, C. F. C.. Petição Inicial. In: Henrique Melo; Rodrigo Medeiros; Felipe Fernandes; Gustavo Andrade. (Org.). MANUAL DE PREPARAÇÃO DISCURSIVA PARA ADVOCACIA PÚBLICA. 1ed.Salvador: Juspodivm, 2020, v. , p. 21-54.

7.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; REGIS, A. A. . Requisições administrativas em situação de pandemia. In: Rodrigo Nóbrega Farias; Igor de Lucena Mascarenhas. (Org.). COVID-19 - Saúde, Judicialização e Pandemia. 1ed.Curitiba: Juruá Editora, 2020, v. , p. 399-414.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; COHEN, I. C. . Uma cláusula geral de mutabilidade das concessões. Jota, 14 ago. 2024.

2.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; COHEN, I. C. . O novo referencial para controle externo de concessões e PPPs do TCU. Jota, 12 jul. 2024.

3.

ALBUQUERQUE, C. F. C.. A matriz de riscos dinâmica: uma solução para incertezas contratuais. Jota, 25 maio 2024.

4.

ALBUQUERQUE, C. F. C.. O futuro dos contratos de concessão: entre a flexibilidade e segurança jurídica. Jota, 24 abr. 2024.

5.

★ **ALBUQUERQUE, C. F. C..** Por um manifesto ágil das contratações públicas. Jota, 11 fev. 2023.

6.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; FARIAS, Talden . Apontamentos sobre o processo de desapropriação e licenciamento ambiental. Consultor Jurídico, 04 fev. 2023.

7.

ALBUQUERQUE, C. F. C.. A qualificação técnico-operacional na Nova Lei de Licitações. Consultor Jurídico, 21 jan. 2023.

8.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; FARIAS, Talden . O licenciamento ambiental na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Consultor Jurídico, 03 jan. 2023.

9.

ALBUQUERQUE, C. F. C.. Suspensão temporária e prorrogação de contratos por escopo. Consultor Jurídico, 01 nov. 2022.

10.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; SOUZA, L. V. . Diferenças entre preço máximo e estimado nas contratações públicas. Consultor Jurídico, 15 set. 2022.

11.

ALBUQUERQUE, C. F. C.. Natureza declaratória do ato de concessão do reequilíbrio econômico-financeiro. Consultor Jurídico, 19 ago. 2022.

12.

ALBUQUERQUE, C. F. C.. Discricionariedade na escolha dos índices de reajuste de contratos administrativos. Consultor Jurídico, 13 jul. 2022.

13.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; SILVA, L. D. O. E. ; FARIAS, Talden . A desjudicialização das desapropriações. Revista Consultor Jurídico, São Paulo, 20 abr. 2020.

14.

ALBUQUERQUE, C. F. C.. Segurança de investimentos em concessões: um panorama da lógica atual. Consultor Jurídico.

15.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; SOUZA, L. V. . Nova lei de licitações e contratos públicos regulamentada em **Mato Grosso**. Consultor Jurídico.

16.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; SOUZA, L. V. . Desafios de implantação da nova Lei de Licitações pelos municípios. Consultor Jurídico.

17.

ALBUQUERQUE, C. F. C.. Aplicações práticas da inteligência artificial e da automação de processos nas contratações públicas. Zênite Fácil, Curitiba.

18.

ALBUQUERQUE, C. F. C. Parâmetros e cuidados para a alocação de riscos em contratos administrativos. Zênite Fácil, Curitiba.

19.

ALBUQUERQUE, C. F. C. Regime de nulidades na Lei de Licitações. Consultor Jurídico.

20.

ALBUQUERQUE, C. F. C. Como lidar com incertezas em contratos na nova Lei de Licitações?: O problema do cisne negro na matriz de riscos. Jota.

21.

ALBUQUERQUE, C. F. C. Problemas de uma matriz de alocação de riscos mal formulada. Consultor Jurídico.

Apresentações de Trabalho

1.

ALBUQUERQUE, C. F. C. Análise Econômica e Consequencialismo aplicados ao Direito Público. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

2.

ALBUQUERQUE, C. F. C. Palestra sobre Segurança Jurídica e Novos Investimentos no I Simpósio de Direito Administrativo Econômico com ênfase em infraestrutura. 2022. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

3.

ALBUQUERQUE, C. F. C. A expansão do uso da matriz de riscos nos contratos administrativos: análise de fragilidades e proposições de mitigação. 2022. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

4.

ALBUQUERQUE, C. F. C. Palestra sobre Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Ano Eleitoral. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Demais tipos de produção técnica

1.

ALBUQUERQUE, C. F. C.. Redação Jurídica Aplicada à elaboração de documentos e pareceres técnicos. 2023. .

2.

ALBUQUERQUE, C. F. C.. Redação Jurídica Aplicada. 2023. .

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; DEODATO, F. A. F. N.; MARQUES, R. B. M.. Participação em banca de REBECA PEREIRA SANTANA.O PACOTE ANTICRIME E A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA DENTRO E FORA DO ÂMBITO DO TRIBUNAL DO JÚRI. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

2.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; DEODATO, F. A. F. N.; MARQUES, R. B. M.. Participação em banca de RODRIGO OLIVEIRA DINIZ DA SILVA.ESTUDO SOBRE A CRIMINOLOGIA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA CIÊNCIA CRIMINAL. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

3.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; DEODATO, F. A. F. N.; MARQUES, R. B. M.. Participação em banca de THOMAS FELIPE ARTUR HONEGGER DE LÍMA.CRIMES CIBERNÉTICOS: COMBATE A PEDOFILIA NAS REDES SOCIAIS CYBER CRIMES: FIGHTING PEDOPHILY IN SOCIAL NETWORKS. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

4.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; DEODATO, F. A. F. N.; MARQUES, R. B. M.. Participação em banca de JOSÉ EDUARDO DA MATA

ARAUJO. SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA: FATOR GERADOR DA REINCIDÊNCIA PENAL. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

5.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; DEODATO, F. A. F. N.; MARQUES, R. B. M.. Participação em banca de YANESSA DE ARAUJO MARQUES. PACOTE ANTICRIME E OS JUIZOS COLEGIADOS DE PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO PARA O JULGAMENTO DE CRIMES PRATICADOS POR ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

6.

CARVALHO, W. B.; SILVA, S. A.; **ALBUQUERQUE, C. F. C.**. Participação em banca de ADRIANA ALMEIDA ESTRÊLA BERNARDO DE OLIVEIRA. PREGÃO ELETRÔNICO E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

7.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; CARVALHO, W. B.; SILVA, S. A.. Participação em banca de MARIA ISABEL MONTEIRO GOMES. IMPACTOS DA COVID-19 NOS CONTRATOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

8.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; CARVALHO, W. B.; SILVA, S. A.. Participação em banca de YLUSKA STHEPHANNIE DE SOUSA CHAVES. GESTÃO DE RISCO: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS NA LEI 14.133/2021. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

9.

BRAGA, M. A.; SILVA, A. C. M.; **ALBUQUERQUE, C. F. C.**. Participação em banca de ANA RAQUEL DA SILVA GUERRA. A LUTA FEMININA PELA IGUALDADE DEPOIS DO SUFRAGIO: O ABUSO DE PODER PARTIDARIO MEDIANTE VIOLÊNCIA POLITICA CONTRA A MULHER E A PEC 134/2015. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

10.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; BRAGA, M. A.; SILVA, A. C. M.. Participação em banca de ANDREZA MARTINS ANTUNES.LEGAL DESIGN: UM FUTURO NECESSARIO PARA O DIREITO 4.0. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

11.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; BRAGA, M. A.; SILVA, A. C. M.. Participação em banca de ISADORA TENORIO DE CARVALHO.VIOLENCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER E O FEMINICÍDIO NA SOCIEDADE BRASILEIRA. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

12.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; BRAGA, M. A.; SILVA, A. C. M.. Participação em banca de JULLYENE DA COSTA LOPES.A VIOLENCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES EM TEMPOS DE COVID-19. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

13.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; BRAGA, M. A.; SILVA, A. C. M.. Participação em banca de KAROLINE SANTANA DE MENESES.? A MARGARIDA MURCHOU?: A VIOLENCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

14.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; BRAGA, M. A.; SILVA, A. C. M.. Participação em banca de LAYLA FARUZIA CARVALHO DE OLIVEIRA.O FASHION LAW, A MODA COMO OBJETO DE ESTUDO DO DIREITO. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

15.

PEREIRA, M. M. F.; CABRAL, D. D. V. C.; **ALBUQUERQUE, C. F. C.** Participação em banca de Miguel Rafael da Silva Souza Filho.COMPLIANCE: A IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE INTEGRIDADE EM UMA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

16.

PEREIRA, M. M. F.; CABRAL, D. D. V. C.; **ALBUQUERQUE, C. F. C.**. Participação em banca de Ayrllan Rodrigues Candido.LICITAÇÕES: MODALIDADE CONVITE. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

17.

CABRAL, D. D. V. C.; PEREIRA, M. M. F.; **ALBUQUERQUE, C. F. C.**. Participação em banca de Jefferson Ferreira Fonsêca.OS FUNDAMENTOS DA EQUIPARAÇÃO DA HOMOTRANSFOBIA AO RACISMO NA ANÁLISE DO ATIVISMO JUDICIAL E OBRIGAÇÃO LEGISLATIVA. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

18.

CABRAL, D. D. V. C.; PEREIRA, M. M. F.; **ALBUQUERQUE, C. F. C.**. Participação em banca de Samara Cleoci Linhares de Sousa.A MITIGAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE PRIVADA EM FACE DA INTERVENÇÃO ESTATAL: DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

19.

SANTIAGO, M. C. P.; ALMEIDA, L. L. G.; **ALBUQUERQUE, C. F. C.**. Participação em banca de Cristiano Nascimento da Silva.LEGITIMIDADE SUCESSÓRIA DE EMBRIÕES CRIOPRESERVADOS EM INSEMINAÇÃO POS-MORTE COMO SERIA A LEGITIMIDADE SUCESSÓRIA DESSE MATERIAL GENÉTICO. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

20.

SANTIAGO, M. C. P.; ALMEIDA, L. L. G.; **ALBUQUERQUE, C. F. C.**. Participação em banca de Maria José da Silva.O COMPORTAMENTO DOS FILHOS COM A SEPARAÇÃO DOS PAIS: ASPECTOS JURÍDICOS DA ALIENAÇÃO PARENTAL. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

21.

SANTIAGO, M. C. P.; ALMEIDA, L. L. G.; **ALBUQUERQUE, C. F. C.**. Participação em banca de Geiseanny Antonio Barbosa.DIREITO À PERSONALIDADE DIGITAL: SUCESSÃO E HERANÇA DIGITAL. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

22.

SANTIAGO, M. C. P.; ALMEIDA, L. L. G.; **ALBUQUERQUE, C. F. C.**. Participação em banca de Bianca de Menezes Laureano.HERANÇA DIGITAL: DIREITOS SUCESSÓRIOS DE

BENS VIRTUALMENTE ARMAZENADOS. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

23.

SANTIAGO, M. C. P.; ALMEIDA, L. L. G.; **ALBUQUERQUE, C. F. C.**. Participação em banca de, Maria Hannah Coelho Cavalcanti de Melo. REFLEXOS JURÍDICOS E SOCIAIS DA DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS ADOTADAS NO BRASIL. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

24.

SANTIAGO, M. C. P.; ALMEIDA, L. L. G.; **ALBUQUERQUE, C. F. C.**. Participação em banca de Danielle Fernandes Pereira. INSEMINAÇÃO POST MORTEM E SEU REFLEXO NO DIREITO SUCESSÓRIO. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de João Pessoa.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

I Congresso mato-grossense de Licitações e Contratos. Obras e serviços de engenharia na Nova Lei de Licitações para os Municípios de **Mato Grosso**. 2023. (Congresso).

2.

Seminário de Licitações e Contratos. Gerenciamento de riscos: mitos e verdades da matriz de alocação de riscos. 2023. (Seminário).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; SOUZA, L. V. . I Congresso Mato-Grossense de Licitações e Contratos. 2023. (Congresso).

2.

ALBUQUERQUE, C. F. C.; BORGES, Y. R. N. . 1º Encontro Multidisciplinar da Escola da Advocacia Pública de **Mato Grosso**. 2023. (Congresso).

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 19/02/2025 às 10:45:41

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.

[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)



Jandeson da Costa Barbosa

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9554815315155883>

ID Lattes: **9554815315155883**

Última atualização do currículo em 23/12/2021

Especialista Sênior da área de licitações e contratos do TCU. Servidor concursado do Tribunal de Contas da União, sendo esse seu quarto órgão público. Tem experiência nas áreas de compras, licitações, pregão, gestão e fiscalização de contratos, infrações e sanções administrativas, empenho, liquidação e pagamento de despesa, legislação de pessoal, dentre outras. Mestre em Direito e Políticas Públicas. Especialista em Direito Público. Bacharel em Direito. Escritor e palestrante, autor de livros jurídicos e artigos científicos. Instrutor de prestigiados cursos para servidores. Membro dos Grupos de Pesquisa Hermenêutica do Direito Administrativo e Políticas Públicas, do Ceub, e Direito e Desenvolvimento Sustentável, também do Ceub. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Jandeson da Costa Barbosa 🇧🇷

Nome em citações bibliográficas

BARBOSA, J. C.; Jandeson da Costa Barbosa; BARBOSA, Jandeson da Costa

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/9554815315155883>

País de Nacionalidade

Brasil

Formação acadêmica/titulação

2019

Mestrado em andamento em Direito.
Centro Universitário de Brasília, UniCEUB, Brasil.

Título: O interesse público constitucional como instrumento hermenêutico de proteção dos direitos fundamentais e transformação da sociedade.

Orientador: Luiz Edson Fachin.

Coorientador: Sandro Lúcio Dezan.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

2015 - 2017

Especialização em Pós-graduação em
Direito Público..
Universidade Salvador, UNIFACS, Brasil.
Título: O Controle de Constitucionalidade
pelos Tribunais de Contas..

2010 - 2014

Graduação em Direito.
Centro Universitário de Brasília, UniCEUB,
Brasil.
Título: BIOGRAFIAS NÃO AUTORIZADAS:
UM ESTUDO SOBRE COLISÃO DE
DIREITOS FUNDAMENTAIS.
Orientador: Ivan Cláudio Borges Pereira.

Atuação Profissional

Tribunal de Contas da União, TCU, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Técnico Federal de Controle
Externo

Procuradoria-Geral da República, PGR, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - 2012

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Técnico Administrativo

Agência Nacional de Transportes Aquaviários, ANTAQ, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2011

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Técnico Administrativo

Ministério do Trabalho e Emprego, MTE, Brasil.

Vínculo institucional**2009 - 2010**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Agente Administrativo

Revisor de periódico

2021 - Atual

Periódico: REVISTA DO TRIBUNAL DE
CONTAS DA UNIAO

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala
Razoavelmente, Lê Razoavelmente,
Escreve Razoavelmente.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem,
Escreve Bem.

Italiano

Lê Razoavelmente.

Francês

Lê Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica**Artigos completos publicados em periódicos**

Ordenar por



1.

★ **BARBOSA, J. C.**. Interesse público constitucional, harmonização de direitos fundamentais e transformação da sociedade. Revista do TCU, v. 146, p. 120-132, 2021.

2.

BARBOSA, Jandeson da Costa. VETOS DERRUBADOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. Conteúdo Jurídico, v. 1031, p. 251, 2021.

3.

BARBOSA, J. C.; KHOURY, N. E. C. ; MACIEL, F. S. P. . Aspectos hermenêuticos da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Revista do TCU, v. 147, p. 12-19, 2021.

4.

★ **BARBOSA, J. C.**. A POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS POR APOSTILAMENTO. Conteúdo Jurídico, v. 1, p. 299-318, 2019.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

BARBOSA, Jandeson da Costa. Interesse Público Constitucional Numa Formulação À Luz De Pressupostos Teóricos, Contextos E Fatos No Âmbito Dos Direitos Fundamentais. 1. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2021. v. 1. 194p .

Capítulos de livros publicados

1.

★ **BARBOSA, Jandeson da Costa**. Uma teoria hermenêutica para a gestão pública do século XXI. In: DEZAN, Sandro Lúcio; CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli; GUEDES, Jefferson Carlos Carús. (Org.). Hermenêutica do direito e processo administrativo: fundamentos do Processo Administrativo Contemporâneo. 1ed.Curitiba-PR: Editora CRV, 2021, v. 1, p. 15-32.

2.

BARBOSA, Jandeson da Costa. CONSTITUCIONALISMO EM REDE: A ARGENTINA E O MEIO AMBIENTE. Direito: Ramificações, Interpretações e Ambiguidades 3. 3ed.: Atena Editora, 2021, v. , p. 77-93.

3.

★ **BARBOSA, J. C.** A obrigatoriedade (ou não) de realocação de populações tradicionais em unidades de proteção integral à luz do interesse público. In: LEUZINGER, Márcia Dieguez (org.); SANTANA, Paulo Campanha (org.); SOUZA, Lorene Raquel de (org.).. (Org.). Os 20 anos da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. 1ed.Brasília: CEUB, 2020, v. 1, p. 259-277.

Apresentações de Trabalho

1.

★ **BARBOSA, J. C.** Diálogo Público sobre aquisições.. 2017. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

GUEDES, J. C. C.; **BARBOSA, J. C.** Participação em banca de Jussara da Rocha Dias Alencar.Ressocialização de condenados: uma crítica das políticas públicas a partir de Foucault. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Brasília.

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 19/02/2025 às 10:40:06

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.

[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)



Jamil Manasfi da Cruz

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1392751229125832>

ID Lattes: **1392751229125832**

Última atualização do currículo em 04/07/2023

Pregoeiro do Conselho Regional de Administração de Rondônia (CRA-RO), Servidor da Prefeitura Municipal de Porto Velho afastado para interesses particulares, Ex-Diretor do Departamento de Gestão dos Núcleos Administrativos da Superintendência de Gestão de Gastos Públicos da Prefeitura Municipal de Porto Velho, Presidente do Conselho deliberativo da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Porto Velho Rondônia (APAC), Professor e Orientador de Trabalho de Conclusão de Curso do Centro Universitário São Lucas - UniSL (MBA em Licitações e Contratos), Professor do MBA em Licitações e Contratos da GranCursos online e da Faculdade Polis Civitas (MBA em Licitações e Contratos), Professor convidado da Escola Militar dos Agulhas Negras - AMAN e da Escola Corporativa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Consultor e Instrutor de Cursos de Capacitação em Licitações e Contratos e Formação de Pregoeiros do Instituto de Pesquisa de Rondônia IPRO, Ex- Superintendente de Apoio Empresarial, Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras CPLMO da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD), Bacharel em Direito pela Faculdade de Rondônia FARO, Bacharel em Administração Pública pelo Centro Universitário São Lucas - UniSL, Especialista em Metodologia do Ensino Superior pelo Centro Universitário São Lucas - UniSL, MBA em Gestão Pública pelo Centro Universitário São Lucas - UniSL e MBA em Licitações e Contratos pelas Faculdades Integradas Aparício Carvalho -FIMCA. Atua a mais de 16 anos na Administração Pública, tendo ocupado os cargos no Governo do Estado de Rondônia de: Assessor do Gabinete do Governador, Secretário Executivo Regional de Porto Velho da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Assessor Especial da Secretaria de Estado da Administração, Pregoeiro e Membro da Comissão Especial de Licitação no âmbito do Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia - PIDISE/RO e da Política de Cidadania Superação da Pobreza e Erradicação da Extrema Pobreza - Plano Futuro, Assessor Técnico (Elaborador de Termo de Referência e Projetos Básico) da Secretaria de Estado de Assistência Social; Pregoeiro e Membro da Comissão Especial de Licitações de Projetos Especiais - CELPE/PEDISE da Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos (SEAE), desempenhou na Prefeitura Municipal de Porto Velho os cargos de Agente Comunitário de Saúde, Assistente Administrativo, Cotado, Elaborador de Termo de Referência e Projetos no Fundo Municipal de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde (FMS), Pregoeiro, Auxiliar, Assistente, Membro e Secretário da Comissão Permanente de Licitação da Educação na Coordenadoria Municipal de Licitações da Secretaria Municipal de Administração. Vencedor do Prêmio 19 de Março, categoria melhor artigo científico 2014: Perfil, Habilidade e Atribuições do Pregoeiro e 3 lugar no Concurso de Palestrantes do Grupo Negócios Públicos em 2018. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Jamil Manasfi da Cruz

Nome em citações bibliográficas

CRUZ, Jamil Manasfi da

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/1392751229125832>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Prefeitura Municipal de Porto Velho,
Secretaria Municipal de Infraestrutura
Urbana e Serviços Básicos.
Rua Mário Andreazza, nº 8072,
JK II
76804022 - Porto Velho, RO - Brasil
Telefone: (069) 39013167
URL da Homepage:
<https://www.portovelho.ro.gov.br/>

Formação acadêmica/titulação

2013 - 2015

Especialização em MBA em Licitações e Contratos Administrativos. (Carga Horária: 360h).
Faculdades Integradas Aparício Carvalho, FIMCA, Brasil.
Título: Considerações sobre as licitações em face das alterações do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006) provenientes da Lei Complementar nº 147/2014.
Orientador: Claice.

2008 - 2009

Especialização em MBA - GESTÃO PÚBLICA. (Carga Horária: 360h).
Centro Universitário São Lucas, UniSL, Brasil.
Título: Economicidade e Eficiência do Pregão Eletrônico ? Um Estudo de Caso na Prefeitura Municipal de Porto Velho.
Orientador: Profª. Rosana Cristina Vieira de Souza..
Bolsista do(a): Prefeitura Municipal de Porto Velho, PMPV, Brasil.

2007 - 2008

Especialização em METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR. (Carga Horária: 360h).
Centro Universitário São Lucas, UniSL, Brasil.
Título: A Competência Professoral e a

Interdisciplinariedade para a Prática Docente..
Orientador: Esp. Neire Abreu Mota..

2015 - 2018

Graduação em Direito.
Faculdade de Rondônia, FARO/IJN, Brasil.
Título: OS IMPACTOS DO DECRETO Nº 9.412/2018 ALÉM DA DEFINIÇÃO DOS VALORES DAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO PREVISTAS NA LEI Nº 8.666/93.
Orientador: FLORA MARIA CASTELO BRANCO CORREIA SANTOS.

2002 - 2006

Graduação em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
Centro Universitário São Lucas, UniSL, Brasil.
Título: Aspectos Positivos e Negativos da Concessão de Suprimentos de Fundos na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA..
Orientador: Esp. Lucileide Rodrigues.

Formação Complementar

2020 - 2020

Formação e Atualização de Pregoeiros-COMPRASNET- Decreto 10.024/19. (Carga horária: 18h).
Exceller Capacitação Profissional, EXCELLER, Brasil.

2020 - 2020

Fiscalização e Gestão de Obras e Serviços de Engenharia (online e ao vivo). (Carga horária: 8h).
Instituto Negócios Públicos, NP, Brasil.

2020 - 2020

Formação de Pregoeiro - Teoria (Turma JUN/2020). (Carga horária: 20h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2020 - 2020

Contratação Direta e Dispensa Eletrônica. (Carga horária: 4h).
Instituto Negócios Públicos, NP, Brasil.

2020 - 2020

Contratos de Facilities - Uma Nova Opção na Manutenção Predial. (Carga horária: 4h).
Instituto Negócios Públicos, NP, Brasil.

2020 - 2020

Formação de Preços nas Contratações Públicas. (Carga horária: 8h).
Instituto Negócios Públicos, NP, Brasil.

2020 - 2020

Curso Básico de Licitações - Enfrentando (e Vencendo) Tabus. (Carga horária: 60h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2020 - 2020

Gestão e Fiscalização de Contratos (Online e Ao Vivo). (Carga horária: 12h).
Instituto Negócios Públicos, NP, Brasil.

2020 - 2020

Microempresa e Empresa de Pequeno Porte em Licitação. (Carga horária: 4h).
Instituto Negócios Públicos, NP, Brasil.

2020 - 2020

Governança, Compliance e Integridade nas Contratações da Adm. Púb e Estatais. (Carga horária: 4h).
Instituto Negócios Públicos, NP, Brasil.

2020 - 2020

Temos que dar aula remota... E agora?. (Carga horária: 10h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2020 - 2020

Liderança Pública em Tempos de Crise (Turma Jun/2020). (Carga horária: 10h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2020 - 2020

Contratação de TI na Administração Pública (online e ao vivo). (Carga horária: 12h).
Instituto Negócios Públicos, NP, Brasil.

2020 - 2020

Planejamento Estratégico de Compras Públicas - EP+GR+TR+PB+Editais. (Carga horária: 12h).
Instituto Negócios Públicos, NP, Brasil.

2020 - 2020

Estudos Preliminares. (Carga horária: 4h).
Associação de Assistência e Proteção a Vítima de Queimaduras, NPQ, Brasil.

2020 - 2020

Contratação Pública em Tempos de COVID-19 (Online e Ao Vivo). (Carga horária: 10h).
ICOGESP, ICOGESP, Brasil.

2020 - 2020

Licitação e Contratos nas Empresas Estatais de Acordo com a Lei nº13.303/16. (Carga horária: 12h).
Nova Licitab Treinamentos, NLT, Brasil.

2020 - 2020

Elaboração de Planilhas de Custo e Formação de Preços de Serviços. (Carga horária: 12h).
Associação de Assistência e Proteção a Vítima de Queimaduras, NPQ, Brasil.

2020 - 2020

Contratação de Obras Rodoviárias Utilizando o RDC.. (Carga horária: 4h).
Instituto Negócios Públicos, NP, Brasil.

2020 - 2020

Mentoria 15. Congresso Brasileiro de Pregoeiros - 24/08/20 a 30/09/20. (Carga horária: 30h).
Instituto Negócios Públicos, NP, Brasil.

2020 - 2020

Gestão Competente dos Contratos Administrativos e combate às Fraudes - IN05. (Carga horária: 14h).
Exceller Capacitação Profissional, EXCELLER, Brasil.

2019 - 2019

I Encontro Norte/Nordeste sobre o Novo Regime de Contratações das Estatais. (Carga horária: 24h).
TREIDE- TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO, TREIDE, Brasil.

2019 - 2019

Controle Interno na Prestação de Contas Anual. (Carga horária: 16h).
ICOGESP, ICOGESP, Brasil.

2019 - 2019

PROGRAMA MAESTRIA - Grupo de Líderes Públicos. (Carga horária: 24h).
Instituto Negócios Públicos do Brasil, NP, Brasil.

2019 - 2019

FRAUDE EM LICITAÇÕES. (Carga horária: 12h).
ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA - TCE/PR, EGP-TCEPR, Brasil.

2019 - 2019

Logística de Suprimentos - Lei nº 8.666/93, Pregão e Registro de Preços. (Carga horária: 30h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2019 - 2019

Licitações Sustentáveis. (Carga horária: 28h).
INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA, ISC, Brasil.

2019 - 2019

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. (Carga horária: 30h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2019 - 2019

Legislação Básica em Licitações, Pregão e Registro de Preços.. (Carga horária: 30h).
INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA, ISC, Brasil.

2019 - 2019

Formação de Pregoeiro. (Carga horária: 20h).
ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ENAP, Brasil.

2018 - 2018

ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA. (Carga horária: 4h).
ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA - TCE/PR, EGP-TCEPR, Brasil.

2018 - 2018

Logística Governamental: Ferramentas para eficiência e economicidade. (Carga horária: 3h).
Escola de Governo de Rondônia, EGR, Brasil.

2018 - 2018

Orçamento Público: Conceito, Princípios e Instrumentos Orçamentários. (Carga horária: 8h).
Escola de Governo de Rondônia, EGR, Brasil.

2018 - 2018

Pesquisa de Preços Eficiente nas Licitações e Contratos. (Carga horária: 4h).
Escola de Governo de Rondônia, EGR, Brasil.

2018 - 2018

LICITAÇÕES: QUESTÕES PRÁTICAS E CASOS CONCRETOS. (Carga horária: 6h). ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA - TCE/PR, EGP-TCEPR, Brasil.

2017 - 2017

Extensão universitária em NCPC - PROVAS E RECURSOS. (Carga horária: 45h). Instituto Prominas Serviços Educacionais, PROMINAS, Brasil.

2017 - 2017

Extensão universitária em CONTRATOS E LICITAÇÕES. (Carga horária: 45h). Instituto Prominas Serviços Educacionais, PROMINAS, Brasil.

2017 - 2017

Extensão universitária em DIREITO COLETIVO DO TRABALHO. (Carga horária: 45h). Instituto Prominas Serviços Educacionais, PROMINAS, Brasil.

2017 - 2017

Extensão universitária em ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS E O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO. (Carga horária: 45h). Instituto Prominas Serviços Educacionais, PROMINAS, Brasil.

2017 - 2017

Extensão universitária em DIREITOS HUMANOS E RESSOCIALIZAÇÃO. (Carga horária: 45h). Instituto Prominas Serviços Educacionais, PROMINAS, Brasil.

2017 - 2017

Extensão universitária em FUNDAMENTOS DO DIREITO EMPRESARIAL. (Carga horária: 45h). Instituto Prominas Serviços Educacionais, PROMINAS, Brasil.

2017 - 2017

Contratos Administrativos. (Carga horária: 4h). Instituto Negócios Públicos do Brasil, NP, Brasil.

2017 - 2017

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. (Carga horária: 4h). Instituto Negócios Públicos do Brasil, NP, Brasil.

2017 - 2017

Primeiras Aplicações do Novo CPC. (Carga horária: 8h).
ESCOLA DA AGU, EAGU, Brasil.

2017 - 2017

Licitações e Contratos nas Estatais. (Carga horária: 4h).
Instituto Negócios Públicos do Brasil, NP, Brasil.

2017 - 2017

Seminário em Governança Inovadora - Como construir equipes vencedoras. (Carga horária: 4h).
Escola de Governo de Rondônia, EGR, Brasil.

2016 - 2016

Formação de Pregoeiro. (Carga horária: 30h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2016 - 2016

V CURSO DE LEGISLAÇÃO APLICADA Á LOGÍSTICA DE SUPRIMENTOS - LEI 8.666/93. (Carga horária: 60h).
DGP - ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA, DGP, Brasil.

2015 - 2015

10º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. (Carga horária: 26h).
NP Eventos e Serviços Ltda, NP EVENTOS, Brasil.

2015 - 2015

Formação de Pregoeiro. (Carga horária: 30h).
SIASG, SIASG, Brasil.

2015 - 2015

9º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão. (Carga horária: 34h).
NP Eventos e Serviços Ltda, NP EVENTOS, Brasil.

2014 - 2014

Formação e Atualização de Pregoeiros. (Carga horária: 12h).
Governo do Estado de Rondônia, GRO, Brasil.

2014 - 2014

Elaboração de Edital, TR e Anteprojeto no RDC. (Carga horária: 4h).

NP Eventos e Serviços Ltda, NP EVENTOS,
Brasil.

2014 - 2014

Sistema de Registro de Preços. (Carga horária: 4h).
Instituto Negócios Públicos do Brasil, NP,
Brasil.

2014 - 2014

Elaboração de Editais. (Carga horária: 4h).
Instituto Negócios Públicos do Brasil, NP,
Brasil.

2014 - 2014

Divulgação de Compras. (Carga horária: 30h).
SIASG, SIASG, Brasil.

2014 - 2014

Regime Diferenciado de Contratações - RDC. (Carga horária: 4h).
Instituto Negócios Públicos do Brasil, NP,
Brasil.

2014 - 2014

Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativo. (Carga horária: 30h).
ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ENAP, Brasil.

2014 - 2014

A Prática do RDC no COMPRASNET. (Carga horária: 4h).
NP Eventos e Serviços Ltda, NP EVENTOS,
Brasil.

2014 - 2014

Trein@ BNDES ? Treinamento Operacional a Distância. (Carga horária: 13h).
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, Brasil.

2013 - 2013

Modalidade, Tipos e Fases da Licitação. (Carga horária: 40h).
Instituto Legislativo Brasileiro, ILB, Brasil.

2013 - 2013

Atitude - Vencedores e Perdedores. (Carga horária: 9h).
SEM MAIS DESCULPAS TREINAMENTOS, SMD, Brasil.

2013 - 2013

Capacitação e Formação de Pregoeiros. (Carga horária: 8h).

NP Eventos e Serviços Ltda, NP EVENTOS,
Brasil.

2013 - 2013

Obras e Serviços de Engenharia. (Carga horária: 8h).
NP Eventos e Serviços Ltda, NP EVENTOS,
Brasil.

2013 - 2013

8º Congresso Brasileiro de Pregoeiros.
(Carga horária: 36h).
NP Eventos e Serviços Ltda, NP EVENTOS,
Brasil.

2013 - 2013

Regime Diferenciado de Contratações -
RDC. (Carga horária: 8h).
NP Eventos e Serviços Ltda, NP EVENTOS,
Brasil.

2012 - 2012

Termo de Referências. (Carga horária:
4h).
NP Eventos e Serviços Ltda, NP EVENTOS,
Brasil.

2012 - 2012

Elaboração de Termo de Referência e
Projeto Básico. (Carga horária: 16h).
Governo do Estado de Rondônia, GER,
Brasil.

2012 - 2012

Contratação Direta sem Licitação - Uma
Nova Visão. (Carga horária: 16h).
ELO Consultoria Empresarial e Produção
de Eventos, ELO, Brasil.

2012 - 2012

Elaboração de Planilhas. (Carga horária:
8h).
NP Eventos e Serviços Ltda, NP EVENTOS,
Brasil.

2012 - 2012

Alinhamento Estratégico. (Carga horária:
16h).
R&A Treinamento e Consultoria
Empresarial, R&A, Brasil.

2012 - 2012

7º Congresso Brasileiro de Pregoeiros.
(Carga horária: 26h).
NP Eventos e Serviços Ltda, NP EVENTOS,
Brasil.

2011 - 2011

GESTÃO DE ESTRATÉGIA - BSC. (Carga horária: 33h).
FUNDAÇÃO BRADESCO, BRADESCO, Brasil.

2010 - 2010

Ética e Serviço Público. (Carga horária: 10h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2010 - 2010

e-Mag Modelo Acessibilidade de Governo Eletrônico. (Carga horária: 10h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2010 - 2010

Gestão de Convênios e de Contratos de Repasse. (Carga horária: 40h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2010 - 2010

Excelência no Atendimento. (Carga horária: 20h).
Instituto Legislativo Brasileiro, ILB, Brasil.

2010 - 2010

Gestão Estratégica de Pessoas e Plano de Carreira. (Carga horária: 20h).
Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2010 - 2010

Licitações e Contratos Administrativos (LCA). (Carga horária: 30h).
Tribunal de Contas da União, TCU, Brasil.

2010 - 2010

Excelência na Gestão Pública Municipal. (Carga horária: 12h).
FUNDAÇÃO ESCOLA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE PORTO VELHO, FUNESCOLA, Brasil.

2010 - 2010

Prestação de Contas de Convênios: dever do gestor. (Carga horária: 30h).
Tribunal de Contas da União, TCU, Brasil.

2010 - 2010

Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). (Carga horária: 30h).
Tribunal de Contas da União, TCU, Brasil.

2010 - 2010

SICONV - Sistema de Convênio da União.
(Carga horária: 30h).
Instituto Brasileiro de Administração
Municipal, IBAM, Brasil.

2010 - 2010

Licitação Avançada. (Carga horária: 20h).
Serviço Nacional de Aprendizagem
Comercial, SENAC, Brasil.

2009 - 2009

Licitações & Contratos Administrativos.
(Carga horária: 40h).
Tribunal de Contas da União, TCU, Brasil.

2009 - 2009

Educação a Distância. (Carga horária:
20h).
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão, MPOG, Brasil.

2009 - 2009

Formação de Pregoeiro. (Carga horária:
30h).
Ministério do Planejamento, orçamento e
Gestão, MPOG, Brasil.

2009 - 2009

Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas.
(Carga horária: 20h).
Escola Nacional de Administração Pública,
ENAP, Brasil.

2009 - 2009

Organização de Processos Teoria e
Prática. (Carga horária: 16h).
ADM Consultoria & Treinamento, ADM,
Brasil.

2009 - 2009

Balanced Scorecard. (Carga horária: 5h).
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

2009 - 2009

Legislação Aplicada à Logística de
Suprimentos. (Carga horária: 26h).
Escola Nacional de Administração Pública,
ENAP, Brasil.

2008 - 2008

Atendimento ao Cidadão. (Carga horária:
20h).
Escola Nacional de Administração Pública,
ENAP, Brasil.

2008 - 2008

Pregão Presencial e Eletrônico e Lei
123/2006. (Carga horária: 15h).

ADM Consultoria & Treinamento, ADM,
Brasil.

2006 - 2006

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO.
(Carga horária: 16h).
TREIDE- TREINAMENTOS E
DESENVOLVIMENTO, TREIDE, Brasil.

Atuação Profissional

Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia, CAERD, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - 2018

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: PREGOEIRO, LEILOEIRO E
PRESIDENTE DA CPLMO, Carga horária:
40

Instituto de Pesquisa de Rondônia, IPRO, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - Atual

Vínculo: Instrutor, Enquadramento
Funcional: Palestrante e Colaborador

Governo do Estado de Rondônia - RO, GRO, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2015

Vínculo: , Enquadramento Funcional:
Pregoeiro e Membro da CEL/PIDISE,
Carga horária: 44

Vínculo institucional

2012 - 2013

Vínculo: , Enquadramento Funcional:
Secretário Executivo Regional de Porto
Velho, Carga horária: 8

Governo do Estado de Rondônia, GRO, Brasil.

Vínculo institucional**2011 - 2011**

Vínculo: Cargo de Direção Superior,
Enquadramento Funcional: Assessor da
Governadoria, Carga horária: 8

**Outras
informações**

Elaboração de Termos de Referências,
Projetos Básicos e acompanhamento de
Licitações.

Centro Universitário São Lucas, UniSL, Brasil.**Vínculo institucional****2011 - Atual**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Prof. de Pós Graduação e
Orientador de TCC, Carga horária: 2

Prefeitura Municipal de Porto Velho, PMPV, Brasil.**Vínculo institucional****2006 - Atual**

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento
Funcional: Assistente Administrativo,
Carga horária: 40

**Outras
informações**

Lotado na Secretaria Municipal de Saúde
- SEMUSA.

Vínculo institucional**2007 - 2011**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Pregoeiro e Membro da CPL-
Educação, Carga horária: 40

**Outras
informações**

Lotado na Coordenadoria Municipal de
Licitações (CML) da Secretaria Municipal
de Administração (SEMAD)

Vínculo institucional**2004 - 2006**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Agente Comunitário de Saúde,
Carga horária: 40

**Outras
informações**

Lotado na Secretaria Municipal de Saúde -
SEMUSA

VIGHER Serviços de Segurança LTDA, VIGHER, Brasil.**Vínculo institucional****2007 - 2007**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Assistente Administrativo,
Carga horária: 40

FEDERAÇÃO RONDONIENSE DE MULHERES, FEROM, Brasil.**Vínculo institucional****2010 - 2010**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Professor do Curso de Pregão,
Carga horária: 2

MANEGEMENT CONSULTORIA E SERVIÇOS, MCS, Brasil.**Vínculo institucional****2010 - 2011**

Vínculo: CONSULTORIA EMPRESARIAL,
Enquadramento Funcional: CONSULTOR,
Carga horária: 2

Conselho Regional de Administração de Rondônia, CRA-RO, Brasil.**Vínculo institucional****2016 - Atual**

Vínculo: Indicação, Enquadramento
Funcional: Coordenador de Licitações e

Academia Militar das Agulhas Negras, AMAN, Brasil.**Vínculo institucional****2020 - Atual**

Vínculo: Professor Visitante,
Enquadramento Funcional: Professor
Convocado, Carga horária: 32

Outras informações

Eletiva - Governança, Compliance e
Gestão de Riscos na Administração
Pública.

Vínculo institucional**2018 - 2018**

Vínculo: Professor Visitante,
Enquadramento Funcional: Professor
Convocado, Carga horária: 16

Outras informações

Professor da Eletiva de Boas Práticas em
Licitações e Contratos.

Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Brasil.**Vínculo institucional****2019 - Atual**

Vínculo: Professor Visitante,
Enquadramento Funcional: Professor
Convocado, Carga horária: 16

Outras informações

Professor convidado para ministrar curso
de formação e atualização de Pregoeiro,
Gestão e Fiscalização de Contratos na
Fiocruz Paraná e Bahia.

Membro de corpo editorial**2015 - Atual**

Periódico: LICICON - Revista de Licitações e Contratos

2015 - Atual

Periódico: O Pregoeiro

2014 - Atual

Periódico: Jus Navigandi

2014 - Atual

Periódico: Administradores - O Portal da Administração.

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Administração.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Administração / Subárea:
Administração Pública.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Administração / Subárea: Licitações
& Contratos.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco,
Lê Pouco, Escreve Razoavelmente.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Razoavelmente,
Lê Pouco, Escreve Pouco.

Prêmios e títulos

2018

3º Lugar no 1º Concurso de Palestrantes
em Administração Pública do Brasil,
Instituto Negócios Públicos.

2015

Prêmio 19 de Março, Grupo Negócios
Públicos - 10º Congresso Brasileiro de
Pregoeiros.

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

ALMEIDA, Daniel da Silva ; **CRUZ, Jamil Manasfi da** ; CARDOSO, L. O. ; ALVES, P. J. R. . Termo de referência ou projeto básico simplificado para enfrentamento do Covid-19, conforme Lei nº 13.979/2020. SLC - Solução em Licitações e Contratos, v. 3, p. 39-46, 2020.

2.

ALMEIDA, Daniel da Silva ; **CRUZ, Jamil Manasfi da** ; CARDOSO, L. O. ; ALVES, P. J. R. . Termo de referência ou projeto básico simplificado para enfrentamento do covid-19, conforme Lei 13.979/2020. Jus Navigandi (Online), v. 25, p. 6139, 2020.

3.

ALMEIDA, Daniel da Silva ; **CRUZ, Jamil Manasfi da** . Aplicação Restritiva do Tratamento Diferenciado e Simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Vísando a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social no Âmbito Municipal e Regional. SLC - Solução em Licitações e Contratos, v. 14, p. 55-64, 2019.

4.

ALMEIDA, Daniel da Silva ; **CRUZ, Jamil Manasfi da** . A Alienação Prevista da Lei nº 8.666/93 e Alterações Trazidas com o Decreto nº 9.412/2018. Negócios Públicos, v. XIV, p. 35-36, 2018.

5.

ALMEIDA, Daniel da Silva ; **CRUZ, Jamil Manasfi da** . Impactos do Decreto 9.412/2018 Além da Definição da Modalidade de Licitação (Parte 1). Negócios Públicos, v. XIV, p. 37-47, 2018.

6.

ALMEIDA, Daniel da Silva ; **CRUZ, Jamil Manasfi da** . Impactos do Decreto 9.412/2018 Além da Definição da Modalidade de Licitação (Parte 2). Negócios Públicos, v. XIV, p. 36-47, 2018.

7.

CRUZ, Jamil Manasfi da; Almeida, Daniel da Silva . Análise acerca da possibilidade do acionamento do cadastro reserva por órgão não participante da Ata de Registro de Preços. Negócios Públicos, v. XIII, p. 41-48, 2017.

8.

CRUZ, Jamil Manasfi da; ZANOTELLO, S. . Perfil, Habilidades e Atribuições do Pregoeiro. O Pregoeiro, v. XI, p. 11-15, 2015.

9.

CRUZ, Jamil Manasfi da; ZANOTELLO, S. . Perfil, Habilidades e Atribuições do Pregoeiro. LICICON Revista de Licitações e Contratos, v. 85, p. 11-18, 2015.

10.

CRUZ, Jamil Manasfi da; BITTENCOURT, M. V. C. ; ZANOTELLO, S. ; ANDRADE JUNIOR, R. A. . Uma análise dos crimes de licitação e de suas penas, conforme seção III da Lei nº 8.666/93. Jus Navigandi (Online), v. I, p. 1-12, 2015.

11.

CRUZ, Jamil Manasfi da; ZANOTELLO, S. . Perfil, Habilidades e Atribuições do Pregoeiro. Jus Navigandi, v. 1, p. 1-7, 2014.

12.

CRUZ, Jamil Manasfi da; ZANOTELLO, S. . Considerações sobre as licitações em face das alterações do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006) provenientes da Lei Complementar nº 147/2014. Jus Navigandi, v. 1, p. 1-8, 2014.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

CRUZ, Jamil Manasfi da; BONATTO, H. ; BRITO, J. A. P. M. . Regulamentação Municipal da Lei nº 14.133/21. 1º. ed. Guarulhos - SP: Forseti Soluções em Licitação, 2022.

2.

CRUZ, Jamil Manasfi da; ELIAS, A. O. ; SILVA, A. C. . Todas as respostas sobre a nova lei de licitações e contratos (livro eletrônico): coletânea de entrevistas com os maiores especialistas. 1º. ed. São José dos Pinhais, PR: Negócios Públicos Editora, 2021.

Apresentações de Trabalho

1.

★ **CRUZ, Jamil Manasfi da**. 1º CONGRESSO NACIONAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO SISTEMA ?S. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Produção técnica

Redes sociais, websites e blogs

1.

★ **CRUZ, Jamil Manasfi da**; ZANOTELLO, S. . Considerações sobre as licitações em face das alterações do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006) provenientes da Lei Complementar nº 147/2014. 2014; Tema: Considerações sobre as licitações em face das alterações do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006) provenientes da Lei Complementar nº 147/2014. (Site).

Demais tipos de produção técnica

1.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Workshop Planejamento das Contratações - Estudos Preliminares e Termo de Referência. 2020. .

2.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso de Formação e Atualização de Pregoeiros com Base no Decreto nº 10.024/2019 e Lei nº 13.303/2016. 2020. .

3.

CRUZ, Jamil Manasfi da. CURSO PRÁTICO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE COMPRAS PÚBLICAS - ESTUDO PRELIMINAR/GESTÃO DE RISCO/TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO E EDITAIS. 2020. .

4.

CRUZ, Jamil Manasfi da. CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PREGOEIROS COM ENFOQUE NO DECRETO FEDERAL 10.024/19 (INCLUINDO AS INOVAÇÕES DA LEI 13.979/20 E O ?PREGÃO EXPRESS?). 2020. .

5.

CRUZ, Jamil Manasfi da. CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PREGOEIROS COM ENFOQUE NO DECRETO FEDERAL 10.024/19 (INCLUINDO AS INOVAÇÕES DA LEI 13.979/20 E O ?PREGÃO EXPRESS?. 2020. .

6.

CRUZ, Jamil Manasfi da. COMPRASNET 4.0 ? PARA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO. 2020. .

7.

CRUZ, Jamil Manasfi da. CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PREGOEIROS COM ENFOQUE NO DECRETO FEDERAL 10.024/19 (INCLUINDO AS INOVAÇÕES DA LEI 13.979/20 E O ?PREGÃO EXPRESS?). 2020. .

8.

CRUZ, Jamil Manasfi da. COMPRASNET 4.0 ? PARA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO. 2020. .

9.

CRUZ, Jamil Manasfi da. CURSO ONLINE E AO VIVO COMPRASNET 4.0: PARA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO - 18 DE JUNHO DE 2020. 2020. .

10.

CRUZ, Jamil Manasfi da. CURSO DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PREGOEIROS COM ENFOQUE NO DECRETO FEDERAL 10.024/19 (INCLUINDO AS INOVAÇÕES DA LEI 13.979/20 E O ?PREGÃO EXPRESS?). 2020. .

11.

CRUZ, Jamil Manasfi da. COMPRASNET 4.0 - PARA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO. 2020. .

12.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Operacionalização do módulo IRP no sistema Comprasnet. 2020. .

13.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Ao Vivo e Online de Capacitação e Atualização de Pregoeiros com Enfoque no Decreto Federal 10.024/19 (incluindo as inovações da Lei 13.979/20 e o 'Pregão Express?'),. 2020. .

14.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Ao Vivo e Online de Comprasnet 4.0 ? Para pregoeiros e equipe de apoio. 2020. .

15.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Online Ao Vivo COMPRASNET 4.0 para pregoeiros e equipe de apoio,. 2020. .

16.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Oficina de 'Capacitação e Formação de Pregoeiros e Equipe de Apoio' no 15^o Congresso Brasileiro de Pregoeiros.. 2020. .

17.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Ao Vivo e Online de Capacitação e Atualização de Pregoeiros com Enfoque no Decreto Federal 10.024/19 (incluindo as inovações da Lei 13.979/20 e o 'Pregão Express?'). 2020. .

18.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Online Ao Vivo COMPRASNET 4.0 para pregoeiros e equipe de apoio. 2020. .

19.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Ao Vivo e Online de Capacitação e Atualização de Pregoeiros com Enfoque no Decreto Federal 10.024/19 (incluindo as inovações da Lei 13.979/20 e o ?Pregão Express?). 2020. .

20.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Ao Vivo e Online de Capacitação e Atualização de Pregoeiros com Enfoque no Decreto Federal 10.024/19 (incluindo as inovações da Lei 13.979/20 e o ?Pregão Express?),. 2020. .

21.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Online Ao Vivo COMPRASNET 4.0 para pregoeiros e equipe de apoio. 2020. .

22.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Online Ao Vivo COMPRASNET 4.0 para pregoeiros e equipe de apoio. 2020. .

23.

CRUZ, Jamil Manasfi da. CURSO ONLINE E AO VIVO DE COMPRASNET 4.0 E ETP DIGITAL. 2020. .

24.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Workshop - Estudos Técnicos Preliminares nas Contratações Públicas - IN 40/2020 - Gestão e sanções. 2020. .

25.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso de Capacitação e Atualização de Pregoeiros, Estudo Técnico Preliminar, Dispensa de Licitação, Inexigibilidade de Licitação, Fiscalização e Gestão de Contratos, Lei 13.979/2020. 2020. .

26.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Ao Vivo e Online de Capacitação e Atualização de Pregoeiros com Enfoque no Decreto Federal 10.024/19 (incluindo as inovações da Lei 13.979/20 e o ?Pregão Express?). 2020. .

27.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Oficina V: 'BOAS PRÁTICAS NA CONDUÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO: COMO POTENCIALIZAR O USO DAS PLATAFORMAS OPERACIONAIS,' ministrada no 14º Pregão Week, dia 25 de novembro de 2020, 4h aula - online.. 2020. .

28.

CRUZ, Jamil Manasfi da. CURSO ONLINE E AO VIVO DE COMPRASNET 4.0 E ETP DIGITAL. 2020. .

29.

CRUZ, Jamil Manasfi da. CURSO PLANEJAMENTO DE COMPRAS PÚBLICAS: ESTUDO PRELIMINAR, GESTÃO DE RISCO, TERMO DE REFERÊNCIA, PLANEJAMENTO BÁSICO E EDITAIS. 2020. .

30.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Sistema de Registro de Preços Permanente. 2019. .

31.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Gestão e Fiscalização de Contratos. 2019. .

32.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso de Operacionalização no sistema COMPRASNET 4.0, de acordo como Novo Decreto 10.024/19 - Planejamento da Contratação. 2019. .

33.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso para Formação e Atualização de Pregoeiros e Equipe de Apoio, incluindo Sistema de Registro de Preços, Aplicação da LC nº123/06, Elaboração de Estudos Preliminares e de Termo de Referência. 2019. .

34.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Termo de referência e Contratos & Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos.. 2019. .

35.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso sobre Licitações e Contratos. 2019. .

36.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. 2019. .

37.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Planejamento da Contratação - Termo de Referência e Projeto Básico. 2019. .

38.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Planejamento da Contratação - Estudo Técnico Preliminar e Gestão de Riscos. 2019. .

39.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Inovações do Pregão Eletrônico: as 27 Inovações do Decreto Federal nº 10.024/2019. 2019. .

40.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Encontro regional de Licitações e Contratos Públicos. 2019. .

41.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso de Formação e Atualização de Pregoeiros. 2018. .

42.

CRUZ, Jamil Manasfi da. 1º Seminário Rondoniense em Licitações e Contratos. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

43.

CRUZ, Jamil Manasfi da; ALMEIDA, Daniel da Silva . Boas Práticas em Licitações e Contratos. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

44.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso de Elaboração de Termo de Referência e Planejamento da Contratação, conforme Instrução Normativa nº05, de 26 de maio de 2017.. 2018. .

45.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Workshop - MPE em Licitações Públicas. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

46.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Instrumentos de Planejamento nas Licitações da Gestão Pública. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

47.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, com ênfase na IN nº 05/2017. 2018. .

48.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Oficina: 'De Pregoeiro para Pregoeiros, situações controversas.'. 2018. .

49.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso de Formação e atualização de Pregoeiros com Sistema de Registro de Preços. 2015. .

50.

★ **CRUZ, Jamil Manasfi da.** Curso de Formação e atualização de Pregoeiros com Sistema de Registro de Preços. 2014. .

51.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso de Formação e atualização de Pregoeiros com Sistema de Registro de Preços. 2014. .

52.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico. 2014. .

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Participação em banca de GEYLSON AZEVEDO DE FREITAS. "Plano de Negócios - GAFRISA ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS". 2011. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em MBA - FINANÇAS, CONTROLADÓRIA E AUDITORIA) - Centro Universitário São Lucas.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Livre docência

1.

CRUZ, Jamil Manasfi da. A HUMANIZAÇÃO NO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS. 2011. Centro Universitário São Lucas.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Boas práticas na operacionalização da Dispensa Eletrônica. 2023. (Congresso).

2.

PREGOEIROS SUMMIT 2022 - PS2023. Contratação Direta conforme a NLLCA nº14.133/21. 2023. (Congresso).

3.

15º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos sobre Pregão. Boas práticas na condução de pregão eletrônico: como potencializar o uso do Comprasnet.. 2022. (Congresso).

4.

17º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Capacitação e Formação de Pregoeiros e Equipe de Apoio. 2022. (Congresso).

5.

5º encontro de Grandes Nomes em Compras Públicas.Boas Práticas na Elaboração de Estudo Técnico Preliminar. 2022. (Encontro).

6.

6º Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. Operacionalização de Dispensa Eletrônica e Pregão Eletrônico. 2022. (Congresso).

7.

Seminário Nacional das Contratações dos Conselhos Profissionais - INOVE.Operacionalização da Dispensa Eletrônica. 2022. (Seminário).

8.

Seminário Nacional de Compras Publicas - SENACOP2022.Curso de Formação e Atualização de Pregoeiros. 2022. (Seminário).

9.

16º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Capacitação e Formação de Pregoeiros e Equipe de Apoio. 2021. (Congresso).

10.

5º Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. Oficina de Dispensa Eletrônica conforme a NLLCA nº14.133/21. 2021. (Congresso).

11.

14ª Pregão Week.Boas práticas na condução de pregão eletrônico: como potencializar o uso das plataformas operacionais. 2020. (Oficina).

12.

15º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Curso de Formação de Pregoeiros. 2020. (Congresso).

13.

4ª Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais.workshop - Estudos técnicos preliminares nas contratações públicas: gestão e sanções.. 2020. (Outra).

14.

Fórum Virtual de Licitações.Lei 13.979/20: As Principais Mudanças no Mercado em Tempos de Pandemia. 2020. (Outra).

15.

SUMMIT GOV 2020 - Compras Públicas. As Mudanças do Decreto 10.024/19 no COMPRASNET - Operacionalização.. 2020. (Congresso).

16.

12º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. 2017. (Congresso).

17.

I Seminário Interdisciplinar em Judicialização dos Conflitos Sociais.NOVA HIPOTESE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DESTINADA A SEGURANÇA PUBLICA E DESTINAÇÃO DE CÔTA PARA MÃO-DE-OBRA ORIUNDA OU EGRESSA DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO. 2017. (Seminário).

18.

I SIMPÓSIO MUNICIPAL INTERDISCIPLINAR.SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP e o procedimento de adesão.. 2017. (Simpósio).

19.

Fórum Amazônico de Direito Processual. 2016. (Outra).

20.

I Congresso Rondoniense de Carreiras Jurídicas: O Direito em Tempos de Crises. 2016. (Congresso).

21.

III AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O MÉTODO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS - APAC. 2016. (Outra).

22.

1º CONGRESSO NACIONAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO SISTEMA ?S PROJETO EXECUTIVO DE EVENTO NACIONAL. Elaboração de Editais de Licitação. 2015. (Congresso).

23.

10º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. 2015. (Congresso).

24.

I Congresso Brasileiro Socioambiental Impactos Sociais e Ambiente Contemporâneos na Amazônia. 2015. (Congresso).

25.

I SEMINÁRIO DE ESTUDOS SOBRE O MÉTODO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS. 2015. (Seminário).

26.

JORNADA ACADÊMICA DE DIREITO - NOVO CÓDIGO DE PROCESSO O CIVIL. 2015. (Outra).

27.

V Simpósio Debate em Ação: Discussão Científica. 2015. (Simpósio).

28.

2º Congresso Brasileiro de RDC. 2014. (Congresso).

29.

9º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. 2014. (Congresso).

30.

8º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. 2013. (Congresso).

31.

7º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. 2012. (Congresso).

32.

Liderança - O fator Resultado - Ministrado por Aly Baddauhy Jr. 2010. (Outra).

33.

VII Encontro Municipal de Atualização Administrativa. 2010. (Encontro).

34.

VI Encontro Municipal de Atualização Administrativa e Equilíbrio das Contas Públicas. 2009. (Encontro).

Orientações

Orientações e supervisões em andamento

Monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1.

Mirna Saraiva Martins & Renato Lopes. A MIGRAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL PARA O LUCRO PRESUMIDO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA QUE ATUA NO RAMO DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS NA CIDADE DE PORTO VELHO/RO. Início: 2014. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em MBA - FINANÇAS, CONTROLADORIA E AUDITORIA) - Centro Universitário São Lucas. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1.

Valdiza de Lima Monteiro & Gyselle dos Santos Aleixo. ÉTICA NO TRABALHO: UMA REFLEXÃO SOBRE A FUNÇÃO DA ÉTICA NO AMBIENTE DE TRABALHO. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em MBA - Gestão de Pessoas) - Centro Universitário São Lucas. Orientador: Jamil Manasfi da Cruz.

2.

Wanderley de Oliveira Sousa Junior & Cleber é Cleber Santos. OS PRINCIPAIS FATORES DE CAUSA DA MORTALIDADE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICIPIO DE PORTO VELHO - RO.. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em MBA - FINANÇAS, CONTROLADORIA E AUDITORIA) - Centro Universitário São Lucas. Orientador: Jamil Manasfi da Cruz.

Educação e Popularização de C & T

Artigos

Artigos completos publicados em periódicos

1.

CRUZ, Jamil Manasfi da; Almeida, Daniel da Silva . Análise acerca da possibilidade do acionamento do cadastro reserva por órgão não participante da Ata de Registro de Preços. Negócios Públicos, v. XIII, p. 41-48, 2017.

Cursos de curta duração ministrados

1.

★ **CRUZ, Jamil Manasfi da.** Curso de Formação e atualização de Pregoeiros com Sistema de Registro de Preços. 2014. .

2.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso de Formação e atualização de Pregoeiros com Sistema de Registro de Preços. 2014. .

3.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso de Formação e Atualização de Pregoeiros. 2018. .

4.

CRUZ, Jamil Manasfi da. 1º Seminário Rondoniense em Licitações e Contratos. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

5.

CRUZ, Jamil Manasfi da. CURSO PRÁTICO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE COMPRAS PÚBLICAS - ESTUDO PRELIMINAR/GESTÃO DE RISCO/TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO E EDITAIS. 2020. .

6.

CRUZ, Jamil Manasfi da. CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PREGOEIROS COM ENFOQUE NO DECRETO FEDERAL 10.024/19 (INCLUINDO AS INOVAÇÕES DA LEI 13.979/20 E O PREGÃO EXPRESS?). 2020. .

7.

CRUZ, Jamil Manasfi da. CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PREGOEIROS COM ENFOQUE NO DECRETO FEDERAL 10.024/19 (INCLUINDO AS INOVAÇÕES DA LEI 13.979/20 E O PREGÃO EXPRESS?). 2020. .

8.

CRUZ, Jamil Manasfi da. COMPRASNET 4.0 ? PARA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO. 2020. .

9.

CRUZ, Jamil Manasfi da. CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PREGOEIROS COM ENFOQUE NO DECRETO FEDERAL

10.024/19 (INCLUINDO AS INOVAÇÕES DA LEI 13.979/20 E O ?PREGÃO EXPRESS?). 2020. .

10.

CRUZ, Jamil Manasfi da. COMPRASNET 4.0 ? PARA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO. 2020. .

11.

CRUZ, Jamil Manasfi da. CURSO ONLINE E AO VIVO COMPRASNET 4.0: PARA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO - 18 DE JUNHO DE 2020. 2020. .

12.

CRUZ, Jamil Manasfi da. CURSO DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PREGOEIROS COM ENFOQUE NO DECRETO FEDERAL 10.024/19 (INCLUINDO AS INOVAÇÕES DA LEI 13.979/20 E O ?PREGÃO EXPRESS?). 2020. .

13.

CRUZ, Jamil Manasfi da. COMPRASNET 4.0 - PARA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO. 2020. .

14.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Operacionalização do módulo IRP no sistema Comprasnet. 2020. .

15.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Ao Vivo e Online de Capacitação e Atualização de Pregoeiros com Enfoque no Decreto Federal 10.024/19 (incluindo as inovações da Lei 13.979/20 e o ?Pregão Express?),. 2020. .

16.

CRUZ, Jamil Manasfi da. urso Ao Vivo e Online de Comprasnet 4.0 ? Para pregoeiros e equipe de apoio. 2020. .

17.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Online Ao Vivo COMPRASNET 4.0 para pregoeiros e equipe de apoio,. 2020. .

18.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Oficina de 'Capacitação e Formação de Pregoeiros e Equipe de Apoio' no 15^o Congresso Brasileiro de Pregoeiros.. 2020. .

19.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Ao Vivo e Online de Capacitação e Atualização de Pregoeiros com Enfoque no Decreto Federal 10.024/19 (incluindo as inovações da Lei 13.979/20 e o 'Pregão Express?'). 2020. .

20.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Online Ao Vivo COMPRASNET 4.0 para pregoeiros e equipe de apoio. 2020. .

21.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Ao Vivo e Online de Capacitação e Atualização de Pregoeiros com Enfoque no Decreto Federal 10.024/19 (incluindo as inovações da Lei 13.979/20 e o 'Pregão Express?'). 2020. .

22.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Ao Vivo e Online de Capacitação e Atualização de Pregoeiros com Enfoque no Decreto Federal 10.024/19 (incluindo as inovações da Lei 13.979/20 e o 'Pregão Express?'),. 2020. .

23.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Online Ao Vivo COMPRASNET 4.0 para pregoeiros e equipe de apoio. 2020. .

24.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Online Ao Vivo COMPRASNET 4.0 para pregoeiros e equipe de apoio. 2020. .

25.

CRUZ, Jamil Manasfi da. CURSO ONLINE E AO VIVO DE COMPRASNET 4.0 E ETP DIGITAL. 2020. .

26.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Workshop - Estudos Técnicos Preliminares nas Contratações Públicas - IN 40/2020 - Gestão e sanções. 2020. .

27.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso de Capacitação e Atualização de Pregoeiros, Estudo Técnico Preliminar, Dispensa de Licitação, Inexigibilidade de Licitação, Fiscalização e Gestão de Contratos, Lei 13.979/2020. 2020. .

28.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Curso Ao Vivo e Online de Capacitação e Atualização de Pregoeiros com Enfoque no Decreto Federal 10.024/19 (incluindo as inovações da Lei 13.979/20 e o ?Pregão Express?). 2020. .

29.

CRUZ, Jamil Manasfi da. Oficina V: 'BOAS PRÁTICAS NA CONDUÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO: COMO POTENCIALIZAR O USO DAS PLATAFORMAS OPERACIONAIS,' ministrada no 14º Pregão Week, dia 25 de novembro de 2020, 4h aula - online.. 2020. .

30.

CRUZ, Jamil Manasfi da. CURSO ONLINE E AO VIVO DE COMPRASNET 4.0 E ETP DIGITAL. 2020. .

31.

CRUZ, Jamil Manasfi da. CURSO PLANEJAMENTO DE COMPRAS PÚBLICAS: ESTUDO PRELIMINAR, GESTÃO DE RISCO, TERMO DE REFERÊNCIA, PLANEJAMENTO BÁSICO E EDITAIS. 2020. .

Redes sociais, websites e blogs

1.

★ **CRUZ, Jamil Manasfi da; ZANOTELLO, S.** . Considerações sobre as licitações em face das alterações do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006) provenientes da Lei Complementar nº 147/2014. 2014; Tema: Considerações sobre as licitações em face das alterações do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006) provenientes da Lei Complementar nº 147/2014. (Site).

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 19/02/2025 às 10:56:26

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.

[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)



Monique Simões Soares

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6697146149030309>

ID Lattes: **6697146149030309**

Última atualização do currículo em 26/09/2022

Mestre em Administração Pública - FGV/RJ, pós graduada em Administração Pública ? CEPERJ e Bacharel em Ciências Contábeis. Trabalhando há 25 anos com Licitações Públicas e Contratos Administrativos em órgãos públicos do Estado do Rio de Janeiro. É estatutária concursada da FAETEC, estando cedida à Procuradoria Geral do Estado ? PGE. Anteriormente, como Superintendente de Aquisição e Contratos da Secretaria de Estado de Saúde - SES/RJ. Atuado como Pregoeira e Gerente da Rede de Pregoeiros do Estado do Rio de Janeiro na Secretaria de Planejamento e Gestão / SEPLAG. Atualmente, professora e Coordenadora Acadêmica em Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas ? FGV, professora CEPERJ, professora do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais ? IBMEC, Consultora, Presidente de Comissão de Licitação. Participação como Membro da Comissão Permanente de Licitação do Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública / Pró-Gestão e membro da Comissão Especial de Licitação do Programa Nacional de Apoio à Modernização e Gestão dos Estados e Distrito Federal - PNAGE. Atuação em Cursos e Palestras em todo o Brasil. <http://lattes.cnpq.br/6697146149030309> (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome

Monique Simões Soares 

Nome em citações bibliográficas

SOARES, M. S.

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/6697146149030309>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Rio de Janeiro.
AV. ERASMO BRAGA, 118, 8 ANDAR,
CENTRO, RIO DE JANEIRO
20020-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Telefone: (21) 23331819

Formação acadêmica/titulação

2013 - 2015

Mestrado profissional em Administração Pública.

Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

Título: Satisfação da Lei de Acesso à Informação através do sistema de compras eletrônicas do Governo do Estado do Rio de Janeiro: A transparência proporcionada pelo Sistema Integrado de Gestão de Aquisições ? SIGA., Ano de Obtenção: 2015.

Orientador: Débora Zouain.

Bolsista do(a): Secretária de Planejamento e Gestão, SEPLAG, Brasil.

Palavras-chave: Pregão; Compras Públicas; Transparência; Governo Eletrônico.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas /

Área: Administração / Subárea: Compras Públicas.

Setores de atividade: Educação.

2021

Especialização em andamento em DIREITO PÚBLICO COM ÊNFASE EM CONTRATOS E LICITAÇÕES. (Carga Horária: 750h).

ABEU Centro Universitário, UNIABEU, Brasil.

2011 - 2012

Especialização em Administração Pública. (Carga Horária: 360h).

Fund. Centro Est. de Estatísticas, Pesquisas e Form. de Serv. Púb. do RJ, CEPERJ, Brasil.

Título: Processo Licitatório.

Orientador: Carlos Alberto Lidizia Soares.

Bolsista do(a): Secretária de Planejamento e Gestão, SEPLAG, Brasil.

2003 - 2010

Graduação em Ciências Contábeis.

Centro Universitário Augusto Motta, UNISUAM, Brasil.

Título: PREGÃO, 10 ANOS DE INOVAÇÕES.

Orientador: SERGIO BARBOSA.

Formação Complementar

2019 - 2019

Sistema Eletrônico de Informação - SEI. (Carga horária: 20h).

Escola Nacional de Administração Pública,
ENAP, Brasil.

2016 - 2016

Contratos Administrativos, Termos de
Parceria e Convênios (Lei 13.019/14).
(Carga horária: 40h).
Escola de Contas e Gestão do TCE/RJ,
ECG-TCE/RJ, Brasil.

2016 - 2016

Desenho de Cursos: Introdução ao
modelo ADDIE. (Carga horária: 20h).
Escola Nacional de Administração Pública,
ENAP, Brasil.

2016 - 2016

Gestão e Fiscalização de Contratos
Administrativos. (Carga horária: 40h).
Escola Nacional de Administração Pública,
ENAP, Brasil.

2016 - 2016

Controle Interno - gerenciamento de
riscos na administração pública. (Carga
horária: 32h).
Escola de Contas e Gestão do TCE/RJ,
ECG-TCE/RJ, Brasil.

2016 - 2016

Formação de Pregoeiros. (Carga horária:
20h).
Escola Nacional de Administração Pública,
ENAP, Brasil.

2016 - 2016

Legislação Aplicada à Logística de
Suprimentos. (Carga horária: 30h).
Escola Nacional de Administração Pública,
ENAP, Brasil.

2016 - 2016

Responsabilização de Agentes perante o
TCE/RJ. (Carga horária: 32h).
Escola de Contas e Gestão do TCE/RJ,
ECG-TCE/RJ, Brasil.

2015 - 2015

Redime Diferenciado de Contratação -
RDC. (Carga horária: 8h).
Negócios Públicos Eventos, NPEVENTOS,
Brasil.

2015 - 2015

Economicidade em Licitações e Contratos da Administração Pública. (Carga horária: 24h).

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, TCE-RJ, Brasil.

2015 - 2015

Gestão Sustentável na Administração Pública, integrante do Programa Anual. (Carga horária: 6h).

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, TCE-RJ, Brasil.

2015 - 2015

Workshop Compra MAIS 2. (Carga horária: 4h).

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio de Janeiro, SEBRAE/RJ, Brasil.

2015 - 2015

Estatuto das Micro e Pequenas Empresas e as alterações da LC 147/14. (Carga horária: 16h).

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, TCE-RJ, Brasil.

2012 - 2012

Sistema de Registro de Preços. (Carga horária: 6h).

Negócios Públicos Eventos, NPEVENTOS, Brasil.

2012 - 2012

Capacitação de Pregoeiros. (Carga horária: 63h).

Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (RJ), PGE - RJ, Brasil.

2012 - 2012

Contratação Direta: Dispensa e inexigibilidade. (Carga horária: 6h).

Negócios Públicos Eventos, NPEVENTOS, Brasil.

2011 - 2011

Procedimentos Licitatórios na Implementação de Pro. (Carga horária: 24h).

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, Brasil.

2011 - 2011

A Instrução Normativa nº 02/008. (Carga horária: 6h).

Negócios Públicos Eventos, NPEVENTOS, Brasil.

2011 - 2011

Seminário Regional de Gestão para Resultados. (Carga horária: 24h).
Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, Estados Unidos.

2010 - 2010

ICMS ? Substituição Tributária. (Carga horária: 6h).
Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, CRCERJ, Brasil.

2010 - 2010

Contabilidade para Micro e Pequenas Empresas. (Carga horária: 6h).
Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, CRCERJ, Brasil.

2010 - 2010

GESTÃO PÚBLICA. (Carga horária: 150h).
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

2009 - 2009

Bolsa de Valores e Mercado de Ações, Globalização. (Carga horária: 6h).
Comissão Nacional de Bolsa de Valores, CNBV, Brasil.

2008 - 2008

Redação de Documentos Oficiais. (Carga horária: 6h).
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, TCE-RJ, Brasil.

2002 - 2002

Formação de Pregoeiros. (Carga horária: 24h).
Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, PGE-RJ, Brasil.

Atuação Profissional

Procuradoria Geral do Estado RJ, PGE/RJ, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assessora, Carga horária: 40

Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, SES/RJ, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - 2020

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Superintendente de Aquisição,
Carga horária: 40

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Rio de Janeiro, SEPLAG, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - 2017

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Gerente da Rede de Pregoeiros
REDPREG, Carga horária: 40

Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - Atual

Vínculo: Contrato, Enquadramento
Funcional: contratado, Carga horária: 24

Outras informações

CURSOS ministrados pela EBAPE/FGV:
Formação de Pregoeiros; Licitações
Públicas e Contrato Administrativo;
Elaboração de Termo de Referência.

Fund. Centro Est. de Estatísticas, Pesquisas e Form. de Serv. Púb. do RJ, CEPERJ, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - Atual

Vínculo: Contrato, Enquadramento
Funcional: Contratado, Carga horária: 24

Outras informações

CURSOS: Formação de Pregoeiros;
Licitações Públicas e Contratos
Administrativos; Governo Eletrônico (Pós
Graduação) Constituições; Reformas
Administrativas; Licitações - Modalidades
tradicionais e Pregão Eletrônico e
Presencial (Lei 8.666/93 / 10.520/02);
Contratos Administrativos; Federalismo;
Princípios Constitucionais; Poder
Legislativo brasileiro; Poder Judiciário;

Presidencialismo; Divisão dos Poderes;
Agências.

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Administração / Subárea:
Administração Pública/Especialidade:
Organizações Públicas.

Idiomas

Inglês

Compreende Pouco, Fala Pouco, Lê Pouco,
Escreve Pouco.

Produções

Produção bibliográfica

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

SOARES, M. S. Utilização do Regime Diferenciado de Contratações Públicas e Pregão em obras e Serviços de Engenharia. O PREGOEIRO, p. 7 - 12, 03 jun. 2013.

2.

★ **SOARES, M. S.** A EVOLUÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO E A EXCLUSÃO DIGITAL. O PREGOEIRO, , v. 100, p. 9 - 11, 01 mar. 2013.

3.

SOARES, M. S. Pregão, Economicidade e transparência na área pública. Revista Capital Público, ESAFI, , v. EDIÇÃO 27, p. 40 - 43, 01 ago. 2011.

4.

SOARES, M. S.. Pregão 10 anos de inovações. Negócios Públicos, Editora Negócios Púb do Brasil, , v. EDIÇÃO 78, p. 38 - 45, 02 maio 2011.

Apresentações de Trabalho

1.

★ **SOARES, M. S.**. COMPRAS PÚBLICAS. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Produção técnica

Redes sociais, websites e blogs

1.

SOARES, M. S.. IN 02/08 ? Revogada pela IN 05/17, de 26 de maio de 2017. 2019; Tema: Regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não. (Blog).

2.

SOARES, M. S.. Pesquisa de Preços. 2019; Tema: MANUAL DE ORIENTAÇÃO de pesquisa de preços do Supremo Tribunal de Justiça. (Blog).

3.

SOARES, M. S.. Excelente: decisão favorável aos Pregoeiros. 2019; Tema: Acórdão nº 3213/2019 ? Primeira Câmara sobre penalização de Pregoeiro. (Blog).

4.

SOARES, M. S.. Destaque importante - Acórdão 3213/19. 2019; Tema: Responsabilidade do Pregoeiro. (Blog).

5.

SOARES, M. S.. Decreto Federal 9.412, de 18/06/18. 2018; Tema: Novos limites nas contratações públicas. (Blog).

6.

SOARES, M. S.; GUIMARAES, E. . Tem como a Administração Pública fazer melhor?. 2014; Tema: Entrevista com Edgar Guimarães sobre a lentidão dos processos licitatórios na Administração Pública. (Blog).

7.

SOARES, M. S.. Encontro Nacional do CONACI. 2014; Tema: Monitoramento da evolução patrimonial dos agentes públicos. (Blog).

8.

SOARES, M. S.. GOVERNO ELETRÔNICO. 2013; Tema: Governo Eletrônico. (Blog).

9.

SOARES, M. S.; OLIVEIRA, W. . Reforma Orçamentária e Gestão Pública para além do ajuste fiscal. 2013; Tema: Reforma Orçamentária. (Blog).

Demais tipos de produção técnica

1.

SOARES, M. S.. CURSO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES nº 14.133/21. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

2.

SOARES, M. S.. CURSO DE TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

3.

SOARES, M. S.. CURSO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS TERCEIRIZADOS DE ACORDO COM A IN 05/2017. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

4.

SOARES, M. S. CURSO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

5.

SOARES, M. S. CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

6.

SOARES, M. S. CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PREGOEIROS. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

7.

SOARES, M. S. CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PREGOEIROS. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

8.

SOARES, M. S. CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

9.

SOARES, M. S. CURSO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

10.

SOARES, M. S. CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

11.

SOARES, M. S. MBA EXECUTIVO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

12.

SOARES, M. S. CURSO DE TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

13.

SOARES, M. S. CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

14.

SOARES, M. S. CURSO DE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

15.

SOARES, M. S. CURSO DE GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

16.

SOARES, M. S. Penalidades impostas pelo TCE: problemas enfrentados pelos gestores públicos na realização de licitações.. 2015. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Estudo de Casos).

17.

★ **SOARES, M. S.** FORMAÇÃO DE PREGOEIROS. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

18.

SOARES, M. S. Curso de Especialização em Administração Pública. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

19.

SOARES, M. S. CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

20.

SOARES, M. S. CURSO DE ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

21.

SOARES, M. S. CURSO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS E CONTRATO ADMINISTRATIVO. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

22.

SOARES, M. S. CURSO DE GOVERNO ELETRÔNICO. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

23.

SOARES, M. S. CURSO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS E CONTRATO ADMINISTRATIVO. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

24.

★ **SOARES, M. S.** Governo Eletrônico. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

25.

SOARES, M. S. Governo Eletrônico. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

26.

★ **SOARES, M. S.** Licitações Públicas e Contratos Administrativos. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

27.

SOARES, M. S. Licitações Públicas e Contratos Administrativos. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

28.

SOARES, M. S. MBA EXECUTIVO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS COM ÊNFASE EM INCENTIVOS FISCAIS. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

29.

SOARES, M. S. MBA EXECUTIVO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS COM ÊNFASE EM DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

30.

SOARES, M. S. Licitações Públicas e Contratos Administrativos. 2012. .

31.

SOARES, M. S. Formação de Pregoeiros. 2012. .

32.

SOARES, M. S. Compras Públicas - Fases licitatórias / INTERNA E EXTERNA. 2011. .

33.

SOARES, M. S. Pregão Presencial e Eletrônico. 2011. .

34.

SOARES, M. S. Licitações Públicas e Contratos Administrativos. 2010. .

35.

SOARES, M. S. Pregão Presencial e Eletrônico. 2010. .

36.

SOARES, M. S. Licitações Públicas e Contratos Administrativos. 2009. .

37.

SOARES, M. S. Pregão Eletrônico e Presencial. 2009. .

38.

SOARES, M. S. Pregão Presencial e Eletrônico. 2008. .

39.

SOARES, M. S.. Formação de Pregoeiros. 2008. .

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

SOARES, M. S.; HEIDTMANN NETO, H.. Participação em banca de Marina Mansur. Administração Pública. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas.

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1.

HAMILTON DE SOUZA SILVA. A EVOLUÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO ATRAVÉS DO PREGÃO ELETRÔNICO. 2015. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós Graduação em Administração Pública) - Fund. Centro Est. de Estatísticas, Pesquisas e Form. de Serv. Púb. do RJ. Orientador: Monique Simões Soares.

Educação e Popularização de C & T

Apresentações de Trabalho

1.

★ **SOARES, M. S.** COMPRAS PÚBLICAS. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Cursos de curta duração ministrados

1.

SOARES, M. S. MBA EXECUTIVO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS COM ÊNFASE EM INCENTIVOS FISCAIS. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

2.

SOARES, M. S. MBA EXECUTIVO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS COM ÊNFASE EM DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

3.

SOARES, M. S. CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

4.

SOARES, M. S. CURSO DE ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

5.

SOARES, M. S. CURSO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS E CONTRATO ADMINISTRATIVO. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

6.

SOARES, M. S. CURSO DE GOVERNO ELETRÔNICO. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

7.

SOARES, M. S. CURSO DE PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

8.

SOARES, M. S. CURSO DE GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

9.

SOARES, M. S. CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

10.

SOARES, M. S. CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

11.

SOARES, M. S. CURSO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

12.

SOARES, M. S. CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

13.

SOARES, M. S. MBA EXECUTIVO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

14.

SOARES, M. S. CURSO DE TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

15.

SOARES, M. S. CURSO DE TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

16.

SOARES, M. S. CURSO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS TERCEIRIZADOS DE ACORDO COM A IN 05/2017. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

17.

SOARES, M. S. CURSO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

18.

SOARES, M. S. CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

19.

SOARES, M. S. CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PREGOEIROS. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

20.

SOARES, M. S. CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PREGOEIROS. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

21.

SOARES, M. S. CURSO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES nº 14.133/21. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

22.

SOARES, M. S. CURSO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS E CONTRATO ADMINISTRATIVO. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

Desenvolvimento de material didático ou instrucional

1.

SOARES, M. S. Penalidades impostas pelo TCE: problemas enfrentados pelos gestores públicos na realização de licitações.. 2015. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Estudo de Casos).

Redes sociais, websites e blogs

1.

SOARES, M. S.; GUIMARAES, E. . Tem como a Administração Pública fazer melhor?. 2014; Tema: Entrevista com Edgar Guimarães sobre a lentidão dos processos licitatórios na Administração Pública. (Blog).

2.

SOARES, M. S.. Encontro Nacional do CONACI. 2014; Tema: Monitoramento da evolução patrimonial dos agentes públicos. (Blog).

3.

SOARES, M. S.. Decreto Federal 9.412, de 18/06/18. 2018; Tema: Novos limites nas contratações públicas. (Blog).

4.

SOARES, M. S.. IN 02/08 ? Revogada pela IN 05/17, de 26 de maio de 2017. 2019; Tema: Regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não. (Blog).

5.

SOARES, M. S.. Pesquisa de Preços. 2019; Tema: MANUAL DE ORIENTAÇÃO de pesquisa de preços do Supremo Tribunal de Justiça. (Blog).

6.

SOARES, M. S.. Excelente: decisão favorável aos Pregoeiros. 2019; Tema: Acórdão nº 3213/2019 ? Primeira Câmara sobre penalização de Pregoeiro. (Blog).

7.

SOARES, M. S.. Destaque importante - Acórdão 3213/19. 2019; Tema: Responsabilidade do Pregoeiro. (Blog).

8.

SOARES, M. S.. GOVERNO ELETRÔNICO. 2013; Tema: Governo Eletrônico. (Blog).

9.

SOARES, M. S.; OLIVEIRA, W. . Reforma Orçamentária e Gestão Pública para além do ajuste fiscal. 2013; Tema: Reforma Orçamentária. (Blog).

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 19/02/2025 às 10:58:23

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.

[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)

1ª Conferência de **CONTRATOS ADMINISTRATIVOS** de acordo com a Lei nº 14.133/2021

“Desafios e Inovações na Gestão de Contratos
Administrativos em Tempos de Transformação Digital”

07 A 09 DE MAIO DE 2025 | 📍 FOZ DO IGUAÇU/PR

ACESSE O NOSSO SITE

PALESTRANTES CONFIRMADOS



OBJETIVO

A capacitação em contratos administrativos para novas gestões é fornecer o conhecimento aprofundado sobre a legislação, práticas de gestão e conformidade necessárias para uma administração preparada e segura na aplicação dos recursos e implementação de políticas públicas. Esse investimento garante que os gestores possam evitar erros comuns e operar de maneira eficaz.

Planejamento como prioridade, maior poder de decisão dos gestores, maior controle na gestão e fiscalização dos contratos e prevenção de ineficiência e desperdício do orçamento, para melhor atender ao interesse público.

A gestão de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/21, visa modernizar e simplificar os processos licitatórios, promovendo maior eficiência e competitividade nas contratações públicas. A nova lei trouxe a possibilidade de o gestor inovar em suas ações, com ferramentas para flexibilizar e trazer discricionariedade em suas decisões na era digital.

As compras públicas representaram, nas duas primeiras décadas do século XXI, uma média de aproximadamente 12% do PIB brasileiro. Este dado comprova a importância dos contratos administrativos que envolvem a Administração Pública e a economia do país.

A nova lei também enfatiza a necessidade de um relacionamento mais colaborativo entre a administração pública e os fornecedores, promovendo uma responsabilidade compartilhada pela qualidade e entrega dos serviços.

As contratações públicas garantem o fornecimento adequado de bens, serviços e obras indispensáveis para a execução de políticas públicas e a manutenção da estrutura administrativa, buscando aprimorar a transparência, a eficiência e a sustentabilidade nas contratações públicas, com impacto direto no desempenho econômico e social do país.

PÚBLICO ALVO

- Agentes Públicos de Contratação e membros das Comissões de Contratação da Administração Direta e Indireta da União, DF, Estados e Municípios;
- Pregoeiros, Agentes de Contratação e membros de Equipes de Apoio;
- Presidentes e membros de Comissões de Licitação;
- Fiscais e Gestores de Contratos Administrativos;
- Equipes de planejamento estratégico;
- Autoridades superiores;
- Profissionais da Assessoria Jurídica;
- Agentes de Controle Interno;
- Agentes responsáveis pelos processos de Contratação Direta;
- Servidores dos setores requisitantes;
- Demais profissionais atuantes na tramitação dos processos de compras e contratações públicas.

RESUMO DOS PALESTRANTES E DISCIPLINAS

07/05/25 7h30 às 8h20	Credenciamento	
07/05/25 8h30	Abertura do evento	
07/05/25 8h30 às 12h30	Antonio Anastasia	Atribuições e Desafios do Controle dos Contratos Administrativos nos diferentes níveis Federativos. Inovações diretamente ligada aos Gestores e Fiscais de Contratos, juntamente o uso da Arbitragem na Administração Pública.
07/05/25 14h às 16h	Monique Simões	Principais alterações nos Contratos Administrativos trazidas pela NLL
07/05/25 16h15 às 18h15	Jandeson Barbosa	O Contrato Administrativo no Futuro. Principais Armadilhas de uma Contratação e sua Transparência e Monitoramento Eletrônico.
08/05/25 8h30 às 10h30	Karine Machado	Sanções Administrativas. IN CGFOP/SUSEP nº 4 de 12/11/24, que estabelece Regras sobre Penalidades Administrativas e Critérios para Dosimetria na Aplicação das Penalidades. Responsabilidades e Atribuições dos Fiscais e Gestores de Contratos.
08/05/25 10h45 às 12h30	Sandro Henrique	Contratos por Desempenho e sob Demanda, Aspectos Críticos e Jurisprudência atual do TCU.
08/05/25 14h às 15h30	Caio Albuquerque	Prorrogações/Aditivos e os Desafios dos Novos Prazos Contratuais. IN SEGES/MGI nº 81 de 12/09/24, que dispõe sobre a Possibilidade de Compensação de Jornada nos Contratos de Prestação de Serviços Contínuos, com Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra.
08/05/25 15h45 às 17h15	a informar	Regimes de Execução e Garantia Contratual. Papel estratégico da Matriz de Alocação de Riscos.
TALK-SHOW 17h15	Palestrantes: Raquel Carvalho, Karine Machado, Sandro Henrique e Caio Albuquerque	
09/05/25 8h30 às 10h30	Franklin Brasil	Tipos e Características do Contrato Administrativo. Fraudes em Contratos: Exemplos Reais e Mecanismos de Prevenção.
09/05/25 10h45 às 12h30	Jamil Manasfi	Desafio em Manter o Equilíbrio Econômico nas Contratações Públicas; IN SEGES/MGI nº 176, de 25/11/2024, que dispõe sobre Regras e Procedimentos em Contratos de Prestação de Serviços Contínuos com Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra.
09/05/25 14h às 17h15	Christianne Stroppa	A grande função dos Contratos na Administração Pública e sua Gestão Eletrônica. Problemas enfrentados nos Contratos Administrativos e o posicionamento dos Tribunais de Contas.
TALK-SHOW 17h15	Palestrantes: Franklin Brasil, Monique Simões e Jamil Manasfi	

PROGRAMAÇÃO

1º DIA (07/05/2025)

Palestrantes: Ministro Antonio Anastasia, Monique Simões e Jandeson Barbosa

07h30 às 08h20	Credenciamento
08h30	Abertura do evento
08h30 às 10h30	Palestrante Ministro Antonio Anastasia
10h30 às 10h45	Coffee Break
10h45 às 12h30	Continuação da palestra
12h30 às 14h	Almoço
14h às 16h	Palestrante Monique Simões
16h às 16h15	Coffee Break
16h15 às 18h15	Palestrante Jandeson Barbosa
18h15	Encerramento das atividades

PROGRAMAÇÃO

2º DIA (08/05/2025)

Palestrantes: Karine Machado, Sandro Henrique, Caio Albuquerque e a informar

08h30 às 10h30	Palestrante Karine Machado
10h30 às 10h45	Coffee Break
10h45 às 12h30	Palestrante Sandro Henrique
12h30 às 14h	Almoço
14h às 15h30	Palestrante Caio Albuquerque
15h30 às 15h45	Coffee Break
15h45 às 17h15	Palestrante a informar
17h15	Talk-Show

PROGRAMAÇÃO

3º DIA (09/05/2025)

Palestrantes: Franklin Brasil, Jamil Manasfi e Christianne Stroppa

08h30 às 10h30	Palestrante Franklin Brasil
10h30 às 10h45	Coffee Break
10h45 às 12h30	Palestrante Jamil Manasfi
12h30 às 14h	Almoço
14h às 16h	Palestrante Christianne Stroppa
16h às 16h15	Coffee Break
16h15 às 17h15	Continuação da palestra
17h15	Talk-Show

TEMAS ABORDADOS

1º DIA - 07/05/2025

Palestrante: Ministro Anastasia Antônio

Manhã

Tema: Atribuições e Desafios do Controle dos Contratos Administrativos nos diferentes níveis Federativos. Inovações diretamente ligada aos Gestores e Fiscais de Contratos, juntamente o uso da Arbitragem na Administração Pública.

Palestrante: Monique Simões

Tarde

Tema: Principais alterações nos Contratos Administrativos trazidas pela NLL

Palestrante: Jandeson Barbosa

Tarde

Tema: O Contrato Administrativo no Futuro. Principais Armadilhas de uma Contratação e sua Transparência e Monitoramento Eletrônico.

2º DIA - 08/05/2025

Palestrante: Karine Machado

Manhã

Tema: Sanções Administrativas. IN CGFOP/SUSEP nº 4 de 12/11/24, que estabelece Regras sobre Penalidades Administrativas e Critérios para Dosimetria na Aplicação das Penalidades. Responsabilidades e Atribuições dos Fiscais e Gestores de Contratos.

Palestrante: Sandro Henrique

Manhã

Tema: Contratos por Desempenho e sob Demanda, Aspectos Críticos e Jurisprudência atual do TCU.

Palestrante: Caio Albuquerque

Tarde

Tema: Prorrogações/Aditivos e os Desafios dos Novos Prazos Contratuais. IN SEGES/MGI nº 81 de 12/09/24, que dispõe sobre a Possibilidade de Compensação de Jornada nos Contratos de Prestação de Serviços Contínuos, com Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra.

Palestrante: A Informar

Tarde

Tema: Regimes de Execução e Garantia Contratual. Papel estratégico da Matriz de Alocação de Riscos.

3º DIA - 09/05/2025

Palestrante: Franklin Brasil

Manhã

Tema: Tipos e Características do Contrato Administrativo. Fraudes em Contratos: Exemplos Reais e Mecanismos de Prevenção.

Palestrante: Jamil Manasfi

Manhã

Tema: Desafio em Manter o Equilíbrio Econômico nas Contratações Públicas; IN SEGES/MGI nº 176, de 25/11/2024, que dispõe sobre Regras e Procedimentos em Contratos de Prestação de Serviços Contínuos com Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra.

Palestrante: Christianne Stroppa

Tarde

Tema: A grande função dos Contratos na Administração Pública e sua Gestão Eletrônica. Problemas enfrentados nos Contratos Administrativos e o posicionamento dos Tribunais de Contas.

PALESTRANTES



Ministro do Tribunal de Contas da União - TCU, jurista, professor, político. Foi senador, vice-governador e governador de Minas, bem como Ministro do Trabalho. É graduado e mestre em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde obteve o título de Mestre em Direito Administrativo, defendendo uma dissertação sobre o Regime Jurídico Único, que versava sobre os servidores na Administração Pública. Atualmente, é professor em várias instituições de ensino superior. Autor e relator de importantes leis e emendas constitucionais.



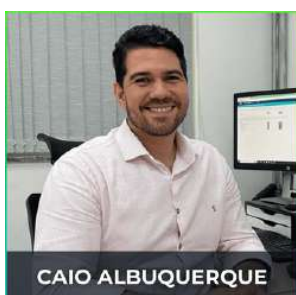
Especialista Sênior da área de licitações e contratos do TCU. Tem experiência nas áreas de compras, licitações, pregão, gestão e fiscalização de contratos, infrações e sanções administrativas, empenho, liquidação e pagamento de despesa, legislação de pessoal, dentre outras. Mestrando em Direito e Políticas Públicas. Especialista em Direito Público. Bacharel em Direito. Escritor e palestrante. Membro dos Grupos de Pesquisa Hermenêutica do Direito Administrativo e Políticas Públicas, do Ceub, e Direito e Desenvolvimento Sustentável, também do Ceub.



Auditor do TCU há 10 anos, sendo atualmente um dos responsáveis pelo boletim de licitações e contratos editado do Tribunal; Ex-servidor da CGU; Professor de diversas instituições públicas (ISC-TCU, Enap, Ministério do Planejamento, TCE-CE, dentre outras); Formação em Economia e Pós graduação em Licitações e Contratos e em Auditoria. Professor de cursos preparatórios para concursos públicos em Brasília; São Paulo e Belo Horizonte; Autor de livro de licitações e contratos; Especialista em auditoria governamental.



Auditora Federal de Controle Externo no TCU desde 1994, atualmente chefe de gabinete do ministro Benjamin Zymler. Graduada em Direito com MBA em Gestão Pública. Coautora de livros sobre licitações e contratos, incluindo "Novo Regime Jurídico de Licitações e Contratos das Empresas Estatais" e "Terceirização", ambos pela Editora Fórum. Conteudista de cursos promovidos pelo TCU e palestrante em temas como licitações, contratos e convênios. Instrutora do ISC-TCU e de pós-graduação em instituições como IMAG-DF e CERS.



Procurador do Estado de Mato Grosso e advogado, atual Secretário Adjunto de Logística e Concessões de Mato Grosso. Mestre em Direito e Desenvolvimento Sustentável, Certificado em Concessões e PPPs pela APMG International CP3P (F, P, E).

PALESTRANTES



Auditor e pesquisador de compras públicas há mais de 20 anos. Bacharel em Computação pela UFMT. Mestre em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP. Doutorando em Engenharia e Gestão pela Universidade de Lisboa. Vencedor de Prêmios de Qualidade do Gasto Público. Coordena o NELCA, maior comunidade de prática de compradores públicos do Brasil. Autor de diversos artigos e livros nas áreas de governança, fraudes e terceirização.



Administrador Público e Pregoeiro com mais de 13 anos de experiência na Administração Pública. Servidor da Prefeitura de Porto Velho, cedido à CAERD, onde atua como Presidente da CPLMO. Professor em cursos de MBA e instrutor em licitações e contratos pelo IPRO. Especialista em Metodologia do Ensino Superior, MBA em Licitações e Contratos e Gestão Pública, atualmente cursando Direito. Atuou em cargos estratégicos no Governo de Rondônia e Prefeitura de Porto Velho, com ampla experiência em elaboração de projetos e gestão de compras públicas.



Mestre em Administração Pública pela FGV/RJ, pós-graduada em Administração Pública e bacharel em Ciências Contábeis, com 22 anos de experiência em Licitações e Contratos. Atualmente, é Superintendente de Aquisição e Contratos na Secretaria de Estado de Saúde do RJ, após atuar como Pregoeira e Gerente da Rede de Pregoeiros. Professora e consultora, leciona em várias instituições, incluindo o CEPERJ e IBMEC. Também participa de comissões de licitação em programas de gestão pública e modernização.



Professora Doutora e Mestre pela PUC/SP. Especialista em Auditoria e Inovação no Setor Público. Ex-Assessora de Gabinete no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Advogada e consultora em Licitações e Contratos Administrativos. Professora convidada das pós-graduações em licitações e contratos da Coordenadoria Geral de Especialização (COGEAE) da PUC/SP, da PUC/PR, da Escola Mineira de Direito (EMD), da Faculdade Polis Civitas – Curitiba/PR, da Faculdade Baiana de Direito e da Faculdade CERS. Autora de diversos artigos e palestrante na área da contratação pública.

INVESTIMENTO

1º Lote - até 31/01/2025  **Encerrado**
R\$3.980,00- (preço individual)

2º Lote - até 15/03/2025
R\$ 4.290,00 (preço individual)

3º Lote - a partir de 16/03/2025
R\$ 4.490,00 (preço individual)

Inscrições coletivas com desconto

Apartir de 6 inscrições (Entrar em contato com a equipe de vendas)

ESTÃO INCLUSO NESTE VALOR

- 03 Almoços e 06 Coffee Breaks
- Apostila elaborada exclusivamente para o Evento
- Bloco de anotações e caneta
- Mochila
- Certificado em formato digital

A frequência mínima exigida aos alunos é de 75%. Receberá o certificado apenas o aluno que atingir o percentual mínimo.

FORMAS DE PAGAMENTO

O pagamento poderá ser realizado por meio de transferência bancária ou pix.



- AG: 0606-8
- Conta Corrente: 75524-9
- AG: 0606
- Conta Corrente: 569906-1

DADOS PARA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

One Eventos Corporativos LTDA

- CNPJ: 33.062.590/0001-36
- Inscrição Estadual: 11642250

IOC Capacitação LTDA

- CNPJ: 10.825.457/0001-99
- Inscrição Estadual: 07.520.699/001-64

LOCAL DO EVENTO



Hotel Golden Park Internacional Foz & Convenções

R. Alm. Barroso, 2006 - Centro, Foz do Iguaçu - PR,
85851-010, Telefone: (45) 3301-1468

Obs: Local do evento sujeito a alteração!

INSCREVA-SE JÁ

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES: (61) 3223-8360/ (61) 3224-0785/ (61) 99665-9783

E-mails: inscricao@onecursos.com.br / cursos@onecursos.com.br

SITE: WWW.ONECURSOS.COM.BR

A ONE CURSOS é cadastrada no SICAF



SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.002060/2025-77

Relatório Conclusivo 010/2025 - SEEXCO/COCDIR/SADCON

Em 18 de março de 2025.

Assunto: Relatório conclusivo para
 deliberação do Ordenador de Despesas.

Senhor Coordenador, em exercício, da COCDIR,

Tratam os autos de solicitação do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) objetivando, de acordo com o Termo de Referência (TR)¹:

(...) solicitação para inscrição de 01 (um) servidor (abaixo) lotado na Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (SAFIN), no evento externo “1ª Conferência de Contratos Administrativos de Acordo com a Lei nº 14.133/2021”, a ser realizado pela One Eventos Corporativos Ltda. (One Cursos) no período de 07 a 09 de maio de 2025, modalidade presencial, na cidade de Foz do Iguaçu-PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1. Alexandre Cardoso Pereira - matrícula 265291.

O Órgão Técnico (OT) recomendou a contratação direta do objeto na modalidade de **inexigibilidade de licitação**, com fundamento art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021².

De acordo com a Ata da 1ª Reunião de 2019 do Comitê de Contratações³, as despesas com inscrições de servidores em ações de capacitação externa não necessitarão constar do Plano de Contratações do Senado Federal, de maneira a conferir maior celeridade ao procedimento.

¹ 00100.030971/2025-12.

² *Idem*, p. 3.

³ Boletim Administrativo do Senado Federal Número: 6831 - Seção: 2 - quinta-feira, 02 de maio de 2019.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.002060/2025-77

O Serviço de Direitos e Deveres Funcionais (SEDDEV/SEGP), pelo **Despacho nº 455/2025-SEDDEV/COAPES/SEGP**⁴, de 07/02/2025, se manifestou quanto ao prazo previsto no art. 27 e os requisitos do Anexo IV, ambos do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASf), aprovado pela Resolução nº 13/2018 e consolidado pelo ATC nº 14/2022, bem como do ADG nº 17/2021, concluindo pelo **atendimento total dos requisitos** impostos pelos dispositivos retrocitados.

O Serviço de Gestão de Cargos, Salários e Seleção (SEGCAS/SEGP), por sua vez, pelo **Parecer Técnico nº 276/2025-SEGCAS**⁵, de 12/02/2025, opinou quanto à pertinência temática da capacitação pretendida.

O Serviço de Treinamento (SETREINA/COTREN), pelo **Ofício nº 50/2025-SETREINA/COTREN/ILB**⁶, de 14/02/2025, informa que **o treinamento em questão consta no Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal - PCASF 2024**⁷, com **Código D13, Área temática: Orçamento Público: Gestão e Execução**, e que os requisitos exigidos pelo Anexo IV do RASf foram atendidos⁸.

Sobre o **Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal – PCASF**, registramos que o OT, por meio do **Despacho nº 083/2025 – COADFI/ILB**⁹, de 21/02/2025, destacou que o Plano Anual de Capacitação de Servidores (PCASF) de 2025, à época, ainda não fora publicado e complementou:

8. Destaca-se, por último, que o **Plano Anual de Capacitação de Servidores (PCASF) de 2025 ainda não foi publicado**. Dessa forma, não resta possível a juntada do demonstrativo do orçamento do PCASF como habitualmente realizado por essa COADFI/ILB. De todo modo, diante do curto espaço temporal até a realização do curso que aqui se pretende, a retenção desse processo de contratação poderia ir de encontro à consecução do objeto, ou seja, não possibilitar a realização do treinamento. [grifo nosso]

Adicionalmente, este SEEXCO esclarece que identificou informação mais recente nos autos do processo 00200.003657/2025-39, que também se encontra com carga neste serviço. Desta forma, trazemos ao presente processo a informação transcrita no **Despacho nº 97/2025 – COADFI/ILB**¹⁰:

⁴ 00100.022412/2025-39.

⁵ 00100.024437/2025-77.

⁶ 00100.026530/2025-16.

⁷ *Idem*, p. 1.

⁸ *Idem*, p. 2.

⁹ 00100.030953/2025-31.

¹⁰ 00100.042266/2025-68.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.002060/2025-77

7. Por último, não obstante o PCASF 2025 já tenha sido publicado recentemente, os trâmites administrativos que propiciam o monitoramento de sua execução e controle não estão totalmente azeitados. Dessa forma, continua-se nesse ínterim impossível a juntada do demonstrativo do orçamento do PCASF.

Assim, os autos vieram a este Serviço de Execução de Compras-SEEXCO para as providências previstas no § 2º, do art. 54, do ADG nº 14/2022.

1. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Visto se tratar de ação de capacitação externa aberta ao público, a elaboração do ETP é dispensada por força do disposto no § 6º, do art. 3º, do Anexo II, do ADG nº 14/2022.

2. DO TERMO DE REFERÊNCIA

O OT elaborou o **Termo de Referência (TR) 08/2025-COAFI/ILB¹¹**, que ainda aguarda aprovação pela autoridade competente, na forma do art. 9º, inciso IV, do Anexo V, do RASF (Regulamento Administrativo do Senado Federal) vigente nesta data, e do art. 24, do ADG nº 14/2022.

No TR encontramos as informações especificadas pelo OT, tais como a descrição do objeto, a modalidade de contratação sugerida, as justificativas da contratação em si e do quantitativo solicitado, e a indicação dos futuros gestores e fiscais do contrato.

O **item 3.3.1** informa que não será exigida qualificação econômico-financeira, nos termos do art. 70 da Lei 14.133/2021.

O **item 4** define que a formalização do ajuste será por “Nota de empenho em substituição ao termo de contrato conforme inciso I do parágrafo único do art. 9º, do Anexo III, do ADG nº 14/2022 (OFÍCIO CIRCULAR Nº 1/2024/DIRECON, NUP: 00100.045727/2024-73), acompanhada do respectivo de Termo de Referência”, com vigência até a execução plena do objeto.

O **item 1 do Anexo II** traz, como preço de referência para a pretendida contratação, os valores unitário e total estimados de **R\$ 4.290,00** (quatro mil duzentos e noventa reais), contemplando a inscrição de 1 (um) servidor.

3. DA PROPOSTA COMERCIAL

¹¹ 00100.030971/2025-12.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.002060/2025-77

Por sua vez, a pretensa contratada, **ONE EVENTOS CORPORATIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.062.590/0001-36, ofereceu proposta comercial¹², válida por 60 (sessenta) dias a partir 18/02/2025, data de elaboração da proposta, **no valor total de R\$ 4.290,00** (quatro mil duzentos e noventa reais), para fornecer o objeto descrito no TR¹³ no período de 07 a 09/05/2025.

4. DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

Buscando comprovar a inviabilidade de competição fundada na notória especialização do contratado, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f”, e § 3º, da Lei nº 14.133/2021, foram juntados aos autos, pelos interessados, os seguintes documentos:

1. **Catálogo de Publicações** do palestrante Antônio Anastasia, atual Ministro do TCU;¹⁴
2. **Atestados de Capacidade Técnica**, emitidos para a empresa IOC CAPACITAÇÃO LTDA, CNPJ 10.825.457/0001-99, em eventos que teve a participação da palestrante Monique Simões Soares:
 - a. **Atestado** de 30/11/2023, emitido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM¹⁵;
 - b. **Atestado** de 08/12/2023, emitido pelo Comitê Olímpico do Brasil – COB¹⁶;
 - c. **Atestado** de 02/10/2024, emitido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Seropédica – SEROPREVI¹⁷;
3. **Currículo Lattes** de Antonio Augusto Junho Anastasia¹⁸;
4. **Currículo Lattes** de Caio Felipe Caminha de Albuquerque¹⁹;
5. **Currículo Lattes** de Janderson da Costa Barbosa²⁰;
6. **Currículo Lattes** de Jamil Manasfi da Cruz²¹;
7. **Currículo Lattes** de Monique Simões Soares²²; e
8. **Folder** do curso, com mini currículos dos palestrantes²³.

¹² 00100.030953/2025-31-5.

¹³ 00100.030971/2025-12.

¹⁴ 00100.016545/2025-76-4.

¹⁵ 00100.030953/2025-31-1, p. 7-8.

¹⁶ *Idem*, p. 9-10.

¹⁷ *Idem*, p. 11.

¹⁸ *Idem*, p. 14-72.

¹⁹ *Idem*, p. 73-88.

²⁰ *Idem*, p. 89-93.

²¹ *Idem*, p. 94-130.

²² *Idem*, p. 131-149.

²³ 00100.030953/2025-31-5, p. 2-11.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.002060/2025-77

Ressaltamos que, segundo esclarecimentos da pretensa contratada por e-mail²⁴, a empresa ONE EVENTOS CORPORATIVOS LTDA (CNPJ 33.062.590/0001-36) compõe o chamado **GRUPO ONE CURSOS**, conforme segue: “(...) a Ioc faz parte do grupo da One Cursos, porém, os nossos simpósios serão ministrados na razão social One Eventos Corporativos Ltda”. Para corroborar essa informação, juntamos extrato de página do site www.onecursos.com.br, onde é possível emitir certidões referentes às empresas²⁵. Além disso, no folder da conferência, observa-se que os dados para emissão de nota de empenho²⁶ referem-se a duas das empresas do citado Grupo.

Acrescentamos que o objeto social constante do Contrato Social Consolidado da empresa ONE EVENTOS CORPORATIVOS LTDA (CNPJ 33.062.590/0001-36)²⁷, de 06/09/2023, “(...) consiste em treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial”.

5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Quanto aos documentos juntados pelo OT e suas alegações para justificar o preço ofertado pela pretensa contratada, por meio do **Ofício nº 81/2025-COCVAP/SADCON**²⁸, de 24/02/2025, a COCVAP informa que:

Quanto ao inciso I do §6º do art. 14 do ADG n.14/2022, o Órgão Técnico informa que em pesquisa realizada no Sistema de Painel de Preços foram encontrados 3 (três) contratações realizadas por dispensa e inexigibilidade de licitação referentes a treinamentos online, conforme NUP 00100.030953/2025-31-3.

No entanto, apesar dos procedimentos exigidos pelo inciso I, em relação a objetos similares, o **órgão técnico, nos termos do §7º do art. 14 do ADG n.14/2022 apresentou a seguinte justificativa:** [Documentos registrados no SIGAD sob o NUP 00100.030953/2025-31]:

“A nosso ver, a razoabilidade do preço deve ser aferida pela comparação do valor ofertado ao Senado Federal em comparação com valor cobrado junto a outros interessados para participação no mesmo evento, conforme definido no ADG 14/2022, art. 14, § 6º, inciso II. Acontece que o Inciso I do mesmo artigo e parágrafo, estabelece que a razoabilidade do preço deverá levar em consideração, também, os preços praticados no mercado, observada à similaridade do objeto, que deverá ser atestada pelo órgão técnico. Sendo assim, após realizada

²⁴ 00100.030953/2025-31-2, p. 1.

²⁵ 00100.038591/2025-26-1 (ANEXO: 001).

²⁶ 00100.030953/2025-31-5, p. 11.

²⁷ 00100.030953/2025-31-2, p. 17.

²⁸ 00100.032486/2025-83.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.002060/2025-77

pesquisa, identificamos as contratações relacionadas acima, sendo que, no entanto, as características do objeto possam diferir daquela aqui pretendida pelas razões já anteriormente expostas, não podendo, porém, representar por si só, impeditivo à contratação, nos parecendo mais razoável considerar tais aspectos dentro do contexto ora apresentado.

(...)

Em atendimento ao §8º, a empresa encaminhou 03 (três) notas de empenho de evento similar presencial realizado em 2024 (2º Simpósio One Cursos: Boas Práticas na Lei de Licitações e Contratos - Lei 14.133/2021), conforme documentado no NUP 00100.030953/2025-31-4.

O órgão técnico no documento de NUP 00100.030953/2025-31, manifestou:

Quanto ao valor unitário cobrado na proposta comercial de R\$ 4.290,00, salientamos que o valor para inscrição presencial atualmente disposto no sítio da empresa (<https://eventoonecursos.com.br/1conferencia/>) é igual ao valor proposto ao Senado Federal referente à aquisição individual do 2º Lote que termina até dia 15/03/2025. Não obstante, a proposta comercial tem validade de até 60 dias e foi elaborada aos 18/02/2025. Logo, esse valor de 2º lote na prática estará garantido ao Senado Federal até meados de 18/04/2025. Tempo hábil, considera-se, para que contratação possa ter sido efetivada.

6. Em resumo, diante de toda a documentação enviada e anexada aos autos, das justificativas apresentadas, considerando-se o fato de o valor cobrado ao Senado Federal ser o mesmo valor de mercado para o mesmo evento do 2º Lote (até 15/03/2024), conforme indicado no sítio eletrônico da empresa e, a validade da proposta comercial ser superior a data de validade do lote indicado, manifesta-se a COADFI/ILB favoravelmente à adequação do valor. [grifos originais]

Isso posto, em cumprimento ao art. 20, § 2º, inciso I, do Regulamento Orgânico Administrativo do Senado Federal (APR nº 22/2022), a COCVAP, nessa verificação preliminar, **ratificou** que os procedimentos adotados pelo OT estão em conformidade com o art. 14, inciso I do §6º e §8º do ADG nº 14/2022 e que a pesquisa de preços **está válida até 23/08/2025**²⁹.

6. DA ANÁLISE DA ADVOCACIA DO SENADO FEDERAL – ADVOSF

Em observância ao disposto no art. 205, do RASF em vigor, o processo foi encaminhado à Advocacia do Senado Federal – ADVOSF, órgão da Casa a quem

²⁹ 00100.032486/2025-83, p. 4.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.002060/2025-77

incumbe analisar os aspectos legais, regulamentares e jurisprudenciais pertinentes ao tema.

Nesse contexto, a Advocacia do Senado Federal emitiu o **Parecer nº 177/2025-ADVOSF**³⁰, de 13/03/2025, sobre o qual ressaltamos a necessidade de leitura e análise de todo o seu conteúdo pela autoridade competente.

As recomendações expressas no referido Parecer da ADVOSF serão ou já estão complementadas no curso da instrução processual, pois estão relacionadas, entre outras questões, aos atos administrativos reservados às autoridades competentes como, por exemplo, a autorização da contratação direta.

7. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

A regularidade fiscal, social e trabalhista da pretensa contratada foi comprovada pelos documentos: RFB e PGFN com validade até **10/09/2025 (Anexo 1, p. 3)**; trabalhista com validade até **10/09/2025 (Anexo 1, p. 4)**; FGTS com validade até **08/04/2025 (Anexo 1, p. 5)**; SEFAZ com validade até **12/06/2025 (Anexo 1, p. 6)**; e Receita Municipal com validade de **120 dias a partir de 26/02/2025 (Anexo 1, p. 7)**.

Sobre o Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), a situação encontra-se regular (**Anexo 1, p. 8**).

Consta nos autos Declaração da pretensa contratada em atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal³¹.

Complementarmente, consultamos o relatório emitido pelo Tribunal de Contas da União, que apresenta Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do: **a)** Cadastro de Licitantes Inidôneos, mantido pelo próprio Tribunal de Contas da União; **b)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; **c)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e **d)** do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Portal da Transparência. Não foram encontrados registros que impedissem a Administração de contratar com a proponente em nenhum dos cadastros, conforme atestado no **Anexo 1, p. 9**.

8. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

³⁰ 00100.042691/2025-57.

³¹ 00100.030953/2025-31-2, p. 30.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.002060/2025-77

Outrossim, chamada a se manifestar, a Coordenação de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário exarou a **Informação nº 192/2025-COPAC/SAFIN**³², de 14/03/2025, segundo a qual “(...) o impacto da despesa no corrente exercício poderá ser atendido pelos recursos previstos na referida programação constante da proposta orçamentária do Senado Federal para 2025, que compõe o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2024 (PLOA 2025).” Complementando essas as informações, a COPAC assim conclui:

Até que ocorra a aprovação e a publicação da LOA 2025, as despesas de custeio de caráter inadiável poderão ser executadas pelos duodécimos (Fonte 1000) e as demais pelas dotações de receitas próprias diretamente arrecadadas pelo Senado Federal (Fonte 1050), conforme hipóteses de execução provisória do PLOA previstas no art. 70 da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 (LDO 2025).

Por fim, informamos que **foi criada no sistema GESCON a Pré-Avença nº 5793**, referente a esta contratação. As autorizações correspondentes devem ser registradas nesse sistema.

9. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a presente contratação se encontra devidamente instruída, em atendimento ao art. 54, caput e §§ 1º e 2º, do ADG nº 14/2022, para deliberação da **Senhora Diretora-Geral** quanto à autorização da participação do servidor no treinamento solicitado, com base no art. 28, inciso II, do Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Após, os autos devem seguir para análise e decisão de mérito sobre a contratação. Assim, em cumprimento ao disposto no art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, compete ao **Senhor Diretor-Executivo de Governança Contratual e Licitatória do Senado Federal**, com base no art. 9º, do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal e no ADG 33/2017, caso entenda pertinente:

- a. **APROVAR** o Termo de Referência³³;
- b. **AUTORIZAR** a presente contratação por Inexigibilidade de licitação;
- c. **DESIGNAR** os gestores e fiscais da avença titulares e substitutos;
- d. **AUTORIZAR** a realização da despesa, cujo valor total estimado é de **R\$ 4.290,00** (quatro mil duzentos e noventa reais); e

³² 00100.044301/2025-83.

³³ 00100.030971/2025-12.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.002060/2025-77

- e. **DETERMINAR** a emissão da respectiva nota de empenho, em favor da empresa ONE EVENTOS CORPORATIVOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 33.062.590/0001-36.

Após as providências acima, e antes da emissão da respectiva nota de empenho, os autos deverão retornar à SADCON para atendimento ao disposto no art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, sugerimos o encaminhamento dos autos à DGER, para autorização da participação do servidor no treinamento solicitado e, após, à DIRECON, para avaliação do mérito e decisão, sopesando a justificativa apresentada pela área técnica em conjunto com o atendimento dos requisitos legais que autorizam a presente contratação direta, conforme acima detalhados.

Respeitosamente,

(verificar assinatura digital)

JORGE PORCARO
COCDIR

(verificar assinatura digital)

FERNANDO VERÍSSIMO BRANDIZZI
Chefe do SEEXCO, em exercício - Revisor

De acordo.

À SADCON, para conhecimento e posterior encaminhamento à Diretoria-Geral – DGER, para autorização da participação do servidor em questão e, em seguida, à Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória – DIRECON, para a avaliação do mérito e decisão acerca da autorização da inexigibilidade de licitação.

(verificar assinatura digital)

KLAUS MEDEIROS SAETTLER
Coordenador da COCDIR, em exercício

De acordo.

À DGER, para análise e deliberação.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.002060/2025-77

(verificar assinatura digital)

RODRIGO GALHA
Diretor da SADCON



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 33.062.590/0001-36 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 18/03/2019
NOME EMPRESARIAL ONE EVENTOS CORPORATIVOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ESPACO ESTACAO			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R BUENOS AIRES	NÚMERO 90	COMPLEMENTO SALA 501 A 507	
CEP 20.070-022	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO SETORCONDOMINIO@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 2232-8375	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/03/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **14/03/2025** às **09:35:40** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**





Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 33.062.590/0001-36 DUNS®: 923232900
 Razão Social: ONE EVENTOS CORPORATIVOS LTDA
 Nome Fantasia: ESPACO ESTACAO
 Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 17/02/2026
 Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
 MEI: Não
 Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
 Impedimento de Licitar: Nada Consta
 Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
 Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ONE EVENTOS CORPORATIVOS LTDA
CNPJ: 33.062.590/0001-36

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:50:04 do dia 14/03/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/09/2025.

Código de controle da certidão: **2E17.92CD.6913.2FBA**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ONE EVENTOS CORPORATIVOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 33.062.590/0001-36

Certidão n°: 15065324/2025

Expedição: 14/03/2025, às 09:36:35

Validade: 10/09/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ONE EVENTOS CORPORATIVOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **33.062.590/0001-36**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 33.062.590/0001-36
Razão Social: ONE EVENTOS CORPORATIVOS EIRELI
Endereço: RUA BUENOS AIRES 90 SALA 501 A 507 / CENTRO / RIO DE JANEIRO / RJ / 20070-022

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/03/2025 a 27/04/2025

Certificação Número: 2025032902345374966887

Informação obtida em 09/04/2025 15:51:18

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br




GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº 2025151994494
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF/CNPJ: 33062590000136	CAD-ICMS: Não inscrito
NOME/RAZÃO SOCIAL: *****	
<p>CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 14/03/2025 09:53</p> <p>VÁLIDA ATÉ: 12/06/2025 09:53</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017</p>	
OBSERVAÇÕES	
<ol style="list-style-type: none"> Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE nº 33/2004. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão 'causa mortis' e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD). Qualquer rasura ou emenda invalida este documento. 	



 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO Procuradoria Geral do Município Procuradoria da Dívida Ativa	Código de Controle SMC83CXM99
--	---

CERTIDÃO NEGATIVA

Ressalvado o direito de o Município do Rio de Janeiro cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo identificado neste documento que vierem a ser apuradas, A PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, após analisar o cadastro dos créditos sob sua administração, relativamente a **ONE EVENTOS CORPORATIVOS LTDA**, inscrito(a) no cadastro nacional de pessoas jurídicas - CNPJ sob o nº 33.062.590/0001-36, inscrição municipal nº 1.164.225-0, com endereço no(a) R BUENOS AIRES, nº 90 - SALAS 501 A 507 - RJ Cep: 20070-022, certifica que

NÃO FORAM APURADAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA

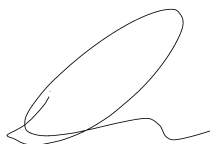
Observações Complementares

Esta certidão compõe-se de 1 folha(s) e é válida por 120 dias, a contar desta data.

Observações

Rio de Janeiro, RJ, 26/02/2025

- Esta certidão refere-se exclusivamente à situação fiscal do(s) contribuinte(s) acima indicado(s) perante a dívida ativa do Município do Rio de Janeiro.
- A situação fiscal do(s) contribuinte(s) quanto a créditos não inscritos em dívida ativa deve ser certificada pelos órgãos responsáveis pelas respectivas apurações.
- Esta certidão poderá ser renovada a partir de 13/06/2025. A certidão de situação fiscal é expedida no prazo de 10 dias, contados da data de seu requerimento perante a Procuradoria da Dívida Ativa. Não são aceitos pedidos de urgência.
- O requerimento de certidão de situação fiscal perante a Procuradoria da Dívida Ativa pode ser feito pela própria pessoa física ou jurídica interessada, gratuitamente e sem a necessidade de nomeação de procurador.
- Regularize sua situação fiscal imediatamente: efetue o pagamento ou parcelamento das dívidas apontadas nesta certidão, apresente os comprovantes de pagamento ou de início de parcelamento (originais, inclusive honorários, quando devidos) e obtenha em dois dias úteis sua certidão de situação fiscal regular.
- O destinatário poderá confirmar a autenticidade desta certidão, informando o número do Código de Controle impresso acima no endereço daminternet.rio.rj.gov.br
- A certidão é válida para matriz e filial(is).



Diogo Henrique Ferreira Mendes
Procurador-Chefe
Procuradoria da Dívida Ativa
Mat. 11/297.773-4



Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) Consulta Contratante

Emissão em 09/04/2025, 18:15

Parâmetros: CPF / CNPJ: 33.062.590/0001-36. Situação para a Esfera Federal: REGULAR

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: MDNJYTY2M2Q4MTk0ODA4YzYwNzYyNTRkMWWhMGM3NWUjZDE1NmVIZjk3NTI1YjZjMmVIZDY0NzY2YjU5ZjZiZQ==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 14/03/2025 09:38:46

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ONE EVENTOS CORPORATIVOS LTDA**
CNPJ: **33.062.590/0001-36**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

Processo nº 00200.002060/2025-77

Assunto: Treinamento externo. DEFERIDO, nos termos do art. 29, inciso II, do Anexo IV do RASF.

Senhor Diretor-Executivo de Governança Contratual e Licitatória,

Trata-se de solicitação do(a) Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade – SAFIN (NUP 00100.016545/2025-76), conforme art. 22 e seguintes do Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASF), aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2022, para que o(s) servidor(es) e/ou servidora(s) indicado(s) abaixo participe(m) do treinamento externo intitulado “*1ª Conferência de Contratos Administrativos de Acordo com a Lei nº 14.133/2021*”, promovido pela empresa One Eventos Corporativos Ltda., a realizar-se no período de **07 a 09 de maio de 2025**, na cidade de **Foz do Iguaçu-PR**, na modalidade **presencial**:

Servidor(a)	Matrícula
ALEXANDRE CARDOSO PEREIRA	265291

Ante o exposto, nos termos da competência delineada no art. 28, inciso II, observado o disposto nos arts. 22 a 35, todos do Anexo IV do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2023, levando-se em consideração a manifestação dos órgãos técnicos e o cumprimento dos requisitos normativos, passo a decidir:

1. AUTORIZO, condicionando-se à deliberação favorável dessa DIRECON para contratação da promotora do evento, a participação do(s) servidor(es) e/ou servidora(s) supracitados no treinamento externo intitulado “*1ª Conferência de Contratos Administrativos de Acordo com a Lei nº 14.133/2021*”, promovido pela empresa One Eventos Corporativos Ltda., a realizar-se no período de 07 a 09 de maio de 2025, na cidade de Foz do Iguaçu-PR, na modalidade **presencial**, com ônus, consoante o





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

inciso II do art. 29, referente às parcelas previstas nos incisos I, II e IV do § 2º do mesmo artigo, todos do Anexo IV¹ do RASF, bem como o registro do(s) afastamento(s) de 07 a 09 de maio de 2025.

Encaminhem-se os autos à **DIRECON** para deliberação acerca da contratação direta e demais decisões dela decorrentes, com fundamento nos arts. 9º e 10 do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pelo ATC nº 14/2022, c/c art. 1º, inciso XI, do ADG nº 33/2017.

Após deliberações por parte da **DIRECON**, encaminhe-se, via eletrônica deste Despacho à **AADGER**, para publicação da presente decisão e, em seguida, à **SEGP** para ciência aos interessados e registro do afastamento do(s) servidor(es) e/ou servidora(s).

Brasília, 18 de março de 2025.

(assinado eletronicamente)

ILANA TROMBKA
Diretora-Geral

¹ Art. 29. As modalidades de participação do Senado Federal no apoio financeiro à participação de servidores em ações externas de capacitação são as seguintes:

(...)

II - com ônus, sendo devido o pagamento definido no inciso I do caput deste artigo e de quaisquer parcelas previstas nos incisos III a VI do § 2º deste artigo.

(...)

§ 2º O servidor participante de ação externa de capacitação que implique apoio financeiro poderá receber as seguintes parcelas:

I - todas as parcelas remuneratórias ordinárias relativas a seu cargo e nível na carreira;

II - gratificação pelo exercício de função comissionada, nos casos em que permanecer designado durante o afastamento;

(...)

IV - taxas de inscrição ou matrícula, mensalidade, semestralidade ou anualidade, conforme o caso;

